

CADERNO DE FERRAMENTAS

PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO

EM PROGRAMAS
DE TRANSFERÊNCIA
DE RENDA

CADERNO DE FERRAMENTAS

PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO

EM PROGRAMAS
DE TRANSFERÊNCIA
DE RENDA

Esta é uma publicação do Projeto “Evolvendo Mulheres e Homens na Transformação das Normas de Gênero em Programas de Transferência Condicionada de Renda – Bolsa Família” financiado pelo Fundo para a Igualdade de Gênero - FIG.

O projeto foi desenvolvido pelo Instituto Promundo e pelo Instituto Papai.

Os pontos de vista e opiniões contidos neste caderno são das autoras e não representam necessariamente a opinião oficial do FIG e da ONU Mulheres.

AUTORAS: Silvani Arruda, Vanessa Fonseca, Amana Mattos, Danielle Araújo, Mariana Azevedo, Rebecca Batista de França, Eloah Vieira e Linda Cerdeira.

Programação visual: Rec Design

FUNDO DE IGUALDADE DE GÊNERO

Laura Gonzales Martinez

Especialista de Programas para América Latina e Caribe

ONU MULHERES

Nadine Gasman **Representante da ONU Mulheres no Brasil**

Ana Carolina Querino **Gerente de Programas**

Rafaela Lamounier **Associada de Programas**

INSTITUTO PROMUNDO

Tatiana Moura **Diretora-Executiva**

Vanessa Fonseca **Coordenadora de Programas**

Danielle Araújo **Assistente de Pesquisa e Avaliação**

Mohara Valle **Consultora de Comunicação**

Danielle Lopes e Linda Cerdeira **Coordenadoras de Projeto**

INSTITUTO PAPAÍ

Mariana Azevedo **Coordenadora Geral**

Eloah Vieira **Educadora Social e Assistente de Projeto**

Rebecca Batista de França **Educadora Social e Assistente de Projeto**

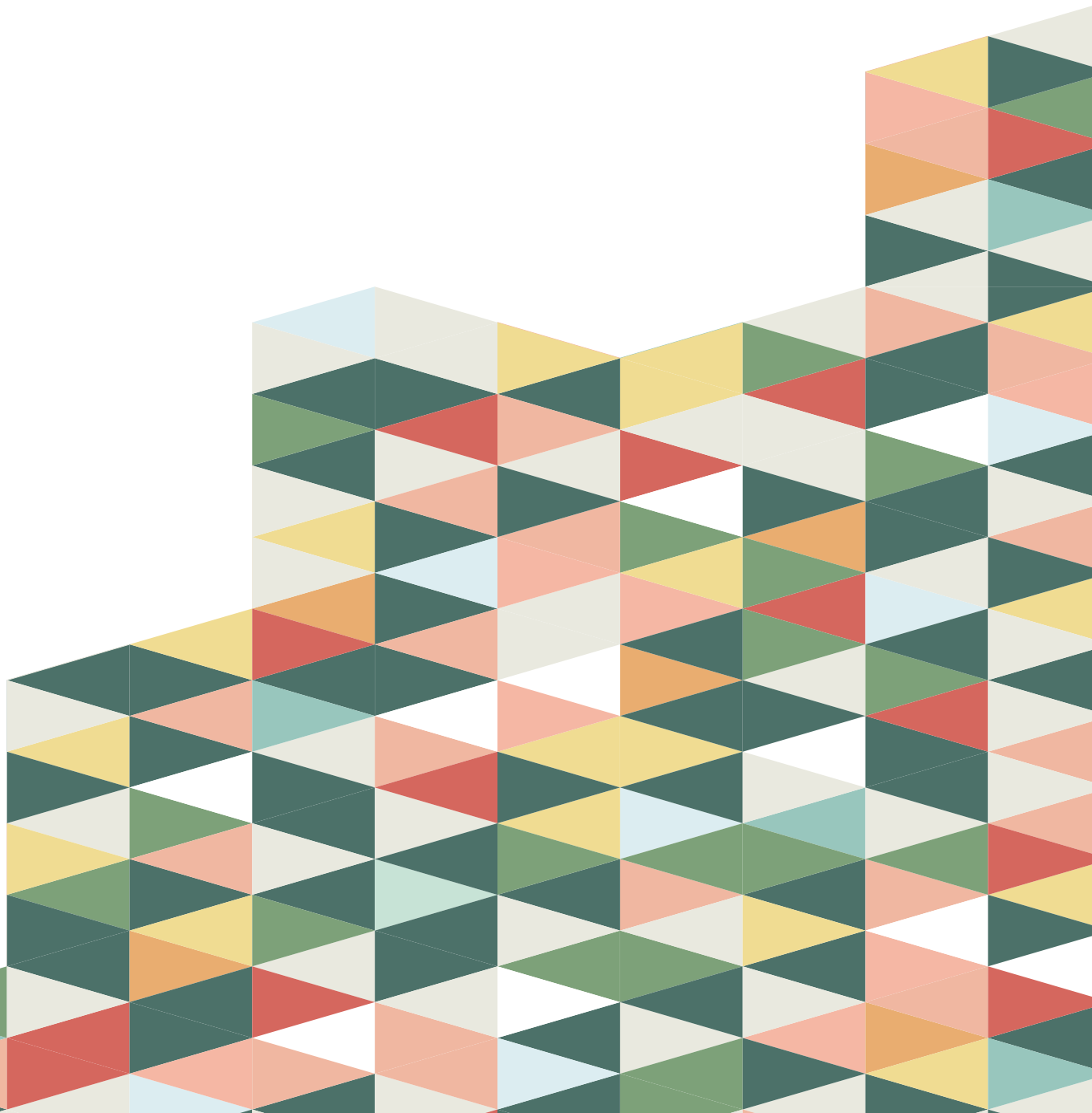
Apresentação

Este Caderno de Ferramentas tem como finalidade trazer propostas de reflexão e atividades sobre equidade de gênero a serem desenvolvidas no âmbito de programas de transferência condicionada de renda por profissionais e lideranças comunitárias que acompanham as/os beneficiárias/os destes programas.

No Brasil, o principal programa de transferência condicionada de renda é o Programa Bolsa Família, que à época da criação deste material completava dez anos. Após o tempo de realização do programa, muitas foram as interrogações sobre as mudanças relacionadas à equidade entre mulheres e homens, uma vez que a maior parte do público que recebe diretamente o benefício é de mulheres. As avaliações demonstram que, apesar dos ótimos resultados na redução da pobreza, é necessário que ações mais direcionadas ao questionamento das desigualdades entre mulheres e homens sejam implementadas, para que tenhamos, assim, um maior impacto na redução das iniquidades sociais presentes no País.

O objetivo deste Caderno de Ferramentas é, portanto, contribuir para a maior **equidade de gênero** em programas de transferência condicionada de renda, por meio de ações que busquem questionar a forma como mulheres e homens são definidos e educados, gerando uma série de desigualdades em nossa sociedade.

Esperamos que possa encontrar ferramentas úteis ao seu trabalho!



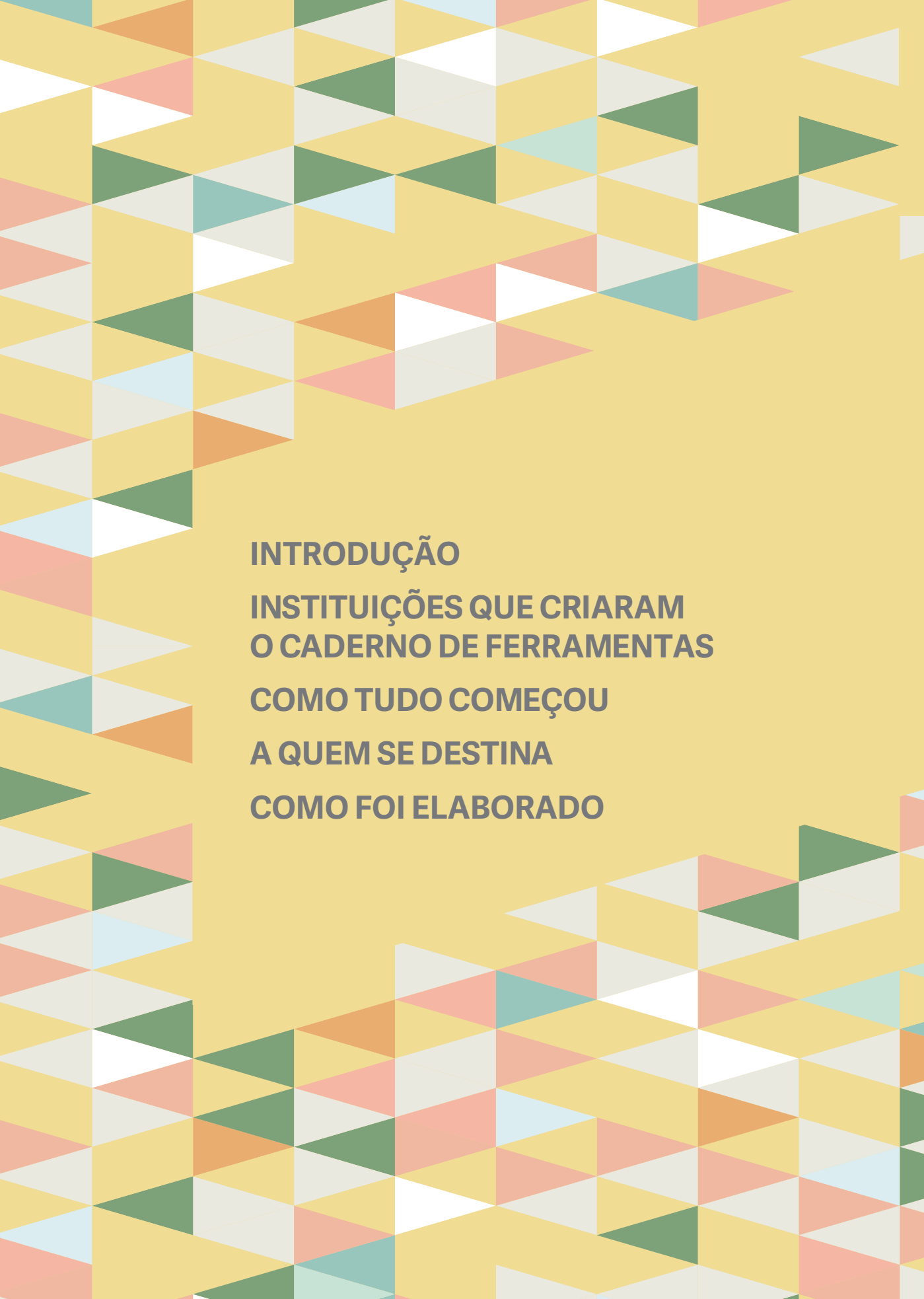
Sumário

| | |
|------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Introdução | 9 |
| Instituições que criaram o caderno de ferramentas | 11 |
| Como tudo começou | 13 |
| A quem se destina | 16 |
| Como foi elaborado | 17 |
| SEÇÃO I: Desconstruindo e construindo ideias | 21 |
| MÓDULO 1 – Equidade de gênero e transferência de renda | 23 |
| MÓDULO 2 – Gênero e interseccionalidade | 36 |
| MÓDULO 3 – Gênero e masculinidades | 43 |
| MÓDULO 4 – Gênero e famílias | 48 |
| MÓDULO 5 – Gênero e trabalho | 51 |
| MÓDULO 6 – Gênero e violências | 59 |
| MÓDULO 7 – Metodologias transformadoras de normas de gênero | 69 |
| SEÇÃO II: Planejamento das ações | 79 |
| PASSO 1 – Mapeamento | 81 |
| PASSO 2 – Levantamento das fortalezas, oportunidades, fragilidades e ameaças | 82 |
| PASSO 3 – Montando o plano de ação | 83 |
| PASSO 4 – Monitoramento e avaliação | 84 |
| PASSO 5 – Como fazer? | 85 |
| SEÇÃO III: Exercícios de grupo | 87 |
| Como desenvolver os exercícios de grupo? | 89 |
| Como utilizar os exercícios de grupo deste Caderno de Ferramentas? | 91 |
| Aquecimento | 97 |
| Exercício 1: Jogando com os nomes | 97 |
| Exercício 2: O ônibus das emoções | 98 |
| Exercício 3: Convivências | 100 |
| Exercício 4: O que é isso chamado gênero? | 101 |
| Exercício 5: Árvore dos Gêneros | 104 |
| Exercício 6: Muitas formas de ser família | 106 |
| Exercício 7: O tempo das mulheres e dos homens | 108 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------|-----|
| Exercício 8: As mulheres e os homens e o cuidar | 110 |
| Exercício 9: Saúde sexual e saúde reprodutiva | 112 |
| Exercício 10: Direitos Humanos | 115 |
| Exercício 11: Pessoas e coisas | 119 |
| Exercício 12: A cidadania dos pequenos gestos | 122 |
| Exercício 13: O que são direitos sexuais e direitos reprodutivos? | 124 |
| Exercício 14: Diversidade de direitos: eu e os outros | 129 |
| Exercício 15: Mídia e racismo | 132 |
| Exercício 16: A sociedade e a discriminação | 134 |
| Exercício 17: É ou não é? | 136 |
| Exercício 18: Vulnerabilidades | 138 |
| Exercício 19: Álcool, tabaco e outras drogas | 141 |
| Exercício 20: Violências contra a mulher e Lei Maria da Penha | 142 |
| Exercício 21: Rompendo o silêncio e procurando por ajuda | 149 |
| Exercício 22: Projeto de vida | 152 |
| Exercício 23: Mudanças | 155 |
| Exercício 24: Trabalho de homem e trabalho de mulher | 159 |
| Exercício 25: Conhecendo os direitos trabalhistas | 162 |

| | |
|----------------------------------------------------------------|------------|
| SEÇÃO IV: Mobilização social e participação comunitária | 169 |
|----------------------------------------------------------------|------------|

| | |
|-----------------------------------|------------|
| Referências bibliográficas | 187 |
| Anexos | 193 |
| Considerações finais | 211 |



INTRODUÇÃO
INSTITUIÇÕES QUE CRIARAM
O CADERNO DE FERRAMENTAS
COMO TUDO COMEÇOU
A QUEM SE DESTINA
COMO FOI ELABORADO

Introdução

Sabemos que desigualdade de gênero é uma realidade na vida das mulheres. Historicamente, as mulheres estiveram afastadas do espaço público, das decisões políticas e do acesso a bens e recursos econômicos e sociais. Dessa forma, a crença de que as mulheres seriam “incompetentes” em tarefas que não dissessem respeito ao cuidado as colocaram (e ainda as colocam) como seres subordinados ao “poder” masculino.

Mesmo que uma boa parte das mulheres já tenha superado essa situação, ainda é possível constatar a persistência de algumas desigualdades, como o fato de a maior parte do trabalho doméstico ser uma atividade tradicionalmente desempenhada por elas. No que diz respeito ao trabalho doméstico remunerado, é possível constatar que essa é uma atividade tradicionalmente desempenhada por mulheres negras¹. Programas de Transferência de Renda, a partir da redistribuição de recursos financeiros mínimos, têm como objetivo reduzir desigualdades sociais, o que é fundamental para uma democracia. O Programa Bolsa Família ajuda também a reduzir as desigualdades de gênero, uma vez que 93% das pessoas a quem a renda se destina são de mulheres e 68% dessas mulheres são negras².

Outras experiências já existiam em nível municipal, mas a primeira experiência nacional sobre transferência de renda foi o Programa Bolsa Escola, criado em 1996. Em 2004, com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), iniciou-se um processo de “migração” dos beneficiários de antigos programas de transferência de renda – Auxílio Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação – para um programa que consolidasse todas estas ações e atendesse à família como um núcleo


1 MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v28n2/v28n2a11.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2016.

2 Blog do Planalto. <http://blog.planalto.gov.br/quebrando-mitos-bolsa-familia-reflete-no-empoderamento-e-independencia-das-mulheres/>. Acesso em 10 de maio de 2016.

formado por membros com diferentes necessidades. Batizado como **Programa Bolsa Família (PBF)**, passou a ser o principal programa do MDS³.

Trazendo como novidade a mulher como foco prioritário para a titularidade do benefício e o cumprimento das condições para fazer parte do Programa, as mulheres passaram a ser as interlocutoras principais das ações do Programa Bolsa Família⁴, ampliando sua capacidade de tomada de decisão no espaço doméstico e, inclusive, os seus direitos de decidir quantos filhas/os quer ter e em que momento da vida.

Este Caderno de Ferramentas tem como ideia que a complementação do Programa Bolsa Família com discussões sobre a transformação das normas de gênero pode aumentar ainda mais o impacto da equidade entre mulheres e homens. Além da discussão sobre as situações de vulnerabilidade e pobreza, discutiremos questões fundamentais sobre a equidade/igualdade entre os gêneros feminino e masculino, bem como as desigualdades e as discriminações contra pessoas que têm uma orientação sexual diferente da heterossexual – LGBTfobia, racismo, dentre outras violências.



Ao longo deste Caderno, você vai ver que algumas palavras foram negritadas. Por razão de algumas delas não serem muito utilizadas no dia a dia das pessoas, estas palavras são melhor explicadas no **glossário** (*Anexo 1*).

3 SANTANA, Jomar Álace. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/seminariopopulacaopobrezadesigualdade2007/docs/semppob07_1019.pdf. Acesso em 2 de maio de 2016.

4 MARIANO, Silvana Aparecida. CARLOTO, Cássia Maria. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/se/v28n2/v28n2a11.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2016.

Instituições que criaram o Caderno de Ferramentas

Instituto Promundo

É uma organização não governamental que atua em diversos países buscando promover a igualdade de gênero e a prevenção da violência com foco no envolvimento de mulheres e homens na transformação de masculinidades.

Transformar normas e dinâmicas de poder relacionadas ao gênero é um fator estratégico para prevenir violência, promover saúde e relações igualitárias entre mulheres e homens. Com base em pesquisas, o Promundo busca identificar os fatores que levam à desigualdade de gênero e aqueles que contribuem para a transformação dessa realidade. Assim, são testadas e avaliadas formas de envolver homens e meninos para favorecer o empoderamento de mulheres e meninas, atuando em escolas, unidades de saúde, empresas privadas e outros espaços. As pesquisas e o resultado da avaliação de impacto dos programas e ações desenvolvidos pela organização são utilizados para influenciar políticas públicas direcionadas para a igualdade de gênero.

Disponível em <http://promundo.org.br/>

Instituto Papai

Fundado em 1997, o Instituto Papai é uma organização não governamental com sede em Pernambuco, que atua com base em princípios feministas e defende a ideia de que uma sociedade justa é aquela em que mulheres e homens têm os mesmos direitos. Assim, consideramos fundamental o envolvimento dos homens nas questões relativas à sexualidade e à reprodução e uma ressignificação simbólica sobre o masculino e as masculinidades em nossas práticas cotidianas, institucionais e culturais mais amplas. A institucionalização do Papai é fruto das conquistas dos movimentos sociais que se estabeleceram histori-

camente a partir da década de 1960, particularmente o movimento de mulheres e feminista e os movimentos em defesa dos direitos sexuais. Esses movimentos exigiram uma revisão de valores, normas culturais e processos institucionais, resultando numa crise da ordem de gênero e da sexualidade e na necessidade de desconstrução do machismo.

Disponível em <http://institutopapai.blogspot.com.br/>

PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS

A elaboração de materiais educativos pelo Promundo e Papai é feita sempre em conjunto com o público a quem se destinam as ferramentas. A opinião e a utilidade no trabalho de profissionais que poderão aplicá-las são fundamentais. Por esse motivo, o conteúdo encontrado neste Caderno de Ferramentas teve contribuições importantes do Comitê de Gênero do Ministério de Desenvolvimento Social, de profissionais da Secretaria de Assistência Social do Município de Itararé, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Rio de Janeiro, do Núcleo de Transferência e do Centro Municipal de Saúde Ernâni Agrícola.

Como tudo começou

Com o apoio do **Fundo para a Igualdade de Gênero – FIG**, da ONU Mulheres, o Promundo e o Papai construíram esta proposta com o objetivo de discutir questões referentes aos programas de **transferência de renda**, partindo de uma discussão sobre o **empoderamento econômico** e **autonomia das mulheres**. Inspirados também pelos resultados da *Pesquisa Internacional sobre Homens e Equidade de Gênero – IMAGES* e por experiências de trabalho de envolvimento dos homens como aliados no empoderamento econômico das mulheres, no Ruanda, percebemos a importância de conectar os programas de transferência de renda com a perspectiva da **equidade** e da **igualdade de gênero**.

No Ruanda, o trabalho de envolvimento de homens como aliados no empoderamento econômico das mulheres mostrou que a emancipação econômica feminina pode ser realizada de forma melhor quando as masculinidades também são questionadas. Os resultados deste trabalho, bem como atividades que foram utilizadas no projeto realizado neste país africano, estão presentes no manual *Journeys of Transformation: A Training Manual for Engaging Men as Allies in Women's Economic Empowerment*⁵ (Jornadas de Transformação: um manual de formação para envolver os homens como aliados no empoderamento econômico das mulheres).

5 PROMUNDO. *Journeys of Transformation: A Training Manual for Engaging Men as Allies in Women's Economic Empowerment*. Disponível em <http://promundo.org.br/wp-content/uploads/sites/2/2014/12/Journeys-of-Transformation.pdf>. Acesso em 27 de março de 2016.

Programa Caminhos da Transformação

O Promundo e parceiros desenvolveram o programa Caminhos de Transformação (*Journeys of Transformation*) para envolver os homens enquanto parceiros no empoderamento econômico de mulheres no Ruanda. O programa foi baseado nos resultados da International Men and Gender Equality Survey – IMAGES (Pesquisa Internacional sobre Homens e Equidade de Gênero), entre outras pesquisas. Estes resultados demonstraram que, à medida que a renda das mulheres aumenta no contexto de programas de geração de renda ou de subsistência, os conflitos entre parceiros íntimos podem aumentar e que, mesmo quando as mulheres ganham mais, elas continuam a realizar a maior parte de tarefas de cuidado não pagas.

Assim, o Promundo acredita que o impacto de transferências condicionadas de renda e programas de microcrédito, incluindo poupanças comunitárias e programas de empréstimo, podem ser ampliados com a inclusão de intervenções transformadoras das relações de gênero, que envolvem os homens de forma proativa no apoio ao empoderamento econômico de mulheres e os estimulam a assumir uma parcela maior do trabalho de cuidado. A metodologia do programa emerge a partir da ideia de que, apesar de os programas de empoderamento econômico de mulheres terem benefícios importantes por si só, podem tornar-se mais eficazes na promoção da igualdade de gênero quando os homens são envolvidos de forma deliberada enquanto aliados.

Por meio de atividades de educação em grupo e ações de incidência política em nível comunitário no Ruanda, o programa estimula homens e casais a refletirem de forma crítica sobre tomadas de decisões compartilhadas e dinâmicas de poder pertinentes aos seus relacionamentos, tendo como objetivo aumentar o impacto da equidade de gênero em programas de transferência condicional de renda e microcrédito.

O currículo de *Journeys of Transformation*⁶ oferece 17 atividades educativas de grupo destinadas a homens cujas parceiras participam em programas de empoderamento econômico de mulheres. Estas atividades são focadas em habilidades empresariais e de negociação, processos de tomada de decisão entre casal, bem-estar, saúde e políticas relacionadas à violência de gênero.

As atividades incluídas no manual *Journeys of Transformation* foram desenvolvidas através de um processo de pesquisa-ação, que envolveu métodos qualitativos e quantitativos e incorporou respostas, realidades e perspectivas das beneficiárias dos programas de empoderamento econômico e seus parceiros. Foi desenvolvido em conjunto com equipe da CARE-Rwanda e com parceiros do Rwanda Men's Resource Center (RWAMREC).

Os resultados do processo de teste no Ruanda, realizados em 2011 e 2012, revelaram a transformação de atitudes e comportamentos dos homens, levando a um maior empoderamento das mulheres. Especificamente, os resultados demonstram que o envolvimento de homens e suas parceiras nestas atividades comunitárias e discussões resultaram não só em rendas maiores, mas também numa maior participação de homens no cuidado das crianças e uma redução do número de conflitos entre os casais.

Embora tenham sido desenvolvidas no Ruanda, as atividades e a abordagem são relevantes e podem ser adaptadas em outros contextos geográficos.

⁶ Acessível em <http://promundo.org.br/recursos/journeys-of-transformation-a-training-manual-for-engaging-men-as-allies-in-womens-economic-empowerment/>.

A quem se destina

Este Caderno foi elaborado para profissionais e/ou lideranças comunitárias, que atendem e lidam no cotidiano com beneficiárias/os do Programa Bolsa Família em espaços escolares, serviços de saúde, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em comunidades, buscando apoiá-las/los no planejamento e na realização de atividades voltadas para a discussão das desigualdades de gênero presentes na vida de mulheres, homens, crianças e adolescentes. Assim, qualquer profissional ou liderança que atue nas áreas citadas e que estejam interessados em promover transformações nas relações entre mulheres e homens, poderá se beneficiar das sugestões de atividades encontradas aqui.

Programa Bolsa Família – PBF

Sob a gestão nacional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) desde 2003, o Programa Bolsa Família beneficia famílias em todos os municípios brasileiros. O programa se propõe em contribuir para a redução da desigualdade e da superação da pobreza, a partir de três eixos de atuação:

1. Transferência direta de **renda** às famílias, que permite o alívio imediato da situação de pobreza.
2. Ampliação do **acesso a serviços públicos** que representam direitos básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, por meio das condicionalidades, contribuindo para que as famílias rompam o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza.
3. Coordenação com outras ações e com outros programas dos governos, nas suas três esferas, e da sociedade, de modo a **apoiar as famílias** para que superem a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Fonte: BRASIL. **O Programa Bolsa Família.** Disponível em http://www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_bolsafamilia.pdf. Acesso em 4 de janeiro de 2016.

Como foi elaborado

Depois do levantamento das lições aprendidas na trajetória do Instituto Promundo e do Instituto Papai, entrevistas com beneficiárias e beneficiários do Programa Bolsa Família, consultas a gestores, profissionais e lideranças comunitárias que atendem às/aos beneficiárias/os do Programa Bolsa Família, nossa preocupação foi a de construir uma proposta de formação abordando uma discussão sobre as desigualdades de gênero presentes no cotidiano das mulheres, homens, crianças e adolescentes.

Uma série de atividades foi desenhada com foco nas ações em saúde, educação, assistência social e nas demandas locais dos grupos atendidos pelos programas de transferência condicionada de renda. Estes exercícios foram realizados em comunidades urbanas e rurais dos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, em parceria com diferentes serviços, como associações comunitárias, unidades de saúde, educação e assistência social.

Os desafios e os aprendizados em todos esses espaços serão encontrados ao longo deste Caderno, para que as atividades possam ser adaptadas de diferentes formas, a partir das especificidades de cada lugar em que serão desenvolvidas.

ETAPAS DO PROJETO QUE GERARAM A ELABORAÇÃO DO CADERNO

- Revisão da literatura – nacional e internacional – sobre programas de transferência de renda.
- Leitura e análise do Programa Bolsa Família do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), a partir da literatura disponível.
- Entrevistas e grupos focais com beneficiárias e beneficiários do Programa Bolsa Família.
- Realização de reuniões para a discussão de um caderno trazendo dados sobre a pobreza e desigualdade, partindo-se de uma perspectiva de gênero e empoderamento.
- Estabelecimento de parcerias junto às áreas da educação, saúde e serviço social.

- Construção coletiva de ferramentas que favoreçam a reflexão sobre equidade de gênero, autonomia das mulheres, divisão de tarefas domésticas, violências, a serem desenvolvidas no âmbito de programas de transferência condicionada de renda.
- Realização das atividades com grupos de beneficiárias e beneficiários em parceria com organizações comunitárias, serviços de saúde, escolas e CRAS.
- Elaboração de uma proposta de monitoramento e avaliação.

Como está organizado

Este Caderno está dividido em quatro seções, que contém as ferramentas para o trabalho de envolvimento de mulheres e homens na transformação das normas de gênero, necessária a uma maior igualdade social. As ferramentas incluem reflexões sobre temas e conceitos centrais no trabalho aqui proposto, além da sugestão de exercícios de grupo, ações de planejamento e mobilização social e comunitária, que visam à transformação das normas de gênero. As seções de ferramentas estão distribuídas desta maneira:

SEÇÃO I: Desconstruindo e construindo ideias

MÓDULO 1 – Equidade de gênero e transferência de renda

MÓDULO 2 – Gênero e interseccionalidade

MÓDULO 3 – Gênero e masculinidades

MÓDULO 4 – Gênero e famílias

MÓDULO 5 – Gênero e trabalho

MÓDULO 6 – Gênero e violências

MÓDULO 7 – Metodologias transformadoras de normas de gênero

SEÇÃO II: Planejamento das ações

PASSO 1 – Mapeamento

PASSO 2 – Levantamento das fortalezas, oportunidades, fragilidades e ameaças

PASSO 3 – Montando o plano de ação

PASSO 4 – Monitoramento e avaliação

PASSO 5 – Como fazer?

SEÇÃO III: Exercícios de grupo

Como utilizar as atividades em grupo deste caderno?

Conhecendo o grupo e suas necessidades para o planejamento de ações

SEÇÃO IV: Mobilização social e participação comunitária

Considerações finais

Anexos

Glossário

Endereços úteis

Linha de base

Como usar este Caderno de Ferramentas

Embora esta publicação tenha como um de seus pontos principais o Programa Bolsa Família, um programa central no Brasil na redução da desigualdade social, com o objetivo de melhorar os resultados principalmente relacionados à redução das desigualdades de gênero, julgamos que as sugestões de ferramentas e as experiências aqui expostas sejam úteis para qualquer projeto de transferência de renda ou empoderamento econômico.

As ideias aqui propostas visam contribuir com a formação de profissionais para que possam planejar e realizar ações voltadas para a discussão das desigualdades de gênero presentes no cotidiano de mulheres, homens, crianças e adolescentes. O intuito é que essas atividades sejam facilitadas por pessoas que atuam diretamente com esse público nos espaços acessados por ele cotidianamente: escolas, serviços de saúde, Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e nas comunidades. Profissionais e/ou lideranças comunitárias que atuam nesses espaços conhecem bem o cotidiano das/os beneficiárias/os, seus problemas, suas dificuldades e a cultura local, e podem estabelecer o diálogo entre as atividades propostas neste Caderno e as demandas locais dos grupos atendidos pelo programa de transferência de renda.

Para isso, é importante que este Caderno seja pensado como um complemento das ações em saúde, educação, assistência social e comunitária que já existam. Identificar quais são os espaços que já reúnem beneficiárias/os desses programas e se já há algum tipo de atividade sendo realizada com essas pessoas pode ajudar a mobilizar o público. Fortalecer os espaços já consolidados é o primeiro passo para que este material possa contribuir com as ações das equipes de acompanhamento.

As ferramentas aqui sugeridas poderão ser utilizadas na ordem que preferir, de acordo com a demanda do grupo ou conforme o encadeamento do debate. Os passos descritos e as questões para debates apresentadas neste material servem como inspiração para as discussões e poderão ser adaptadas para o uso em diferentes contextos. O número de ações e atividades a serem realizadas dependerá da disponibilidade das/os profissionais e do grupo participante.

As avaliações realizadas pelo Instituto Promundo apontaram para a necessidade de um número maior de encontros para provocar questionamentos e transformações mais duradouras sobre os papéis de mulheres e homens, vistos, muitas vezes, como naturais. Entretanto, quaisquer oportunidades de promoção de reflexões críticas sobre a naturalização desses papéis não devem ser desperdiçadas. Nas ações junto às beneficiárias do Programa Bolsa Família desenvolvidas nos serviços de saúde pelo Instituto Promundo (RJ), por exemplo, foram aproveitados os encontros semestrais com as mulheres que acompanhavam a saúde de suas/seus filhas/os, para o oferecimento de espaço de reflexão sobre as desigualdades de gênero.

Conjugar ações comunitárias a encontros e atividades de grupo também fortalecem os questionamentos necessários às desnaturalizações dos papéis femininos e masculinos. As discussões temáticas da seção “Participação Social e Mobilização Comunitária” têm como objetivo auxiliar o/a facilitador/a a complementar o debate proposto nos “Exercícios de Grupo”, por meio do envolvimento do público na busca de caminhos para a redução das desigualdades de gênero.



SEÇÃO I

DESCONSTRUINDO E
CONSTRUINDO IDEIAS

MÓDULO 1

Equidade de gênero e transferência de renda

Na história da humanidade nos deparamos com ideias de que a mulher é a principal responsável pelo processo da reprodução e do cuidado para com a família. Até hoje, mesmo que algumas evidências apontem para o fato de que as desigualdades entre mulheres e homens são construídas cultural e socialmente, ainda existe uma forte crença de que a divisão das atribuições femininas e masculinas são “naturalmente determinadas pela condição biológica”, reafirmando velhos **estereótipos** relacionados às mulheres e aos homens, incluindo o mundo do trabalho e os espaços de poder⁷.

Uma das principais contribuições do Programa Bolsa Família, reconhecida internacionalmente, é sua sensibilidade às relações de gênero no Brasil, ao levar em consideração dados e estatísticas que indicam que as mulheres estão à frente das atividades de manutenção e gerenciamento da maior parte dos lares brasileiros, bem como dos cuidados com a criação, a saúde e a escolarização das crianças. Por essa razão, o benefício é concedido preferencialmente às mulheres, sendo a pessoa de referência da família ou cônjuge.

Em diversos países, uma das formas encontradas para a transformação de desigualdades sociais estruturais são os programas governamentais de transferência de renda, consolidados como políticas públicas. Experiências com programas de transferência condicionada de renda que priorizam as mulheres como beneficiárias também podem ser encontradas no Panamá, Paraguai, Peru, El Salvador, Equador, Honduras, Colômbia e México. Os efeitos das políticas de transferência de renda são notáveis no que diz respeito às desigualdades sociais.

O Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), divulgado em 2014, apontou que o

⁷ ONUMULHERES. Estereótipos de gênero, carreiras e profissões: diferenças e desigualdades. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/07/valente_aula5_genero_profissoes.pdf. Acesso em 22 de janeiro de 2016.

Brasil apresentou aumento crescente no seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (0,744), passando a média dos países da América Latina (0,74) e do mundo (0,702). Segundo este relatório, esses resultados se devem, principalmente, às políticas orientadas para a redução da pobreza, tendo como um bom exemplo o Programa Bolsa Família, uma política de referência no cenário internacional para o combate à fome e à pobreza.

Se considerarmos que, no cenário mundial, a maior parte de pessoas atingidas pela pobreza e pobreza extrema é composta por mulheres e crianças, o enfrentamento às desigualdades econômicas tem impacto direto na melhoria de vida desses grupos, contribuindo para a equidade também em áreas como educação, saúde e poder de escolha sobre aspectos de sua própria vida. De acordo com avaliação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a concessão do benefício prioritariamente às mulheres das famílias tem seus principais efeitos sobre a qualidade de vida das crianças: *há uma relação positiva entre o poder de barganha das mulheres e uma melhor alocação de recursos para os membros mais vulneráveis dos domicílios, que são, primordialmente, as crianças*⁸.

Pesquisas⁹ realizadas com beneficiárias diretas do Programa Bolsa Família também apontam que o programa tem tido um impacto positivo na cidadania das mulheres titulares do benefício, nas relações de gênero e na maior sociabilidade destas mulheres. Mostram, ainda, que a própria posse de documentação (certidões de nascimento, identidades) impactou a vida das mulheres e sua compreensão sobre os direitos. São comuns os relatos de que o benefício aumentou a autonomia das mulheres frente aos

8 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família: Sumário Executivo. Brasília: MDS; Cedeplar, 2007.

9 Em: CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de et al. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, novembro 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 03/06/2016. CRUZ, Luciana Ramirez da. O Programa Bolsa Família e perspectivas de gênero: análises transversais. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, IFCH, ---; Disponível em: https://www.academia.edu/22659945/O_Programa_Bolsa_Fam%C3%ADlia_e_perspectivas_de_g%C3%AAnero_an%C3%AAllises_transversais?auto=download. Acesso em 03/06/2016. OIT. Ações dos Empregadores Brasileiros na Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Trabalho. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2010. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/igualdade_genero_262.pdf. Acesso em 03/06/2016.

maridos, elevando seu poder de barganha e evitando que precisem “pedir dinheiro” ou se sujeitar às suas “broncas” ao fazerem as compras da casa. Outro impacto positivo apontado pelo Programa Bolsa Família é a redução do isolamento, por facilitar que as mulheres saiam mais de casa, como pelo fato de participarem de grupos com outros beneficiários do Programa. O fato de a mulher receber uma renda mensal, que fica sob sua administração, altera dinâmicas familiares e sociais que estão apoiadas sobre normas de gênero sexistas.

No entanto, apesar de o Programa Bolsa Família possuir um componente importante de gênero, uma vez que o benefício é concedido preferencialmente às mulheres, essa concessão se assenta em concepções tradicionais e culturalmente dadas sobre o papel social das mulheres e, mais especialmente, das mães¹⁰. Uma vez que as condicionalidades dizem respeito à saúde e à educação das crianças, e tendo em vista que a titularidade do benefício é dada preferencialmente às mulheres, observa-se que há uma tendência a reforçar que as mulheres sejam as responsáveis por tarefas relacionadas às **condicionalidades**. E aí reside uma questão importante: se, por um lado, ter acesso direto a uma renda fixa pode contribuir para um maior poder de decisão na gestão familiar, de outro, as condicionalidades podem reforçar a ideia de que a mulher deve ser a única ou principal cuidadora das crianças.

Precisamos, assim, criar outros espaços e estímulos que possam promover reflexões críticas sobre como as **normas de gênero** produzem consequências para as desigualdades sociais e como promover mudanças.

10 O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010. Organização: Leila Linhares Barsted e Jacqueline Pitanguy. Rio de Janeiro: CEPPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. Disponível em http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf

Falando sobre gênero

Durante muito tempo prevaleceu, na maior parte das sociedades, a ideia de que as diferenças entre os corpos e as aptidões femininas para o cuidado eram naturais e, portanto, imutáveis. Nesta equação, acreditava-se que os homens teriam mais facilidade em lidar com o trabalho remunerado, em administrar o salário do mês e assumir cargos de chefia. Esse discurso foi utilizado, exaustivamente, para justificar a subordinação feminina e as relações desiguais entre mulheres e homens.

Foi a partir dos estudos de **gênero**, iniciados em meados das décadas de 1960 e 1970, que essa discussão ganhou corpo. A desigualdade entre os gêneros – feminino e masculino – começou a ser questionada, mostrando que o “*jeito de ser homem*” e o “*jeito de ser mulher*” são modelos aprendidos ao longo da vida e que, portanto, podem se alterar em diferentes contextos históricos, culturais e sociais.

Quando falamos de gênero, nos referimos à maneira como nossas identidades enquanto mulheres e homens são socialmente produzidas e vivenciadas. Em outras palavras, nosso gênero diz respeito às formas como somos educadas/os, como nos comportamos e agimos, tornando-nos mulheres e homens; refere-se também à forma como estes papéis e modelos, usualmente estereotipados, são internalizados, pensados e reforçados por todas as pessoas, diariamente.

A construção de nossa identidade enquanto mulher ou homem se inicia no momento do nascimento (ou mesmo antes, nos exames das consultas pré-natais), quando nos é atribuído um sexo (feminino ou masculino) de acordo com nossas características corporais. A partir da atribuição do sexo, são criadas diferentes expectativas sobre como meninas e meninos devem se comportar e se relacionar. As meninas podem aprender que são valorizadas por sua obediência e aparência. Meninos, por outro lado, podem aprender que, para se tornarem “verdadeiros” homens, devem sempre ser fortes e estar no controle. Essas diferenças e desigualdades sobre como mulheres e homens devem se comportar são chamados de **normas de gênero** e são ensinadas e reforçadas pelos pares, famílias, instituições, comunidades e tudo o mais que nos cerca.

Fonte: PROMUNDO. Programa M – Trabalhando com mulheres jovens. Disponível em <http://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2014/12/Programa-M-Trabalhando-com-Mulheres-Jovens.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2016.

Considerando que as desigualdades entre mulheres e homens se devem à reprodução de **normas de gênero**, a promoção da equidade não é suficiente apenas com a transferência de renda para as mulheres. É importante envolver mulheres e homens em reflexões críticas sobre como os comportamentos esperados para ambos afetam suas relações, seus projetos de vida, suas oportunidades de trabalho, o cuidado com as crianças, gera violência, acúmulo de tarefas para as mulheres, entre diversas desigualdades sociais.

Quando buscamos pela **emancipação** e o **empoderamento** de mulheres, visamos o enfrentamento de condições desiguais que deixam esse grupo mais vulnerável. Dentre tais condições desiguais, entram as questões econômicas, mas a emancipação das mulheres pressupõe o desenvolvimento de sua **autonomia**, a partir de um processo de conscientização e autocohecimento, que envolve a possibilidade de ser e de respeitar a sua diferença. O fortalecimento das redes de colaboração com outras mulheres e outros grupos vulneráveis contribui para o crescimento pessoal.

Ainda que os programas de transferência condicionada de renda como o Programa Bolsa Família façam com que os recursos cheguem diretamente às mulheres, aumentando seu poder de decisão na gestão da renda familiar, não necessariamente eles têm impacto na *mudança dos papéis de gênero*, na divisão de tarefas domésticas e dos cuidados das crianças e da família¹¹. Pelo contrário. Muitas vezes, as mulheres acabam sendo também as maiores responsáveis pelas tarefas relacionadas às condicionalidades, reproduzindo, mais uma vez, os papéis tradicionais do cuidado para com a família e as/os filhas/os.

Portanto, tais programas de transferência de renda devem vir junto com a transformação de normas sociais que atribuem diferentes *status*, papéis e lugares para mulheres e homens. Afinal, a igualdade de gênero e a **emancipação das mulheres** não são alcançadas apenas com o dinheiro e deve ser também uma conquista de qualquer programa de redução de desigualdade social.

As ações promovidas por programas de transferência de renda precisam,

11 PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. (orgs.). Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS. Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate, n. 5, 2007. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

assim, incluir atividades coletivas ou exercícios de grupo que discutam essas questões com as beneficiárias e os beneficiários, de maneira a contribuir para a equidade de gênero. A promoção do diálogo sobre esses temas permite que mulheres e homens possam refletir sobre os estereótipos de gênero no contexto em que vivem, suas práticas e expectativas, e com isso repensar questões que estão diretamente ligadas às desigualdades de gênero, tais como direitos sexuais e direitos reprodutivos, paternidade e maternidade, violência doméstica, dentre outras.

Refletir com os grupos as competências de mulheres e homens para a administração do dinheiro, comparando com períodos anteriores em que não havia esse tipo de política, por exemplo, pode ser um caminho para debater assuntos ainda tabus, como a divisão desigual de tarefas domésticas e a violência de gênero. E, para tanto, é importante que os homens também sejam convidados a repensar as normas de gênero, o cuidado para com as/os filhas/os e a divisão das tarefas domésticas, bem como de que forma tais normas lhes afetam.

É importante enfatizar, ainda, que o empoderamento das mulheres também pressupõe seu fortalecimento para combater opressões de gênero, de raça e de classe.

Sobre o Programa Bolsa Família

Por priorizar a titularidade do benefício para as mulheres, podendo gerar diversos tipos de impacto na vida das beneficiárias, uma das principais contribuições do Programa Bolsa Família, reconhecida internacionalmente, é sua sensibilidade às relações de gênero¹², ao considerar que as mu-

¹² Em uma classificação de projetos sociais relacionados à promoção da saúde, a OMS definiu quatro tipos de abordagens em relação a gênero: neutra, negativa ou que reforça desigualdades, sensível e transformadora. Consideramos que o Programa Bolsa Família é um programa sensível às desigualdades de gênero, uma vez que, em seu escopo, prioriza a passagem do benefício às mulheres, por questões de gênero. No entanto, ainda são insuficientes as ações que questionam os papéis de mulheres e homens que geram desigualdades. Esta publicação busca promover reflexões críticas, transformativas desses papéis.

lheres estão à frente das atividades de manutenção e gerenciamento dos cuidados com a criação das/os filhas/os, da saúde, da escolarização e da qualidade de vida das crianças.

Em relação às condicionalidades previstas por este programa, a educação, a saúde e a assistência social e outros recursos há as seguintes atribuições:

NA EDUCAÇÃO:

- Matricular as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos nas escolas;
- Garantir a frequência mínima de 85% nas aulas (6 a 15 anos) e 75% nas aulas de 16 a 17 anos;
- Informar à escola quando o aluno precisar faltar à aula e explicar o motivo da falta;
- Informar, sempre que ocorrer mudança de escola dos dependentes de 6 a 17 anos, para que seja possível continuar o acompanhamento da frequência escolar.

NA SAÚDE:

Para as grávidas e mulheres amamentando:

- Fazer os exames antes do nascimento do bebê (pré-natal); ir às consultas no posto de saúde mais próximo de sua casa, com o cartão da gestante, de acordo com o calendário estabelecido pelo Ministério da Saúde;
- Participar de atividades educativas oferecidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável.
- *Para os responsáveis por crianças menores de 7 anos:*
- Levar as crianças aos postos de vacinação;
- Manter atualizado o cartão de vacina, conforme instruções do Ministério da Saúde;
- Levar as crianças ao posto de saúde, com o cartão de saúde da criança, para acompanhamento do seu desenvolvimento físico, entre outras ações, conforme o calendário estipulado pelo Ministério da Saúde.

NA ASSISTÊNCIA SOCIAL:

- Crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos retirados de situação de trabalho, frequentar as ações socioeducativas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, com frequência de 85%;
- O acompanhamento das condicionalidades é importante para promover e ampliar o acesso das famílias aos serviços de saúde e educação. Além de ser um dever, cumprir as condicionalidades é um direito das famílias;
- Para que o município possa acompanhar o cumprimento das condicionalidades, os Ministérios da Saúde e da Educação oferecem sistemas, na internet, para o registro dos dados das famílias. As informações sobre saúde são registradas a cada seis meses no consultor, facilitando o preenchimento correto dos quesitos.

A partir de seus papéis na esfera doméstica ou da reprodução, a mulher tem sido a interlocutora principal dessas ações. Em meio à visibilidade conquistada pelo Programa Bolsa Família, algumas pesquisas econômicas¹³ mostraram seu impacto para a economia familiar e até para a economia local, especialmente nas pequenas cidades.

Ao ser incluída no Programa Bolsa Família, a mulher é tomada como representante do grupo familiar, percebida muitas vezes tão somente por meio de suas atribuições, que vinculam, sobretudo, o ser mulher ao ser mãe, com uma identidade centrada na figura de cuidadora, especialmente das crianças e dos adolescentes, dadas as preocupações do Programa Bolsa Família com esses grupos de idade. Em algumas situações, o papel de cuidadora pode ser desempenhado por outra mulher, como, por exemplo, a avó ou tia da criança ou adolescente. Contudo, seguirá sendo um papel feminino.

Vale reforçar que as ações promovidas por programas de transferência

13 MARIANA, Silvana Aparecida. Traduções político-culturais de gênero na política de assistência social: paradoxos e potencialidades para o empoderamento das mulheres no Programa Bolsa Família. Niterói: Revista Gênero, 2008. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/12337/8636>. Acesso em 03/06/2016.

de renda precisam incluir atividades que contribuam para a equidade e a igualdade de gêneros, aprofundando a discussão a partir das seguintes perguntas:

O que é ser homem?

O que é ser mulher?

Quais são as obrigações e responsabilidades de cada gênero na família e na sociedade?

Por que existem essas diferenças?

O diálogo sobre esses temas permite que mulheres e homens possam refletir sobre os estereótipos de gênero no contexto em que vivem, suas práticas e expectativas, e com isso repensar questões que estão diretamente ligadas às desigualdades de gênero, tais como direitos sexuais e reprodutivos, paternidade e maternidade, violência doméstica, dentre outros aspectos.



Marco legal

A utilização de instrumentos de focalização no âmbito do Programa Bolsa Família é considerada determinante não só para beneficiar as famílias mais vulneráveis na transferência de renda, mas para articular programas complementares que proporcionem a sua emancipação. O Programa Bolsa Família utiliza instrumentos que permitem identificar o perfil socioeconômico das famílias e suas necessidades prioritárias a serem atendidas, tais como: o Cadastro Único, principal fonte de informações do programa, o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) e os diagnósticos e registros do acompanhamento das famílias, produzidos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), a partir dos seguintes instrumentos:

Cadastro Único – é uma base nacional que reúne os dados socioeconômicos das famílias com renda mensal de até meio salário mínimo *per capita* ou renda mensal familiar de até três salários mínimos com o objetivo de registrar as famílias em situação de pobreza de todos os municípios brasileiros que devem ser beneficiadas por programas sociais.

As informações são coletadas pelas prefeituras municipais e permitem a identificação de potenciais beneficiários dos programas sociais.

É constituída por grupos de informações, cujas principais são:

- (a) identificação da família e das pessoas que a compõem;
- (b) características familiares;
- (c) identificação da residência e de suas características;
- (d) renda da família;
- (e) gastos da família; e
- (f) informações sobre propriedades e participação em programas sociais.

Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) – surgiu da necessidade de se ter um indicador que, além de levar em consideração diversas dimensões da pobreza, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pudesse ser construído para cada família individualmente, com o objetivo de produzir um indicador sintético de suas necessidades. Assim, o IDF permite calcular o nível de desenvolvimento de uma família e agregar dados sobre o grau de desenvolvimento de bairros, territórios, municípios, estados e países, podendo ser usado tanto em comparações em nível individual (entre famílias) quanto em nível agregado (entre regiões ou grupos demográficos).

Diagnósticos e registros do acompanhamento produzidos pelos CRAS – são espaços de referência da proteção social básica e “porta de entrada” das/os usuárias/os à rede socioassistencial. Também constituem pontos focais de geração e disseminação de informação sobre as vulnerabilidades e potencialidades presentes no território a ele referenciado. Constituem fonte de informações os registros de acompanhamento das famílias e os dados decorrentes da vigilância social. Na execução das atividades de acompanhamento das famílias, a equipe do CRAS realiza um diagnóstico da realidade local, por meio de entrevistas com as famílias, visitas domiciliares e grupos de acompanhamento, e levanta as situações de vulnerabilidade social que podem afetar negativamente ou potencializar o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Focalização de programas na perspectiva de complementar as políticas de transferência de renda – a pobreza é considerada um fenômeno complexo e multidimensional. Isso significa que ela não pode ser resumida à falta de renda para a obtenção de bens e serviços, pois se relaciona também à falta de acesso a direitos sociais constitucionais básicos e, principalmente, à impossibilidade do indivíduo de realizar suas escolhas. É nesta perspectiva que o Programa Bolsa Família se estrutura em três dimensões distintas e focaliza suas ações não apenas na seleção das famílias para o recebimento do benefício em dinheiro, mas também ao condicionamento do acesso aos direitos básicos de saúde e educação e à priorização da participação das famílias atendidas em políticas e programas que promovam a melhoria da qualidade de vida e emancipação.

Fonte: GABRIEL, Edilma Moreira. MACHADO, Clarisse Drummond Martins. OLIVEIRA, Raquel Loureiro. Focalização de Políticas Públicas: O Programa Bolsa Família como política pública focalizada para superação da desigualdade e exclusão. Disponível em <http://www.ipc-undp.org/publications/mds/39M.pdf>. Acesso em 21 de fevereiro de 2016.

Programa Bolsa Família – Linha do Tempo

| | |
|-------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2003 | É criado o Programa Bolsa Família, a partir da unificação de programas preexistentes: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Vale Gás. A coordenação do processo de acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família está sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e sua operacionalização é feita pelos órgãos responsáveis pelas políticas setoriais, o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério da Saúde (MS). |
| 2004 | Discussão entre as áreas envolvidas e publicação de duas portarias Interministeriais MDS/MEC2 e MDS/MS3 – com orientações e definição de responsabilidades acerca do acompanhamento das condicionalidades de educação e de saúde. |

| | |
|-----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2005 | Publicação da Portaria de Gestão de Condicionalidades, com orientações e definição de responsabilidades entre os municípios, estados e governo federal, acerca da implementação das ações de gestão de condicionalidades. |
| 2006 | Criação do Sistema Presença do Ministério da Educação para registro da informação da frequência escolar em substituição ao sistema anteriormente operacionalizado pela Caixa Econômica Federal. O Sistema possibilitou o acompanhamento da frequência escolar de cada criança do Programa Bolsa Família por escola. |
| 2007 | O Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família – Sicon/PBF viabiliza a operacionalização da gestão de condicionalidades em conjunto com os Sistemas que operacionalizam a condicionalidade de educação e de saúde. As trocas de bases de dados e a consolidação dos resultados das condicionalidades são integradas no Sicon. |
| 2008 | Publicação de nova Portaria de Gestão de Condicionalidades – inclusão da responsabilidade da assistência social no acompanhamento das famílias em situação de maior vulnerabilidade e risco social, especialmente as que descumprem as condicionalidades. É formalizado o primeiro passo para a inclusão da rede de assistência social no desenvolvimento do trabalho social com as famílias que descumprem condicionalidades. |
| 2009 | Publicação do Protocolo de Gestão Integrada entre Benefícios, Serviços e Renda no âmbito do Suas – reconhece que as dificuldades de acesso à escola e aos serviços de saúde são reveladoras de vulnerabilidade e risco e funcionam como um alerta para que a assistência social inclua as famílias em descumprimento nos serviços de atendimento integral às famílias. |
| 2009/ 2010 | Realização de Seminários Regionais Intersetoriais – educação, saúde, assistência social, ressaltando a concepção em torno da condicionalidade do Programa Bolsa Família e a importância da articulação intersetorial no processo de acompanhamento das condicionalidades. |

| | |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2011 | Lançamento do Plano Brasil sem Miséria – reforço da importância das condicionalidades de educação e de saúde no eixo de acesso aos serviços, partindo da compreensão da característica multidimensional da pobreza. |
| 2012 | A parceria do Programa Bolsa Família com o Ministério da Educação viabilizou a expansão da educação integral em escolas com maioria de estudantes do Programa Bolsa Família. Publicação de Nova Portaria de Condicionalidades. A partir dessa Portaria, nenhuma família deverá ter o benefício cancelado por descumprimento de condicionalidades sem que antes seja inserida no trabalho social com famílias. Reforço do conceito de condicionalidade como acesso aos direitos básicos. |
| 2013 | Aprofundamento de estudos que evidenciam o impacto das condicionalidades na melhoria das condições de educação e de saúde das famílias do Programa Bolsa Família. |
| 2014 | O Programa Bolsa Família é citado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) como um dos responsáveis pela saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome. Outros motivos citados para redução da fome e da miséria no País são o aumento da oferta de alimentos, o aumento da renda dos mais pobres com o crescimento real de 71,5% do salário mínimo e a geração de 21 milhões de empregos, a merenda escolar a 43 milhões de crianças e jovens brasileiros e a governança, transparência e participação da sociedade, com a recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). É também um dos responsáveis pela redução da pobreza extrema no Brasil, que caiu 75% entre 2001 e 2014. |

Fonte: Condicionalidades do Programa Bolsa Família. Disponível em https://www.wwp.org.br/sites/default/files/2_condicionalidades_programa_bolsa_familia_linha_do_tempo.pdf. Acesso em 1 de janeiro de 2016.

Gênero e interseccionalidade

A **interseccionalidade** tem se constituído como uma importante ferramenta para se identificar situações de opressão em diversas áreas do conhecimento. No campo de políticas públicas, por exemplo, já é possível identificar algumas experiências direcionadas para a construção de novos campos para se trabalhar desigualdades que estão articuladas, como os programas que buscam trabalhar de forma articulada as desigualdades de raça, de gênero, de classe social, faixa etária e orientação sexual.

O Programa Bolsa Família é um programa que articula, por exemplo, principalmente as desigualdades de classe social às de gênero. Ainda, uma vez que a maioria das beneficiárias é de mulheres negras, a articulação da transformação das normas de gênero com a transformação de outras normas sociais que produzem racismo é também importante.

Para entender um pouco mais sobre interseccionalidade

A partir dos anos 1980, as feministas passaram a utilizar o termo **gênero**, como forma de explicitar a construção social de feminilidades e masculinidades, assim como as desigualdades entre mulheres e homens. Estas desigualdades são ainda maiores quando se cruza o gênero – feminino ou masculino – com outras condições sociais como classe social, relações etnoraciais, geração, deficiências, dentre outras.

Até aquele momento, era senso comum que as diferenças biológicas entre mulheres e homens eram naturais e inevitáveis. Assim, cabia à mulher ser submissa e atuar no espaço privado – cuidando da casa e da família – e, ao homem, atuar no espaço público. O conceito de gênero começou a ser utilizado pelo movimento de mulheres como uma estratégia política para o enfrentamento das situações de submissão de mulheres aos homens, fortalecendo a luta das mulheres por direitos iguais.

E como veremos ao longo deste Caderno, algumas pessoas estão mais vulneráveis a situações de violência do que outras. E quando combinadas em

vários tipos de violência – de classe, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, dentre outras – se dá o nome de **interseccionalidade**.

Trabalhar com esta abordagem é pensar em categorias de classificação que se relacionam entre si. Para entender melhor essa perspectiva, vamos pensar em ruas e avenidas que se entrecruzam, criando um enorme congestionamento de automóveis que, por mais que se tente resolver o problema, mais complicado fica.

Pensando em seres humanos, esta analogia pode nos levar a uma reflexão sobre vários eixos de desigualdade como o racismo, o sexismo e a homofobia, por exemplo, gerando aspectos dinâmicos e ativos de opressão e desempoderamento. Para melhor entender essa discussão, vamos pensar em um exemplo:

Aurora é negra, vive em uma comunidade empobrecida e é discriminada pelos seus pares por ser transexual. Não necessariamente Aurora sofrerá algum tipo de opressão por ser negra ou pobre ou transexual. A questão é que, quando todas essas diferenças se sobrepõem, elas se complementam entre si, favorecendo situações de opressão, discriminação social e estereótipos.

A importância de desenvolver uma perspectiva que revele e analise a discriminação interseccional reside não apenas no valor das descrições de experiências vividas por algumas pessoas e/ou grupos. Favorece, ainda, o questionamento de compreensões parciais e por vezes distorcidas e, provavelmente, contraproducentes. No caso de Aurora, o preconceito ou a discriminação (e demais violências daí decorrentes) contra pessoas em função da sua **orientação sexual** e da **identidade de gênero** possui um caráter multifacetado e abrange diferentes violências tipificadas pelo código penal.

Assim, trabalhar sobre a perspectiva da interseccionalidade é, antes de tudo, criticar a forma como, por tanto tempo, as categorias utilizadas para discriminar seres humanos foram discutidas como independentes ou como se fossem construídas por processos diferenciados. Afinal, não é toda a comunidade LGBT que é afetada pelo preconceito, opressão e pela discriminação de uma mesma forma e em um mesmo grau. Uma travesti negra, por exemplo, pode experimentar a opressão por identidade de gê-

nero de uma maneira diferente daquelas que não enfrentam situações de racismo. Da mesma forma, quanto mais as pessoas se afastam dos estereótipos de gênero vigentes, mais discriminadas elas são (como acontece com gays “afeminados” ou lésbicas masculinizadas).

Diversidade sexual¹⁴

O termo *diversidade sexual* diz respeito ao reconhecimento das diferentes possibilidades de expressão da sexualidade ao longo da existência dos seres humanos. A *heterossexualidade* é apenas uma entre outras formas de sexualidade, legitimada pela associação que se faz entre sexo e procriação. A *homossexualidade* e a *bissexualidade*, por sua vez, são outras expressões do desejo, do afeto e da sexualidade. Para entendermos melhor o que vem a ser diversidade sexual, precisamos conhecer três conceitos:

Sexo biológico – é constituído pelas características fenotípicas (órgãos genitais externos, órgãos reprodutores internos, mamas, barba) e genotípicas (genes masculinos e genes femininos) presentes em nosso corpo. Existem somente dois sexos: XY de macho e XX de fêmea.

Identidade de gênero – refere-se à maneira como alguém se sente e se apresenta para si e para os demais como feminino e masculino, ou ainda uma mescla de ambos, independente tanto do sexo biológico quanto da orientação sexual.

Orientação sexual – diz respeito à direção ou à inclinação do desejo afetivo e erótico. Esse desejo, ao direcionar-se, pode ter como único ou principal objeto pessoas do sexo oposto (heterossexualidades), pessoas do mesmo sexo (homossexualidades) ou de ambos os sexos (bissexualidades). Estes termos estão no plural, pois existem várias dinâmicas e formas de expressão do desejo. Os assexuados, por sua vez, representam um caso singular, uma vez que podem apresentar uma orientação

¹⁴ JESUS, Beto. Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. CORSA/ECOS, 2008. Entenda Identidade de Gênero e Orientação Sexual. Disponível em <http://www.plc122.com.br/orientacao-e-identidade-de-genero/entenda-diferenca-entre-identidade-orientacao/#ixzz2Z1crNcNP>. Acesso em 14 de março de 2016.

romântica, porém não sexual, direcionada a algum dos gêneros (ou a ambos), ou não apresentarem orientação romântica e nem sexual. A aceitação (ou não) da diversidade sexual varia de acordo com os costumes de determinada época, cultura ou sociedade.

ALGUNS NÚMEROS

No Brasil, existe uma persistente violação de direitos humanos de lésbicas, *gays*, **bissexuais**, **travestis** e **transexuais** (LGBT).

Dados disponibilizados pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República sobre a violência homofóbica de 2012, a partir dos dados provenientes do Disque Direitos Humanos (Disque 100) da SDH, mostram que foram registradas pelo poder público **3.084** denúncias de **9.982** violações relacionadas à população LGBT, envolvendo **4.851** vítimas e **4.784** suspeitos.

Em relação a 2011, houve um aumento de **166,09%** de denúncias e **46,6%** de violações, quando foram notificadas 1.159 denúncias de 6.809 violações de direitos humanos contra LGBT, envolvendo **1.713** vítimas e **2.275** suspeitos. Entre as vítimas das denúncias, **60,44%** foram identificadas como *gays*, **37,59%** como lésbicas, **1,47%** como travestis e **0,49%** como transexuais.

Fonte: BRASIL. **A violência homofóbica em números.** Disponível em <http://brasildebate.com.br/a-violencia-homofobica-em-numeros/#sthash.a66awYoZ.dpuf>. Acesso em 22 de fevereiro de 2016.

Outro tipo de violência de gênero acontece em relação às/aos transexuais e travestis, que nem sempre têm o uso do seu **nome social** respeitado pelas instituições, têm dificuldades para utilizar o banheiro de acordo com o seu gênero e sofrem diversos tipos de agressões físicas, verbais e psicológicas, inclusive dentro das instituições que deveriam protegê-los, tais como escolas, serviços de saúde, empresas e até em suas próprias famílias.

Gêneros, raças e etnias

Sabemos que a humanidade é composta por pessoas diferentes. E essa diversidade faz parte da vida de cada um/a de nós. As pessoas possuem ca-

racterísticas físicas distintas como o fato de ser mulher e homens, jovem ou idosa/o, negro/a ou branco/a, a classe social de pertencimento, dentre tantas outras.

Mesmo que a Constituição Federal brasileira afirme que todas as pessoas são iguais, podemos perceber que, em nossa sociedade, algumas pessoas são excluídas e/ou discriminadas a partir de atributos supostamente “naturais” como cor, sexo, gênero, idade, deficiência, orientação sexual ou pertencimento étnico. Transformar essas diferenças em desigualdades é o que faz com que alguns grupos sejam vistos como mais ou menos importantes e, por conta disso, sejam tratados de forma hierarquicamente diferente.

O **racismo** e a **discriminação racial** são formas de utilizar as diferenças como um modo de dominação, gerando, pois, situações de desvantagem e desigualdade. Em termos gerais, é possível afirmar que as mulheres negras estão em desvantagem em muitos aspectos em relação aos homens de seu grupo racial, seja em termos de ocupação profissional, acesso à educação, salários etc.

ALGUNS NÚMEROS

- De acordo com publicação eletrônica mensal do Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais – LAESER¹⁵, a desigualdade entre os rendimentos dos homens brancos e das mulheres negras e pardas, em outubro de 2014, era igual a 133,3%. No mesmo ano, as mulheres brancas tiveram rendimentos 28,4% mais elevados do que os homens negros e pardos.
- Das 14 milhões de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em 2014, 73% eram compostas por pessoas negras, sendo 68% delas chefiadas por mulheres negras.
- No País existem cerca de 2.197 comunidades quilombolas reconhecidas, com uma população estimada de 1,17 milhão de pessoas. Em 2014, cerca de 261,5 mil quilombolas estavam inscritos no Programa Bolsa Família.

¹⁵ Disponível em <http://www.laeser.ie.ufrj.br/PT/tempo%20em%20curso/TEC%202014-12.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2015.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), “construir pontes que aproximem as realidades de brancos/as e negros/as no Brasil é um desafio monumental de engenharia social e econômica. Nas últimas duas décadas, políticas públicas de natureza diversa, adotadas em diferentes níveis de governo, têm sido capazes de impulsionar a construção das bases da igualdade”¹⁶. A melhoria nas condições de vida, bem como no acesso a serviços e direitos da população negra, tem sido demonstrada em vários estudos, mas ainda há um longo caminho a percorrer na direção de garantir o exercício de direitos iguais, independente de gênero, raça/etnia, idade, local de moradia ou quaisquer outras características e/ou diferenças individuais e coletivas.

¹⁶ Extraído de: http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711.

Entre as/s jovens negras/os, nos deparamos com altos índices de violência devido às dificuldades de acesso à educação, aos serviços de saúde e de integração ao ambiente de trabalho. Isso significa, portanto, uma menor expectativa de vida para a população negra em comparação à branca.

ALGUNS NÚMEROS

Na publicação **Mapa da Violência de 2015**, chama a atenção o fato de que **93%** das vítimas de violência são homens. Outros perfis que se destacam são de escolaridade e cor. Homens negros morrem três vezes mais que homens brancos, e as vítimas com baixa escolaridade também são maioria. Além disso, a arma de fogo foi usada em **81,9%** dos homicídios de adolescentes de 16 anos e em **84,1%** dos homicídios na faixa de 17 anos.

Ao analisar a evolução da mortalidade por armas de fogo no período de 1980 a 2012, o crescimento da mortalidade entre os jovens foi bem mais intenso que no resto da população. Se na população total o número de vítimas cresceu **387%**, entre os jovens esse crescimento foi de **463,6%**.

Também os homicídios juvenis cresceram de forma bem mais acelerada: na população total foi de **556,6%**, mas entre os jovens o aumento foi de **655,5%**.

Em todas as categorias de raça/cor, os homicídios são a forma quase exclusiva de utilização das armas de fogo, mas para os negros esse fato adquire sua máxima expressão: **95,6%** de suas vítimas foram assassinados por balas, fato que se repete em maior número entre os jovens negros.

Já nos registros do Sistema de Informação sobre Mortalidade, entre 1980 e 2013, **106.093** mulheres morreram vítimas de homicídio num ritmo crescente ao longo do tempo. O número de vítimas passou de 1.353 mulheres em 1980 para 4.762 em 2013, um aumento de **252%**. A taxa, que em 1980 era de 2,3 vítimas por 100 mil, passa para 4,8 em 2013, um aumento de **111,1%**. Em nosso país, **55,3%** dos casos de violência de gênero foram cometidos no ambiente doméstico e **33,2%** dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas, com base em dados de 2013 do Ministério da Saúde.

Fonte: Mapa da violência 2015 – Mortes Matadas por Armas de Fogo. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>. Acesso em 14 de dezembro de 2015.

MÓDULO 3

Gênero e masculinidades

Embora o termo gênero diga respeito tanto às mulheres quanto aos homens, a maior parte dos estudos de gênero foi tradicionalmente composta por análises sobre as mulheres. Somente após vários anos é que se realizaram no Brasil as primeiras pesquisas sobre homens e **masculinidades**. Até então descrita como um modelo de homem empreendedor, guerreiro, provedor e bem-sucedido, a construção das masculinidades passou a ser questionada, principalmente, depois das conferências organizadas pelas Nações Unidas: **Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, IV Conferência Mundial sobre Mulheres**.

Marcos legais – conferências internacionais

Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994) – esta conferência promoveu uma mudança de paradigma na abordagem global sobre os temas de população e desenvolvimento. Até então, a agenda de população era orientada por objetivos demográficos, controle populacional ou planejamento familiar *stricto sensu*, passando, então, a ter como foco a promoção de Direitos Humanos, com ênfase no exercício de direitos reprodutivos. Recomenda-se estimular os homens a assumirem responsabilidade pelo seu próprio comportamento sexual, por sua fecundidade e pela saúde e bem-estar de suas companheiras, de suas filhas e de seus filhos.

IV Conferência Mundial sobre Mulheres (Beijing, 1995) – do mesmo modo que a CIPD, esta conferência enfatizou a importância de se incluir os homens nos esforços de melhorar o *status* socioeconômico de mulheres e meninas.

Fontes: ARILHA, Margareth. **Masculinidades e gênero:** discursos sobre responsabilidade na reprodução. Disponível em http://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/24_arilha_margaret_termo.pdf. PITANGUY. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

A partir das ações de *advocacy*¹⁷ lideradas pelo movimento das mulheres e destas conferências, esforços foram direcionados para uma maior participação masculina em questões que afetam o cuidado para com as/os filhas/os e as decisões sexuais e reprodutivas compartilhadas. O tema das masculinidades ganhou força nos países da América Latina, reforçando-se que a masculinidade é, também, uma construção social e histórica, percebida e vivenciada de formas distintas. Ainda de acordo com as recomendações da CIPD, cabe aos homens promover seu ativo envolvimento na paternidade responsável, no comportamento sexual e reprodutivo, inclusive o planejamento reprodutivo, os cuidados pré-natais, maternais e infantis, a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST), inclusive o HIV.

Atualmente, muitos homens se envolvem na vida das/os filhas/os, dividindo tarefas domésticas e o pagamento de contas. Contudo, a divisão compartilhada das tarefas cotidianas entre pais e mães ainda é uma promessa distante. **É preciso, pois,** criar oportunidades para que os homens possam desenvolver capacidades, habilidades e competências nas situações que envolvem o cuidado e os direitos das crianças e dos adolescentes. E uma forma de aproximar mais os homens de suas filhas e seus filhos pequenos, legalmente, é aumentando o tempo para os pais cuidarem dos recém-nascidos para seis meses. Estes mesmos direitos estão assegurados a quem adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção.

Neste Caderno, assumimos que os homens também precisam ser engajados no questionamento de normas de gênero e masculinidades, deixando de reproduzir crenças e expectativas opressivas com pessoas com as quais se relacionam. E, quanto mais cedo esses homens forem estimulados a refletir sobre suas atribuições em seus relacionamentos com mulheres e outros homens, mais definitivas serão as mudanças em relação às normas rígidas de gênero. A transformação de normas que naturalizam os papéis de mulheres e homens, envolvendo a ambos, é considerada fundamental nesta publicação para o alcance de resultados relacionados à desigualdade econômica e de gênero, à saúde e à redução da violência.

17 O termo *advocacy*, geralmente, é traduzido para o português como incidência política. Em termos mais simples, diz respeito à pressão e à articulação dos movimentos sociais para influenciar as decisões sobre políticas, programas e orçamentos, as percepções públicas sobre normas sociais, o envolvimento e o apoio da sociedade para um determinado tema ou causa, por meio de um conjunto de ações bem planejadas e organizadas, realizadas por um grupo de indivíduos ou organizações comprometidas e que trabalham de maneira articulada.



Compartilhando experiências

Caminhos para o envolvimento dos homens em reflexões sobre gênero

Em uma experiência-piloto desenvolvida pelo Instituto Papai, ficou evidente a ausência de espaços cotidianos para homens discutirem as normas de gênero. Muitos dos participantes das atividades mostravam estranhamento em discutir as temáticas abordadas, como sexualidade e atribuições sociais, a partir de uma perspectiva de gênero que visava superar as desigualdades. Esses resultados apontaram para a necessidade de desenvolvermos atividades de discussão com homens em programas de transferência condicionada de renda.

Em atividade promovida pelo Promundo junto a profissionais que acompanham o Programa Bolsa Família na cidade do Rio de Janeiro, foram apontados alguns dados interessantes sobre a participação dos homens em atividades oferecidas pelos serviços. Alguns homens procuraram por serviços vinculados ao Programa Bolsa Família (especialmente os CRAS) para se inscreverem no Programa Nacional de Ensino Técnico e Acesso ao Emprego (PRONATEC) ou no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Essa busca se configurou como uma porta de entrada para o trabalho de reflexão sobre gênero com homens.

Em relação aos homens de famílias diretamente beneficiadas com o Programa Bolsa Família, estes não costumam acessar os serviços porque seu horário de funcionamento coincide com os horários em que os homens estão trabalhando, e, em função dos estereótipos de gênero, parece ser mais difícil para os homens pedir licença no trabalho para participar de reuniões ou atividades relacionadas ao cuidado e à família. Segundo as/os profissionais consultados, uma das formas de possibilitar que homens frequentem os serviços (de saúde, assistência social, educação) é oferecer horários alternativos de funcionamento (à noite, aos sábados).

Campanhas para envolvimento dos homens na equidade de gênero:

“Dá Licença, Eu Sou Pai!”

No passado, as mulheres eram as únicas responsáveis pelo cuidado para com suas/seus filhas/os. Felizmente, essa situação mudou. Afinal, os pais, as mães e as/os cuidadoras/es não são mais como os do século passado.

Na verdade, as famílias mudaram bastante. *E se o pai for solteiro? E se for um caso de guarda compartilhada? E se forem dois pais?*

É pelo direito de cuidar das/os filhas/os e por uma divisão sexual do trabalho doméstico mais justo que o **Instituto Papai** – em parceria com outras organizações governamentais e não governamentais – criou a **Campanha Dá Licença, Eu Sou Pai!**

Essa campanha tem como objetivo garantir a igualdade de direitos entre mulheres e homens, no campo reprodutivo. É também uma forma de se garantir o direito à proteção das crianças e adolescentes, tal qual explicitado do Estatuto da Criança e do Adolescente – o ECA.

Fonte: <http://institutopapai.blogspot.com.br/p/campanha-da-licenca-eu-sou-pai.html>. Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

O Movimento ElesPorElas (HeForShe)

“Criado pela ONU Mulheres, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, o movimento ElesPorElas (HeForShe) é um esforço global para envolver homens e meninos na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial, e ajudar homens e mulheres a modelarem juntos uma nova sociedade.

O alcance da igualdade de gênero requer uma abordagem inclusiva, que reconheça o papel fundamental de homens e meninos como par-

ceiros dos direitos das mulheres e detentores de necessidades próprias baseadas na obtenção deste equilíbrio. O movimento ElesPorElas (He-ForShe) convoca homens e meninos como parceiros igualitários na elaboração e implementação de uma visão comum da igualdade de gênero que beneficiará toda a humanidade¹.

Saiba + sobre a campanha pelo site: <http://www.onumulheres.org.br/elsesporelas/>

MÓDULO 4

Gênero e famílias

A família já não é a mesma. Muita coisa mudou nos últimos séculos, mas, mesmo assim, a **família** continua sendo uma instituição importante não só pelo cuidado para com as pessoas que fazem parte desse grupo, mas, também, pelos primeiros ensinamentos de como agir em um determinado contexto social e cultural, reforçando e legitimando comportamentos que a sociedade “espera” das mulheres e dos homens.

De que família estamos falando?

Não existe um conceito único sobre o que vem a ser uma família, pois ela é dinâmica e plural. Por esta razão, não vamos apresentar um único conceito, mas vários:

... como instituição socializadora de seus membros, é o espaço de proteção e cuidado em que as pessoas se unem pelo afeto ou por laços de parentesco, independente do arranjo familiar em que se organize.

... é um processo que se constrói a partir de várias relações, independente da classe, gênero, etnia ou idade.

... é um grupo de pessoas com vínculos afetivos de consanguinidade ou de convivência. A família é o primeiro núcleo de socialização dos indivíduos. É por meio dela que os valores e costumes que irão formar a personalidade e a bagagem emocional das pessoas são transmitidos.

... é uma estrutura que se modifica segundo contextos sociais, culturais e históricos. Chama-se família nuclear àquela que é formada por um casal e seus filhos e filhas. Já a família estendida é composta por várias pessoas que possuem, geralmente, laços de parentesco: avós, avôs, tios, tias, primos, primas etc.

... existem vários tipos de família: as formadas apenas pela mãe ou pelo

pai; as de pais separados que se uniram com outras pessoas; *as de casais do mesmo sexo etc.*

...atualmente, existem diversas possibilidades de organização familiar e, assim, há famílias formadas por casais heterossexuais sem filhas/os, famílias constituídas por casais homossexuais com e sem filhas/os, guarda-compartilhada das crianças por seus pais, mães e novos companheiras/os, só para dar alguns exemplos.

Fonte: SESC. Educação em saúde sexual e saúde reprodutiva, no prelo.

Estes diferentes conceitos mostram que as famílias, nos dias de hoje, mudaram muito. Existem, ainda, aquelas formadas só pela mãe ou só pelo pai, as de pais/mães separados que se uniram com outras pessoas; casais homossexuais e bissexuais; as **mulheres chefes de família** etc.

Está na constituição! – Famílias

Em nosso país, diversos marcos legais contribuíram para uma concepção de família composta por diferentes arranjos: Constituição da República Federativa do Brasil (1988), como os direitos de cidadania ampliados; o reconhecimento das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos, expresso pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e, por último, o Código Civil (2002).

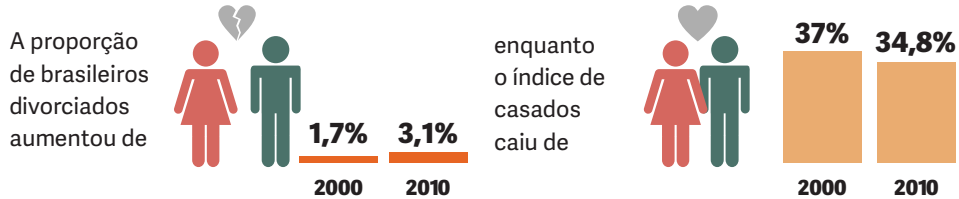
Consulte-os!

Fonte: SOUSA, A. B. L.; BELEZA, M. C. M. & ANDRADE, R. F. C. Novos arranjos familiares e os desafios ao direito de família. leitura a partir do Tribunal de Justiça do Amazonas. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP Macapá, n. 5, p. 105-119, dez. 2012. <http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> ISSN 1984-4352. Acesso em 20 de junho de 2016.

Portanto, uma vez que a família vem se modificando e construindo novas relações a partir de transformações da própria sociedade, novos arranjos familiares devem ser considerados, como mostra a imagem a seguir:

NOVAS FAMÍLIAS

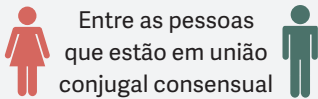
UNIÕES E SEPARAÇÕES



O Rio de Janeiro é o estado com maior porcentual de pessoas que já viveram em união conjugal e não vivem mais:

17,5% > O índice é maior do que a média do país

14,6% passaram por uma separação



Entre as pessoas que estão em união conjugal consensual

6,1%

são divorciadas

A união consensual foi a que mais cresceu



ao mesmo tempo em que caiu o índice de

casamentos civis e religiosos



FAMÍLIAS



das famílias no Brasil são formadas por casais com filhos

54,9%

16,3% desses grupos

os filhos são só de um dos parceiros ou de ambos em relacionamentos anteriores, um indicativo de aumento das uniões reconstituídas



Mulheres são responsáveis por **37,3%** das famílias, mas em **62,7%** dos lares o rendimento delas ajuda no sustento da casa

Elas têm cada vez menos filhos **1,9** por mulher

E engravidam mais tarde: aos **26,8 anos de idade**

MÓDULO 5

Gênero e trabalho

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT¹⁸, em pleno século 21, ainda vivemos em uma estrutura que divide o trabalho em produtivo e reprodutivo. O primeiro é realizado na esfera pública e profissional, que resulta na produção de bens ou serviços com valor econômico no mercado. E o segundo é realizado na esfera privada e domiciliar, que resulta nas atividades domésticas, de assistência e cuidado das pessoas, especialmente crianças, adolescentes, pessoas idosas, enfermas ou com deficiência, o que confere um valor social inferior e, conseqüentemente, o desconhecimento do seu valor econômico.

Em geral, a concentração do trabalho reprodutivo fica nas mãos das mulheres, uma vez que naturalizamos a ideia de que são as mais adequadas para o cuidado da casa e dos filhos. Quando realizam algum trabalho produtivo, acabam por acumular uma dupla ou tripla jornada, o que pode afetar seu desempenho e maior dedicação ao trabalho pago.

Em relação ao trabalho remunerado, é comum que as mulheres se dediquem ao emprego doméstico e algumas atividades sociais de cuidado, como magistério, enfermagem e assistência social. Tais atividades também são naturalizadas como pertencendo ao universo feminino, o que faz com que salários sejam mais baixos. Em atividades como do campo da construção civil, administração e cálculo, naturalizadas como masculinas, as mulheres ainda costumam enfrentar barreiras para serem bem aceitas.

O cruzamento das dimensões de gênero e etnorraciais permitem, ainda, a identificação de formatos, intensidades e segregações no mercado de trabalho brasileiro, especialmente, às mulheres negras. São elas que, em sua maioria, desenvolvem ocupações mais desvalorizadas socialmente e monetariamente, como o trabalho doméstico, sofrendo uma dupla discriminação: de gênero e de raça/etnia.

18 LEONE, Eugenia Troncoso. O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal. Brasília: Escritório da OIT no Brasil, 2010.

Apesar de a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmar em dois de seus artigos:

Artigo 23

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses.

Artigo 24 – Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas.

Se olharmos a situação das mulheres, sobretudo negras e pobres, ainda temos muito que avançar para garantir a paridade de oportunidades e remuneração entre mulheres e homens no mercado de trabalho.

ALGUNS NÚMEROS

- Entre 1995 e 2009, a proporção de mulheres chefes de família aumentou mais de 10 pontos percentuais. Esta proporção passou de 22,9% em 1995 para 35,2% no ano de 2009. Isso significa que temos cerca de 21,7 milhões de famílias chefiadas por mulheres (IPEA, 2011).
- Ainda são percebidas situações de maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres, em especial por mulheres negras. Os dados de rendimento, por exemplo, mostram que a renda domiciliar per capita média de uma família chefiada por um homem branco

é de R\$ 997, ao passo que a renda média numa família chefiada por uma mulher negra é de apenas de R\$ 491.

- A participação das mulheres na renda familiar tem aumentado gradativamente, representando, na média, metade da renda familiar (45%). Isso se deve tanto ao aumento da participação da mulher no mercado de trabalho como à mudança no perfil dos arranjos familiares.
- Estudo divulgado em 2009 pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID mostra que o Brasil apresenta um dos maiores níveis de disparidade salarial. Os homens ganham aproximadamente 30% a mais que as mulheres de mesma idade e nível de instrução
- Enquanto 69% das famílias chefiadas por mulheres negras ganham até um salário mínimo, este percentual cai para 41% quando se trata de famílias chefiadas por homens brancos.
- Segundo dados do IBGE (2013), apesar de as mulheres representarem 51,3% da população brasileira, a participação do público feminino na política é pequena e não corresponde à proporção de mulheres no País.

Fontes: IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em 21 de janeiro de 2016. BID. **Homens recebem salários 30% maiores que as mulheres no Brasil**. Disponível em <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil>. Acesso em 22 de janeiro de 2016.

Quando boa parte das famílias está em situação de pobreza ou pobreza extrema, é importante que as necessidades básicas sejam supridas para que haja equidade nas oportunidades. Portanto, as famílias que se encontram nessas condições são famílias que não têm seus direitos garantidos enquanto cidadãos e cidadãs, e desta forma são excluídos da sociedade, inclusive do mercado de trabalho. Vivem em condições precárias de alimentação, moradia ou saneamento, necessitando não só de políticas públicas voltadas isso, mas, também, de políticas que garantam a perspectiva de gênero em suas atividades e ações.



Marco Legal

Prevista na **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**, a Proteção Social Básica tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Seus programas, projetos, serviços e benefícios destinam-se à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social.

Na proteção básica, o trabalho com as famílias necessita considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, partindo do pressuposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros.

De acordo com diagnósticos realizados pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, os principais problemas na geração de empregos e na qualidade dos empregos gerados explicitaram o grau de vulnerabilidade ocupacional de grupos mais desfavorecidos, ressaltando as desigualdades de gênero, raça/etnia, deficiências, classe social, diversidade sexual e identidade de gênero, dentre outras.

Fonte: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/igualdade_genero_262.pdf

A feminização da pobreza e a discriminação baseada em questões de sexo, idade ou origem étnica significam que os grupos mais vulneráveis e marginalizados são as pessoas mais susceptíveis de integrar a economia informal. Em geral, as mulheres conciliam múltiplas responsabilidades como garantir a subsistência da família, tratar das tarefas domésticas e cuidar das/os idosos/as e das crianças. Além disso, veem-se confrontadas com uma discriminação em matéria de acesso à educação e à formação, bem como a outros recursos econômicos. Arriscam-se, assim, mais do que os homens, a ter de optar pela economia informal. Isso favorece, ainda, o desenvolvimento do trabalho infantil, minando as estratégias de criação de empregos e de redução da pobreza, os programas de educação e de forma-

ção e as perspectivas de desenvolvimento dos países. E, para abolir o trabalho infantil, é indispensável que empregos de qualidade para os adultos sejam disponibilizados. A erradicação do trabalho infantil é uma das conquistas para que os direitos de crianças e adolescentes sejam garantidos de forma integral, incluindo o acesso à educação e ao cuidado adequado ao seu desenvolvimento.

Um dos reflexos da discriminação de gênero está no acesso às vagas de emprego. As mulheres, muitas vezes, acabam em empregos precários, com baixos salários, e constituem uma pequena parcela das pessoas em posições de liderança. A discriminação restringe o acesso das mulheres a bens econômicos, tais como terra e empréstimos, e limita a participação delas na definição das políticas econômicas e sociais. E, como elas ainda desempenham a maior parte do trabalho doméstico e das tarefas de cuidado, seja de crianças, de idosos/as, de doentes, de animais e do lar, muitas vezes têm pouco tempo para buscar oportunidades econômicas.

Investir na capacitação econômica das mulheres define um caminho direto para a igualdade de gênero, a erradicação da pobreza e o crescimento econômico inclusivo. As mulheres trazem enormes contribuições para a economia, seja em negócios, em fazendas, como empresárias ou empregadas, ou desempenhando as tarefas domésticas como trabalho não remunerado.

O desafio que temos pela frente é o de influenciar as ações do Programa Bolsa Família, envolvendo os homens na promoção do **empoderamento** econômico das mulheres, incluindo entre outros fatores a participação política, a tomada de decisão e a igualdade no mercado de trabalho. Atividades em grupo podem estimular mulheres e homens a refletirem de forma crítica sobre os processos de decisão, dinâmicas de poder no trabalho e a distribuição de tarefas em casa. A divisão dessas tarefas permite também que a mulher possa se dedicar ao trabalho, além de lhe garantir seu tempo de descanso, como lhe é de direito. Por outro lado, a participação dos homens nos cuidados domésticos e cuidado das filhas e dos filhos ajuda no questionamento de normas de gênero e lhe traz muitos ganhos para sua relação com a parceira, com filhas e filhos e para sua própria saúde.

Boas novas: Painel de Alto Nível sobre o Empoderamento Econômico das Mulheres

Durante o Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça, em 21 de janeiro de 2016, criou-se o primeiro Painel de Alto Nível sobre Empoderamento Econômico das Mulheres. Com o objetivo de debater e mobilizar ações concretas para combater desigualdades de gênero e promover a liderança das mulheres na economia, o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, ressaltou que é urgente dar maiores atenções às barreiras que ainda existem para o empoderamento das mulheres e sua total inclusão em atividades econômicas.

De acordo com a ONU Mulheres, o Painel oferecerá recomendações para a implementação da Agenda 2030, com vistas a garantir a melhoria dos benefícios econômicos para as mulheres e estimular a participação feminina na busca por um crescimento sustentável, inclusive na área do meio ambiente. A ideia é discutir e estabelecer diretrizes aos governos e outras instituições, facilitando o alcance das metas e indicadores específicos contemplados nos Objetivos 5 e 8, que promovem a Igualdade de Gênero e o Trabalho Decente e Crescimento Econômico, respectivamente.

Ainda segundo o secretário, o grupo buscará diminuir as lacunas econômicas entre mulheres e homens que persistem no mundo. O painel fará recomendações para a implementação da Agenda 2030 no sentido de melhorar os resultados econômicos para mulheres e também para promover liderança em um crescimento ambiental sustentável e inclusivo.

Pesquisas mostram que as mulheres investem suas rendas na família e na comunidade em que vivem, incluindo as áreas de educação e saúde. As mulheres continuam ganhando menos do que os homens, têm menos bens e realizam os trabalhos e as atividades mais vulneráveis e mal pagos.

No entanto, apesar dos progressos conquistados até agora para promover a igualdade de gênero, há ainda uma necessidade urgente de li-

dar com barreiras estruturais ao empoderamento das mulheres. E essa é uma justificativa para a promoção e a ampliação de programas de transferências de renda.

Fonte: Painel voltado para fortalecimento econômico das mulheres ganha apoio de agências da ONU. Disponível em <https://nacoesunidas.org/painel-voltado-para-fortalecimento-economico-das-mulheres-ganha-apoio-de-agencias-da-onu/>. Acesso em 27 de janeiro de 2016. ONU Mulheres lança painel de alto nível sobre empoderamento das mulheres. Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-lanca-painel-de-alto-nivel-sobre-empoderamento-das-mulheres/>. Acesso em 21 de janeiro de 2016.



Compartilhando experiências

Empoderamento Econômico de Mulheres Negras

A CRIOLA, uma organização da sociedade civil fundada em 1992 e, desde então, conduzida por mulheres negras, define sua atuação a partir da defesa e da promoção de direitos das mulheres negras em uma perspectiva integrada e transversal. Visa à inserção de mulheres negras como agentes de transformação, contribuindo para a construção de uma sociedade fundada em valores de justiça, equidade e solidariedade, em que a presença e a contribuição da mulher negra sejam acolhidas como um bem da humanidade.

Em parceria com várias organizações, a CRIOLA apoia e divulga o empreendedorismo das mulheres negras, especialmente as artesãs, e sua participação em diferentes espaços de intercâmbio, aprendizagem e comercialização de produtos com a marca da cultura afro-brasileira.

Fonte: CRIOLA. Disponível em http://criola.org.br/?page_id=257. Acesso em 21 de janeiro de 2016.



Compartilhando experiências

Qualificação para o Trabalho

O programa **Transcidadania** é destinado a promover os direitos humanos e oferecer condições de recuperação e oportunidades de vida para travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social na cidade de São Paulo.

O programa é fundamentado na transferência de renda condicionada a ações de elevação da escolaridade e qualificação profissional, em atividades de 30 horas semanais durante dois anos, com abordagens semestrais.

Coordenado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) da cidade de São Paulo, o programa atua em três frentes de ação:

Autonomia – com bolsa e inclusão no Cadastro Único e Programa Bolsa Família.

Oportunidades – com aulas nos ensinos fundamental e médio por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), cursos no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego –PRONATEC, introdução ao mundo do trabalho e estágio.

Cidadania – com cursos de Cidadania, Direitos Humanos e Democracia, respeito ao nome social, preparação e adequação de serviços e equipamentos públicos da saúde, educação e assistência social.

Fonte: Transcidadania. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/noticias/?p=189083. Acesso em 22 de janeiro de 2016.

MÓDULO 6

Gênero e violências

Até aqui, já falamos um pouco sobre gênero, família, poder, vulnerabilidades e proteção. Agora vamos falar sobre um tema mais delicado: **violência**.

Apesar da palavra “violência” nos reportar a situações de assassinatos, furtos, sequestros e terrorismo, as violências estão mais presentes em nosso cotidiano do que se imagina. Ao longo da nossa vida, estabelecemos vários tipos de relações em que, muitas vezes, as violências estão presentes e não as reconhecemos como tal. Mesmo na família, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e desigualdades, diferentes tipos de violência também estão presentes.

Violências

Segundo o **Dicionário Michaelis Online**, a violência pode ser definida como:

... qualidade de violento; qualidade do que atua com força ou grande impulso; força, ímpeto, impetuosidade; ação violenta; opressão, tirania; qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa; constrangimento, físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a submeter-se à vontade de outrem.

Já a **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres** fundamenta-se na definição da Convenção de Belém do Pará (1994), segundo a qual a violência contra a mulher constitui *qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.*

Para a **Organização Mundial da Saúde** (OMS), a violência é o *uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.*

Fontes: BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Disponível em <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>. Acesso em 21 de fevereiro de 2016. <http://www.opas.org.br/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude>, KRUG, E. G. et al. (eds.). **World report on violence and health**. Geneva, World Health Organization, 2002. Disponível em <http://www.opas.org.br/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2016.

A violência é um fenômeno histórico, que está presente em todas as épocas e em diferentes formas. É, também, um fator humano e social que consiste no uso da força, do poder e de privilégios para dominar, submeter e provocar danos a outras pessoas, grupos e coletividades.

Neste Caderno, nos basearemos no conceito da Organização Mundial de Saúde devido à sua amplitude em termos de saúde pública e da convivência. Este conceito é importante, pois considera as diferentes formas de violência que não acarretam necessariamente em lesão ou morte, mas que oprimem as pessoas, as famílias, os sistemas de saúde, as escolas, os ambientes de trabalho e as comunidades. Enfim, a sociedade como um todo.

As desigualdades sociais, econômicas e políticas estruturais entre mulheres e homens, a diferenciação rígida de papéis, as noções de virilidade ligadas ao domínio e à honra masculina são fatores que dizem respeito à **violência doméstica e familiar**. Seu impacto não se observa somente no âmbito individual, mas implica perdas para o bem-estar, a segurança da comunidade e os direitos humanos.

Até hoje, uma das ideias mais recorrentes em nossa cultura continua sendo de que os homens seriam naturalmente violentos e que a violência masculina estaria centrada na biologia. Nessa perspectiva, acredita-se que os homens nasceriam com uma predisposição para a violência. Esta noção estaria associada ao fato de que, em nossa sociedade, são os homens aqueles que mais se envolvem em situações de violência.

Porém, esta ideia tão comum é equivocada.

Se compreendermos que a violência é uma construção social e que, portanto, não é um atributo de nascença e sim algo que se aprende/desenvolve ao longo da vida, não existem pessoas predispostas à violência. O que existe são condições sociais e estruturais que favorecem a (re)produção de contextos e situações de violência.

ALGUNS NÚMEROS

Apesar de ser um crime e uma grave violação de direitos humanos, a violência contra as mulheres segue vitimando milhares de brasileiras reiteradamente. Um exemplo são os dados dos atendimentos realizados de janeiro a junho de 2014, pela Central de Atendimento à Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, que mostram que **77%** das mulheres em situação de violência sofreram agressões semanais ou diariamente.

No Brasil, no período de 2001 a 2011, estima-se que ocorreram mais de **50 mil feminicídios**, o que equivale a, aproximadamente, **5.000 mortes** por ano. Acredita-se que grande parte destes óbitos foram decorrentes de violência, doméstica e familiar, contra as mulheres, uma vez que aproximadamente um terço deles tiveram o domicílio como local de ocorrência.

Fonte: BRASIL. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.** Disponível em <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015.

Do ponto de vista da saúde, as diferentes formas de violência são responsáveis por adoecimento, sofrimento, perdas e mortes. É um fenômeno social de grande dimensão, afetando todas as sociedades. Das mais pobres às mais abastadas.

Marco Referencial

Lei 11.340/06, de 7 de agosto de 2006

Durante todo o século 20, convivemos com o **Código Civil** elaborado por Dom Pedro II e pelo jurista Augusto Teixeira de Freitas, ainda no século 19, e que entrou em vigor em 1917. Entre outras coisas, o documento considerava o homem como o chefe de família e os escravos como bens móveis; o adultério feminino era entendido como crime e as filhas poderiam ser deserdadas e, caso desobedecessem aos pais, teriam sua liberdade cerceada.

Apenas em **2002** esse Código Civil foi revogado e substituído por outro, em conformidade com a Constituição do País, de 1988, que, em seu artigo 226, no parágrafo 8º, prima pela não violência familiar, sem fazer distinção entre direitos de mulheres e homens.

Em **2005**, um projeto de lei que visava à proteção das mulheres no âmbito doméstico foi aprovado na Câmara dos Deputados e, em julho do ano seguinte, no Senado. Surgia assim, a **Lei n. 11.340/06, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha**, em homenagem à farmacêutica bioquímica que ficou paraplégica por causa de um tiro nas costas dado pelo próprio marido e se tornou um ícone da luta contra a violência doméstica e a impunidade dos agressores.

Tipos de violência segundo a Lei Maria da Penha

Violência doméstica – é uma forma de violência entre pessoas que coabitam um determinado espaço. É, também, um abuso físico ou psicológico de um membro de um núcleo familiar em relação a outro, com o objetivo de manter poder ou controle. Esse abuso pode acontecer por meio de ações ou de omissões. A maioria das vítimas desse crime são mulheres.

Violência física – qualquer conduta que ofenda a integridade ou a saúde corporal.

Violência psicológica – entendida como qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Violência patrimonial – entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos, ins-

trumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer necessidades.

Violência moral – entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Violência Sexual – de acordo com a Lei n. 11.340 de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, violência sexual é *qualquer ato sexual não desejado ou a tentativa de obtê-lo por meio da intimidação psicológica ou emocional*. E, de acordo com esta Lei, considera-se uma violência sexual contra uma mulher qualquer conduta que:

- a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada;
- a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade;
- a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação;
- limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Fonte: Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 16 de fevereiro de 2015.

Rompendo o silêncio

Romper o silêncio e falar sobre a violência que sofre ou que sofreu não é tarefa simples para quem vive essa situação. A dependência financeira ou de cuidado pode, muitas vezes, inibir a denúncia. Outro fato é que a agressão em muitos casos é feita por alguém por quem a pessoa nutre uma relação de afeto.

Não devemos julgar ou culpar quem permanece em relações violentas. O papel de cada um de nós que presencia situações como essas é esclarecer

sobre os direitos que todas e todos temos, inclusive mulheres e crianças, de não viver em uma relação que nos prejudica física ou emocionalmente. Oferecer informações sobre os recursos que existem para evitar violência é uma boa saída.

Os coletivos de mulheres, como nos encontros de grupo propostos neste Caderno, também apresentaram resultados no fortalecimento e no apoio para buscar ajuda e sair de uma situação violenta.

Onde procurar ajuda?

As mulheres que sofrem violência podem procurar qualquer delegacia, mas é preferível que se dirijam às Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), também chamadas de Delegacias da Mulher (DDM). Há também alguns serviços que funcionam em hospitais e universidades e que oferecem atendimento médico, assistência psicossocial e orientação jurídica.

A mulher que sofreu violência pode ainda procurar ajuda nas Defensorias Públicas e Juizados Especiais, nos Conselhos Estaduais dos Direitos das Mulheres e em organizações de mulheres.

Nos serviços abaixo, é possível fazer denúncia ou buscar apoio para sair de uma situação de violência:

Casa Abrigo: Busca garantir a integridade física e psicológica de mulheres em risco de morte e de seus filhos – crianças e/ou adolescentes –, favorecendo o exercício de sua condição cidadã; resgatando e fortalecendo sua autoestima e possibilitando que se tornem protagonistas de seus próprios direitos.

Centro de Referência de Atendimento à Mulher: presta acolhimento e acompanhamento psicológico, social e orientação jurídica às mulheres em situação de violência.

Defensoria/Núcleo Especializado da Mulher: tem como objetivo defender as mulheres em situação de violência em qualquer uma de suas modalidades - violência doméstica, sexual, tráfico de mulheres, assédio sexual, etc. - e de vulnerabilidade social.

Delegacia especializada de atendimento à mulher: têm um caráter preventivo e repressivo, realizando ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, as quais devem ser pautadas pelo respeito.

Disque 100: é um serviço de atendimento telefônico gratuito, que funciona 24 horas por dia, nos 7 dias da semana para receber denúncias de violações dos direitos humanos, incluindo violência contra crianças e adolescentes. As denúncias recebidas no Disque 100 são analisadas, tratadas e encaminhadas aos órgãos responsáveis.

Central de Atendimento à Mulher - 180: outro mecanismo de orientação é a Central de Atendimento à Mulher, Ligue 180, com atendimento gratuito 24 horas por dia, de segunda a domingo, inclusive feriados. A central atende em âmbito nacional e oferece orientações sobre o enfrentamento contra a violência e os serviços disponíveis mais próximos.

Notificação da violência pelos serviços de saúde:

Além do encaminhamento às delegacias especializadas ou comuns (em caso de ausência daquelas), faz-se necessário também a notificação conforme estabelecido através da Ficha de Notificação de Violência elaborada pelo Ministério da Saúde. Essa ficha está acessível no link:

http://www.saude.am.gov.br/docs/programas/Ficha_not_violencia.pdf

Homens envolvidos no fim da violência:

Campanha Brasileira do Laço Branco

Essa campanha tem como objetivo sensibilizar, envolver e mobilizar os homens no engajamento pelo fim da violência contra a mulher. Suas atividades são desenvolvidas em consonância com as ações dos movimentos organizados de mulheres e de outras representações sociais que buscam promover a equidade de gênero, por meio de ações em saúde, educação, trabalho, ação social, justiça, segurança pública e direitos humanos.

Saiba + sobre a campanha pelo site: <http://www.lacobranco.org.br>

O valente não é violento

“O Valente não é Violento’ é uma iniciativa dentro da campanha UNA-SE Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres , do Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, que conta com o envolvimento de todas as agências da ONU e é coordenada pela ONU Mulheres. Tem como objetivo estimular a mudança de atitudes e comportamentos machistas, enfatizando a responsabilidade que os homens devem assumir na eliminação da violência contra as mulheres e meninas. Desse modo, a juventude da América Latina e do Caribe poderá ter uma vida livre da violência de gênero¹⁹”.

Saiba + sobre a campanha pelo site: <http://www.ovalentenaovievinto.org.br/>

19 Texto extraído do site oficial da campanha: <http://www.ovalentenaovievinto.org.br/>. Acesso em 09 de junho de 2016.

Prevenção da violência: alguns desafios

Existem várias experiências de prevenção às situações de violência em nosso país. Algumas delas de muito sucesso. Por outro lado, muitas vezes, quando pensamos em propor um trabalho nesse sentido, nos deparamos com uma série de desafios para a implantação de um projeto ou de um programa.

Esses desafios estão listados abaixo:

DESAFIO 1 – Questionar as normas de gênero

Muitos dos conflitos que conhecemos têm a ver com a forma com que mulheres e homens são socializados. Os homens, por exemplo, aprendem desde cedo a responder com violência quando são, xingados pelos colegas, principalmente, de nomes que colocam em dúvida sua virilidade. Do mesmo modo, não aprendem a expressar seus sentimentos de uma maneira calma e tranquila, e podem acabar utilizando violência para expressar a raiva que estão sentindo, ignorando que existem outras formas de lidar com episódios de estresse – melhores e mais positivos – que a violência.

Algumas mulheres, por sua vez, não aprendem a se defender e acreditam que é preciso preservar um relacionamento mesmo em situações em que haja violência. Outras utilizam-se da violência psicológica agredindo os homens por meio de palavras e ameaças.

Nesses casos, valem algumas dicas para aliviar a tensão e não explodir:

- 1 **contar até 10;**
- 2 **sair de perto da pessoa de quem está sentido raiva;**
- 3 **respirar profundamente;**
- 4 **dar uma volta;**
- 5 **procurar por palavras para expressar os sentimentos sem agredir, explicando para a outra pessoa por que está chateado ou dizer o que espera dela.**

Vale ressaltar que os conflitos acontecem o tempo todo e na maioria dos relacionamentos. A forma como se lida com eles é que faz a diferença.

DESAFIO 2 – Reconhecer que os exemplos dos adultos favorecem o aprendizado da violência pelas crianças e pelos jovens.

Considerando que as crianças e os adolescentes estão em um momento de vida de experimentação e construção de subjetividade, é inegável que sofrem influências de algumas pessoas que são referência em suas vidas.

Isso não significa que um menino que presenciou violência na infância reproduzirá essa violência. Um conceito que pode explicar esse fato é o de **resiliência**, que está relacionado à nossa capacidade de fazer diferente ou nos recuperar diante de uma situação traumática ou desafiadora.

DESAFIO 3 – Desconstruir a glamorização da violência

Acreditando ou não, em nossa sociedade a violência é, muitas vezes, valorizada e legitimada como forma de se impor ao mundo. Ter uma arma, bater na namorada, são símbolos de poder e de *status* em muitos contextos.

Aquelas e aqueles que respeitam as regras de convivência social são, muitas vezes, tratados com desprezo, sofrendo uma série de gozações por parte de seus pares.

Uma forma de se lidar com essa situação poderia ser a promoção de uma

reflexão crítica sobre os conteúdos violentos veiculados pelos meios de comunicação (inclusive a internet). Notícias de jornais, filmes, *blogs* etc. poderiam ser utilizados para a desconstrução de discursos e imagens que legitimam a violência como forma de resolução de conflitos. A partir daí, pode-se criar propostas para uma convivência mais dialógica e pacífica no âmbito da escola, da família e da sociedade.

DESAFIO 4 – Desconstruir crenças e mitos sobre a violência

Existem muitas crenças que dificultam a prevenção da violência. Muitas vezes, elas são tão arraigadas que acabam por servir de justificativas para não se estabelecer uma proposta preventiva. Veja alguns desses mitos:

Mito 1 – Somente as mulheres pobres são vítimas de violência

A violência contra a mulher atravessa diversas características socioeconômicas, religiosas, etnoraciais e culturais. No entanto, as mulheres mais pobres, jovens e negras são as que estão frequentemente mais vulneráveis a situações de violência, por conta de ser maior a discriminação em que vivem. E não é só isso. A violência continua pela falta de acesso adequado aos serviços sociais e outras formas de apoio.

Mito 2 – A mulher gosta de apanhar, por isso não sai de casa

Ninguém gosta de apanhar e de ser maltratado. As razões pelas quais as mulheres ficam em um relacionamento são complexas e dependem de diferentes fatores: falta de um rendimento fixo, preocupação com as/os filhas/os; esperança de que o parceiro mudará seu comportamento deixando de ser violento, etc. Vamos lembrar, também, que pode ser muito difícil para as mulheres que sofrem ou sofreram violência falar abertamente sobre isso e procurar por ajuda.

Sentem-se tão constrangidas que, muitas vezes, preferem contar uma história – que todo mundo sabe que é improvável – para aliviar a culpa do companheiro e a humilhação por terem sido vítimas de violência.

Mito 3 – A culpa da violência contra a mulher é do álcool

O álcool não tem esse poder todo. Essa e outras substâncias **psicoativas** podem até favorecer o ato violento, mas a violência é aprendida como uma resposta possível a muitas situações que nos desagradam e faz parte também da construção de masculinidades tradicionais.

MÓDULO 7

Metodologias transformadoras de normas de gênero

No trabalho com beneficiárias/os de programas de transferência de renda, é preciso ter em mente que a concessão de benefícios majoritariamente para as mulheres produz situações que servem de disparadores para o diálogo sobre normas de gênero²⁰. O fato de a mulher receber uma renda mensal, que fica sob sua administração, altera dinâmicas familiares e sociais que estão apoiadas sobre normas de gênero sexistas.

No entanto, consideramos que é necessário, além disso, oferecer espaços e estímulos que possam promover reflexões críticas sobre como as normas de gênero conformam papéis sociais desiguais e apoiar mudanças. Discutir com os grupos as competências de mulheres e homens para a administração do dinheiro, comparando com períodos anteriores em que não havia esse tipo de política, por exemplo, pode ser um caminho para debater assuntos ainda tabus, como a divisão desigual de tarefas domésticas e a violência sexual, além de vários exemplos de atividades e outras ações que você encontrará neste Caderno.

Existem várias possibilidades para se implantar e implementar programas de equidade e transferência de renda em diferentes espaços e setores de atuação. Seja por meio de oficinas temáticas, discussão de materiais audiovisuais, busca na internet, organização de campanhas, atividades artísticas ou esportivas, são várias as experiências que mostram que cada um de nós tem de ser sujeito do processo educativo e, por outro, que educar não é se encher isoladamente de conhecimento, educar é produzir conhecimento inovador que dá feição nova à realidade, à sociedade, e as pessoas se educam entre si.

²⁰ Para uma reflexão sobre os efeitos do Programa Bolsa Família na vida de mulheres beneficiárias do PBF no interior do Piauí, ver o curta-metragem *Severinas*, de Eliza Capai (2013). Disponível em <http://vimeo.com/73309361>. Acesso em 28 de abril de 2016.

Algumas sugestões:

Palestras com convidadas/os – para alguns públicos, essa atividade pode ser extensa e cansativa. Por isso, é preciso buscar por convidadas/os que tenham experiência na área da equidade e transferência de renda, mas que, principalmente, abordem o tema escolhido de maneira dinâmica, utilizando uma linguagem simples, respeitosa e não discriminatória. A ideia dessa palestra é trocar experiências, discutir as dúvidas e dar dicas sobre onde encontrar serviços de saúde que atendem as questões da equidade e transferência de renda de uma forma mais amigável e sem julgamentos.

Eventos desportivos e culturais – é um excelente meio para atrair e atingir a comunidade como um todo. Campeonatos de futebol ou de outras modalidades esportivas, apresentações culturais, como teatro e *shows* de música, bailes *funk*, festas juninas, ensaios de blocos de carnaval, podem ser uma oportunidade para se refletir sobre diversas temáticas, como, por exemplo, a violência contra as mulheres, o feminicídio, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e HIV/Aids, dentre muitas outras.

Rádio comunitária – a realização de entrevistas e programas que promovam a discussão e a reflexão sobre a equidade de gênero e a transferência de renda pode ser uma poderosa aliada para se buscar por programas sociais.

Vídeos educativos e comerciais – é uma oportunidade para trazer à tona experiências ou dilemas que podem ter sido vivenciados pelas/os participantes. O uso de recursos audiovisuais, entretanto, não substitui o diálogo. Um material audiovisual é sempre um recurso para enriquecer a etapa de problematização, e, portanto, sua utilização requer o planejamento prévio de atividades complementares, nas quais o material poderá ser explorado.

Dicas para a utilização de filmes comerciais e educativos

Dica 1 – antes de apresentar o audiovisual, é necessário assisti-lo e checar se ele é adequado em termos de conteúdo e formato para as pessoas a quem ele se dirige.

Dica 2 – mesmo quando um filme traz mensagens óbvias, é importante gerar oportunidades para que as/os participantes expressem sua interpretação e os sentimentos despertados. A experiência de várias/os profissionais mostra que um filme, por si só, não traz respostas imediatas para as inquietações das/oas participantes ou das/os profissionais. Ao término da apresentação, o filme exibido pode ser explorado a partir de um roteiro de perguntas pensadas previamente para animar um debate, ou de uma sequência de atividades (representações, elaboração de textos ou realização de pesquisas) coerentes com os objetivos que se pretende alcançar.

Dica 3 – um mesmo filme pode dar margem a diferentes interpretações. Por isso, além de assistir ao filme todo antes de utilizá-lo em uma atividade educativa, prepare-se para fazer o uso didático do material: identifique todas as questões abordadas; elabore um roteiro de perguntas para estimular o debate, prepare-se para responder as dúvidas que possam surgir; ao final, retome as principais ideias que surgiram no debate.

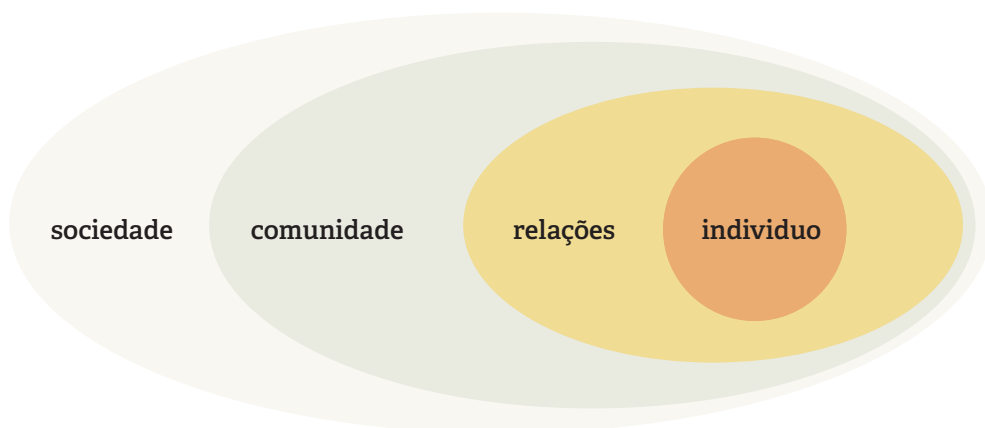
Dica 4 – é sempre bom usar pequenas estratégias para tornar o debate mais rico. Algumas dinâmicas são interessantes, como a reflexão sobre o comportamento de personagens polêmicos, dividindo o grupo entre defesa e acusação, por exemplo.

Fonte: UNESCO/SERPRO. Juventudes, sexualidades e prevenção das DST e da Aids (2010).

Dinâmicas e Jogos de Grupo – são ferramentas utilizadas para a formação e a integração das pessoas no processo de ampliação da informação e do conhecimento, de mudanças de comportamento e de transformação social. Elas facilitam o processo de discussão e compreensão de temas propostos ou a serem debatidos; bem como estimulam a reflexão e a participação. Elas servem para quebrar o gelo, dinamizar a apresentação, integrar, animar e capacitar as/os participantes.

O modelo ecológico e a teoria da mudança

Um dos modelos mais utilizados pela Organização Mundial da Saúde, pela ONU Mulheres e pela Associação de Psicologia Americana – APA, na análise das normas sociais de gênero é o chamado **Modelo Ecológico**.



Lembrando um jogo de bonecas russas encaixadas uma dentro da outra, essas quatro elipses se interconectam e se retroalimentam, reconhecendo que as dinâmicas institucionais e culturais influenciam os comportamentos e as vulnerabilidades a que estão expostos mulheres e homens. Pode, ainda, ser uma ferramenta interessante na identificação de ações que tenham como base a equidade e a igualdade de gênero, facilitando a identificação dos fatores de vulnerabilidade e de proteção.

Na perspectiva do Modelo Ecológico, as pessoas afetam e são afetadas por quatro dimensões de influência:

INDIVIDUAL – busca identificar os fatores individuais que modelam seu comportamento, concentrando-se nas características que aumentam a possibilidade de o indivíduo ser vítima ou perpetrador de violência, incluindo aqui os fatores biológicos, a história de vida etc.;

RELACIONAL – busca evidenciar os fatores relacionais nas interações sociais com companheiros, colegas, parceiros íntimos e membros da família;

COMUNITÁRIA – busca explicitar os fatores comunitários e sua influência na dinâmica dos comportamentos. Nesses contextos comunitários são incluídos os locais de trabalho, a escola e a vizinhança;

SOCIAL – busca apontar os fatores sociais mais amplos, tais como normas culturais que justificam a violência como uma forma legítima de solução de conflitos; atitudes que consideram a opção pelo suicídio como um direito de escolha individual; machismo e cultura **adultocêntrica**; e normas que legitimam o uso abusivo da força pela polícia.

O modelo ecológico pode ser uma ferramenta muito útil na identificação de pontos de entrada para ações baseadas na transformação das normas sociais e relações de gênero. Este modelo ilustra a importância de trabalhar não somente no plano individual, mas também com grupos sociais interligados, sistemas e estruturas que produzem e reproduzem as normas sociais, gerando hierarquias de gênero, raça, faixa etária, classe social e orientação sexual, entre outras.

Trabalhar em múltiplos níveis para transformar as normas rígidas de gênero pressupõe:

- Fortalecer habilidades e saberes individuais: contribuindo para que mulheres e homens entendam como as normas sociais influenciam seu convívio com parceiras/os e família e para que desenvolvam as habilidades necessárias para construir relações mais saudáveis e equitativas;
- Desenvolver apoio entre pares e na família: sensibilizando pares e familiares para os benefícios das relações de gênero mais equitativas;
- Fortalecer instituições públicas e comunitárias através da formação continuada de suas/seus profissionais em equidade de gênero: sensibilizando profissionais da saúde, educadoras/es, assistentes sociais, lideranças comunitárias sobre a importância de se desconstruir normas de gênero em seus espaços de atuação, ampliando o acesso a materiais críticos e promotores de equidade de gênero;
- Mobilizar membros da comunidade: sensibilizando membros e grupos da comunidade sobre práticas não sexistas, discutindo como apoiar mulheres e homens em ações que promovam equidade de gênero;

- Mudar práticas institucionais: adotando políticas, procedimentos e práticas institucionais que contribuam para a equidade de gênero;

Influenciar a elaboração de políticas públicas: contribuindo para o desenvolvimento de leis e políticas públicas que coíbam a desigualdade de gênero e estimulem o engajamento de mulheres e homens em práticas não sexistas.

Fonte: Adaptado de *Engaging Men and Boys in Gender Equality and Health*. Disponível em <http://www.unfpa.org/publications/engaging-men-and-boys-gender-equality-and-health>. Acesso em 22 de fevereiro de 2016.

Não há nenhuma organização, movimento ou programa que possa atender, por si só, a todos esses níveis, mas o modelo ecológico pode contextualizar o impacto de um programa (como o Programa Bolsa Família) ou campanha sobre eles. Também pode identificar os fatores que promovem ou impedem o seu sucesso e oportunidades de contato, além de colaborar com outros programas.

Assim, o trabalho em rede e a colaboração entre as diversas organizações que compõem o sistema de assistência social, saúde e educação, além de associações comunitárias, tem se apresentado como fundamental para a efetividade de ações para a transformação de gênero.



Compartilhando Experiências

Articulando Instituições

No projeto desenvolvido pelo Instituto Promundo e Instituto Papai, a articulação entre as diferentes organizações que acompanharam as condicionalidades do Programa Bolsa Família foi responsável por fazer com que as ações de transformação de gênero acontecessem de forma integral.

As associações, lideranças comunitárias e as escolas, por seu acesso cotidiano às mães, pais e responsáveis, puderam ajudar na sensibilização desses grupos para o comparecimento nos serviços de saúde para as

atividades semestrais de acompanhamento e pesagem das crianças e de debates sobre temas diversos, que esses serviços devem oferecer.

Os serviços de saúde, por sua vez, incluíram o tema “gênero” nos debates oferecidos à população, além de colocarem à disposição cartilhas, cartazes, filipetas que contribuam para reflexões sobre o assunto. Lideranças comunitárias também puderam realizar atividades educativas em grupo sobre gênero nos trabalhos oferecidos por suas associações, como cursos e debates periódicos, salas de espera, bem como incorporaram o discurso sobre gênero em toda a sua abordagem com a comunidade. Por serem referência no acolhimento para diversos problemas locais, muitas lideranças são procuradas por membros da comunidade, especialmente mulheres, na busca de soluções para questões de saúde, violências, direitos e assistência social. Ao se depararem com uma situação em que a desigualdade de gênero é visível, lideranças comunitárias podem abordar cuidadosamente o assunto, de modo a fazer com que mulheres percebam que têm direito a relações mais justas.

Como forma de dar continuidade às propostas de forma mais aprofundada nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e em escolas, por meio de um programa mais extenso de atividades educativas em grupo, reuniões de pais, campanhas, entre outras ações que estas instituições oferecem.

Tornar o espaço mais acessível aos homens, com práticas que façam com que este grupo se identifique mais com o local, de modo a fazer com que compartilhem a responsabilidade no acompanhamento da saúde das crianças, no pré-natal e discutam formas de cuidar de sua própria saúde, incluindo a reprodutiva, também é uma maneira de questionar e transformar normas de gênero.



Compartilhando experiências

Trabalhando diferentes ações

Em **Pernambuco**, o Instituto Papai realizou oficinas de autocuidado aliadas a rodas de diálogo sobre reconhecimento das identidades, relações familiares, violência de gênero, saúde da mulher, projetos de vida, participação política entre outros temas com um grupo de mulheres do bairro de Brasilit – Recife.

Os homens do mesmo bairro participaram de um campeonato de futebol, bem como das oficinas que focaram em redução de danos, diversidade sexual, identidade de gênero e saúde do homem. Além disso, as crianças filhas/os das pessoas que participaram do projeto também fizeram parte de oficinas sobre gênero.

Através da distribuição de materiais informativos, a comunidade também recebeu algumas intervenções da instituição no Posto de Saúde, praças, igreja, bares e conselho de moradores. Entre 24/5/2015 e 26/7/2015, foram realizadas em Condado, zona rural de Pernambuco, oficinas com temas semelhantes para um grupo de mulheres e um grupo de homens.

No **Rio de Janeiro**, as atividades aconteceram também de maneiras diversas, depois de muitas consultas com grupos de mulheres e homens, para entender quais eram suas demandas e de que forma estariam dispostos a participar de atividades de reflexão em grupo.

Para as mulheres na comunidade urbana, foram realizados os dias de cuidado da mulher. Foram oferecidos almoço e atividades para as crianças para que elas pudessem estar durante a manhã, sem se preocupar com tarefas domésticas ou cuidados das/os filhas/os e se concentrar em reflexões sobre si mesmas. **Se não há recursos para a refeição, pode-se realizar a atividade em um horário em que as mulheres estejam mais tranquilas em relação às tarefas.**

Na comunidade rural, era feito um café com conversa na parte da tarde de sábado e também realizadas atividades para as crianças. Lá, apren-

deu-se que o espaço aberto para debates é fundamental. **Se não houver recursos e for possível por parte das participantes, pode-se combinar que cada uma leve algo de comer para compartilhar.**

Com os homens da comunidade urbana, o futebol foi um meio de integração do grupo e promoção de debates. Cada time participava de atividades educativas em grupo, e os dias de jogos eram momentos para a transmissão de mensagens questionadoras de masculinidades violentas. Os jogos também eram espaços para que os homens ensaiassem atitudes de respeito, cuidado e negociação de conflitos.

Além das atividades em grupo, foi criada a campanha “Unindo Prazeres” (em alusão ao nome da comunidade Morro dos Prazeres). A campanha foi fruto de um trabalho em conjunto com casais que participaram das atividades educativas, visando estimular a colaboração entre mulheres e homens e o respeito às escolhas femininas, questões apontadas pelo grupo, como fundamentais para a promoção da equidade de gênero na comunidade. A campanha foi realizada por meio de bingo, com cartelas com mensagens sobre o tema, alimentado por um animador que trazia questões para reflexões sobre equidade de gênero, peça de teatro, camisetas, cartazes, mochilas, ímã de geladeira, porta-retratos, todas as peças com mensagens sobre o tema.



SEÇÃO 2
PLANEJAMENTO
DAS AÇÕES

Planejar não é algo simples. Exige analisar o passado, o presente e o futuro, tendo como base opções teóricas e metodológicas compatíveis com os marcos legais nacionais e internacionais. No que diz respeito a gênero e ao Programa Bolsa Família, é preciso estar sensível às realidades das/os beneficiárias/os e das/os profissionais que fazem parte do Programa Bolsa Família.

Para facilitar a compreensão e a construção de um plano de ação, optamos por criar uma espécie de tutorial, apontando alguns passos necessários para planejar as ações e atividades voltadas para a redução da vulnerabilidade a que estão expostas pessoas mais empobrecidas. Nossa ideia é elaborar um roteiro que facilite a identificação das demandas das pessoas que fazem parte do Programa, articulando o conhecimento com as práticas.



PASSO 1 – Mapeamento

A primeira coisa que precisamos fazer para planejar uma ação em uma determinada localidade é mapear seus problemas e também seus recursos. Para tanto, é importante ouvir e conhecer a percepção das/os beneficiárias/os e profissionais que fazem parte do Programa Bolsa Família: educadoras/es, profissionais da saúde, assistentes sociais.

Uma técnica simples e interessante é o “Mapa Falante”²¹. Nessa proposta, as/os beneficiárias/os do Programa Bolsa Família podem desenhar em uma folha de papel bem grande as ruas, as instituições e os espaços de socialização existentes em suas comunidades. Indicam, ainda, quais são as pessoas de referência, os problemas e outras informações que acharem necessárias. Vale, também, fazer um levantamento das iniciativas existentes na comunidade, como as escolas e creches; os postos de saúde; as empresas; as associações comunitárias; as instituições religiosas; os grupos culturais e os espaços de lazer; pessoas que costumam colaborar de algum modo com a comunidade. Aquelas que dão aulas de reforço escolar, por exemplo.

21 Inspirado em BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Prevenção das DST/HIV/Aids em Comunidades Populares. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_prevencao_hiv_aids_comunidades.pdf. Acesso em 30 de abril de 2016.



PASSO 2 – Levantamento das fortalezas, oportunidades, fragilidades e ameaças

Feito este desenho, o próximo passo é organizar uma roda de diálogo para analisar quais são as necessidades e dificuldades de uma determinada população. Uma ferramenta muito utilizada para fazer este levantamento é a chamada FOFA, onde o primeiro **F** significa Forças; o **O** significa oportunidades; o segundo **F** é de fragilidades e o **A** é de obstáculos.

Forças – são as características que favorecem a igualdade de gênero e o andamento do Programa Bolsa Família.

Oportunidades – são as características que indicam como é possível melhorar o Programa Bolsa Família e as relações entre os gêneros, trazendo novas ideias e melhorando as que já existem.

Fragilidades – são características em que existem desigualdades – de gênero, raça/etnia, orientação sexual, dentre outras – e que dificultam o cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

Ameaças – são forças e processos que podem, por exemplo, criar obstáculos para a expansão do Programa Bolsa Família e posições políticas discriminatórias.

As fortalezas e fragilidades dizem respeito a situações pessoais e ao grupo de pertencimento (amigos, família, escola). Já as oportunidades e os obstáculos dizem respeito ao social, ou seja, as políticas contra ou a favor de uma causa e a posição de algumas instituições mais amplas como, por exemplo, a igreja.

O próximo passo é fazer um levantamento de cada tópico do FOFA, colocando as contribuições em um quadro, como exemplificado abaixo:

| Forças | Oportunidades | Fragilidades | Ameaças |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------|
| Participação das/os beneficiárias/os do Programa Bolsa Família em debates sobre a equidade e a igualdade de gênero e o reforço as condicionalidades. | Reuniões mensais para acompanhamento das ações na comunidade, em conjunto com as áreas da educação, saúde e assistência social. | Discussões em que um/a dos/as participantes domina a conversa, pressionando as/os outras/os para concordarem com sua posição. | Mudanças nas políticas do governo. |

Feito o quadro, abre-se uma roda de diálogo analisando os resultados apurados no quadro e, coletivamente, busca-se por sugestões que possam favorecer a igualdade e a equidade de gênero.

PASSO 3 – Montando o plano de ação

Já com o mapeamento da comunidade feito e conhecendo nossas forças, oportunidades, fragilidades e ameaças, já podemos montar nosso plano, lembrando sempre que é preciso estabelecer prazos realistas para realizar as atividades.

A meta é criar um plano de ação para implementar intervenções prioritárias, visando, por exemplo, o empoderamento das mulheres, a igualdade – de gênero, raça/etnia, orientação sexual, classe social, geracional -, o fortalecimento do Programa Bolsa Família como política de governo e uma maior participação das/os beneficiárias/os nas decisões sobre as condicionalidades.

A ideia é organizar um encontro e, em conjunto, discutir e preencher o quadro a seguir.

| Prioridade | Atividades | Objetivos | População beneficiária | Tarefas necessárias para a atividade se concretizar | Recursos necessários | Parceiros possíveis | Responsáveis pela execução | Tempo |
|------------|------------|-----------|------------------------|-----------------------------------------------------|----------------------|---------------------|----------------------------|-------|
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |

Preenchido o quadro, novamente abre-se para uma roda de diálogo, lembrando sempre que é preciso estabelecer prazos realistas para realizar as atividades e dividir as tarefas entre as/os participantes da conversa.

PASSO 4 – Monitoramento e avaliação

Para ser bem executada, toda ação precisa ser bem planejada, monitorada e avaliada. No entanto, muitas vezes, só se pensa em monitoramento e avaliação quando um programa ou projeto já terminou. E aí, não teremos os dados reais para saber se o que fizemos deu certo ou não. Por esta razão, precisamos pensar em um plano de monitoramento e avaliação antes que as atividades se iniciem, incluindo indicadores de processo, tanto quantitativos (como recursos financeiros e tempo investido) como qualitativos (comentários das/os beneficiárias/os do Programa Bolsa Família e profissionais envolvidos neste Programa sobre suas mudanças de percepção e de comportamento).

Monitoramento e avaliação

Para entender o que vem a ser o monitoramento, vamos pensar em uma pessoa com febre. Geralmente, uma pessoa da família ou um profissional da saúde mede a temperatura do doente várias vezes por dia para saber se houve aumento ou redução da febre. Os programas e projetos sociais também possuem instrumentos de medição, indicando o que mudou, durante um certo tempo, a evolução de determinada situação.

Em nosso caso, os sinalizadores serão os indícios de que as ações de igualdade de gênero foram bem desenvolvidas.. O objetivo pode ser, por exemplo, aumentar o número de mulheres envolvidas no debate de temáticas relacionadas à divisão do trabalho doméstico.

A avaliação, por sua vez, é o estabelecimento de um juízo de valor baseado em evidências, que devem estar amparadas em fatos, o que permite a proposição de recomendações e a sistematização de lições aprendidas. A avaliação torna-se mais relevante quanto maior for a capacidade de retorno que ela consiga oferecer: seja para as/os executoras/es do plano, programa ou projeto, para as/os beneficiárias/os diretas/os ou qualquer outro ator social envolvido ou interessado na iniciativa.

Fonte: PNUD. **Guia de monitoramento e avaliação em convivência e segurança cidadã.** Brasília: PNUD, 2013. Disponível em <http://www.pnud.org.br/arquivos/Guia%20de%20Monitoramento%20e%20Avalia%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 30 de abril de 2016.



PASSO 5 – Como fazer?

Para que o monitoramento e a avaliação sejam efetivos, é preciso que o desenho do projeto seja feito de forma criteriosa e flexível. A participação no monitoramento e na avaliação dos diversos atores sociais envolvidos no Programa Bolsa Família – desde o planejamento até a avaliação final – é um incentivo para uma maior participação das/os beneficiárias/os na melhoria do Programa.

Nossa sugestão é mesclar diferentes ferramentas como as destacadas abaixo:

Autoavaliação: é uma estratégia de aprendizagem e construção da autonomia, facilitando a reflexão sobre as dificuldades e possibilidades de se alcançar uma maior igualdade. Cada participante escreve suas impressões sobre seu aprendizado junto ao Programa Bolsa Família, suas dúvidas e sugestões;

Pré e pós-teste: para avaliar tanto as informações quanto as opiniões das/os beneficiárias/os sobre equidade e igualdade de gênero, podem ser apli-

cados um pré e um pós-teste no início e no final dos encontros. Esse instrumento facilita a apreensão dos conhecimentos e posturas pessoais que se modificaram ao longo do processo (um exemplo de pré e pós-teste pode ser encontrado no *Anexo 1*);

Diário de bordo: registrar em um caderno ou criar uma pasta no computador, relatando as situações vivenciadas durante os encontros, as diferentes opiniões das/os participantes, os materiais utilizados, a integração do grupo, as resistências que persistem, os conteúdos que merecem ser retomados. Esse registro será muito útil na hora de se escrever os relatórios parciais e final;

Monitoramento do plano de ação: o plano de ação é um instrumento que facilita a organização das ideias e a concretização das ações a serem desenvolvidas. A partir da avaliação sistemática das atividades é possível monitorar o que já foi feito e o que falta fazer;

Dossiê: a preparação de um instrumento que registre a participação das/os beneficiárias/os e profissionais envolvidos com as condicionalidades do Programa Bolsa Família em reuniões, seminários e outros espaços de troca são muito importantes para a avaliação do Programa e a identificação de mudanças relacionadas à divisão de tarefas e igualdade de gênero;

Relatórios: são ferramentas importantes para a comunicação e a gestão das ações e atividades desenvolvidas junto ao Programa Bolsa Família bem como na prestação de contas à sociedade. Auxiliam, ainda, na identificação dos pontos fracos e fortes do Programa, tendo em mente que os processos e as articulações são diferentes em cada uma das localidades.

Enfim, o monitoramento e a avaliação são fundamentais em uma estratégia de transferência de renda e empoderamento das mulheres. É uma forma de corrigir rumos e traçar novos roteiros e repertórios. Um processo permanente e dinâmico!



SEÇÃO 3

EXERCÍCIOS DE GRUPO

Nesta seção, trazemos algumas ferramentas para você trabalhar o tema da equidade de gênero com grupos de beneficiárias/os de programas de transferência de renda e empoderamento econômico. Elas discutem gênero a partir de questões vividas no plano pessoal, fazendo conexões com dimensões sociais em que os grupos estão inseridos.

As ações e os exercícios de grupo propostas neste Caderno baseiam-se em metodologias transformadoras de normas de gênero, isto é, que estimulam a reflexão sobre os papéis de gênero em nossa sociedade, contribuindo para sua mudança em prol da equidade. Metodologias transformadoras de gênero buscam modificar as relações de gênero através de reflexões críticas e do questionamento de atitudes individuais, das práticas institucionais e das normas sociais mais amplas, que produzem e reforçam desigualdades de gênero e vulnerabilidades.

Para isso, as ações devem dialogar com os saberes das/os participantes, estimulando a discussão e a reflexão a partir de situações vividas no cotidiano, valores locais e opiniões compartilhadas. É importante que você, como facilitador/a das atividades, abra espaço para que as/os participantes se expressem, troquem ideias e se escutem. Esse exercício é fundamental para que as ações produzam efeitos.

Os exercícios de grupo trazem ferramentas para o diálogo sobre a equidade de gênero nas instituições ligadas às áreas de saúde, educação, assistência social e espaços comunitários que recebem as/os beneficiárias/os e seus familiares.

Já as *ações de mobilização social e participação comunitária* são ferramentas para estimular a atuação de lideranças no campo da temática de gênero no âmbito da comunidade, considerando suas especificidades.

Como desenvolver os exercícios de grupo?

Os exercícios de grupo podem ser realizados com grupos menores, de 8 a 10 participantes, ou grupos maiores, de até 20 a 30 participantes. São voltadas para mulheres e homens (podendo ser trabalhadas em grupos mistos), com recursos acessíveis.

O trabalho em grupo tem a vantagem de promover discussões coletivas, permitindo assim que diferentes aspectos de uma questão sejam abordados por pontos de vista distintos. O grupo pode estar reunido em uma única tarefa, ou dividido em subgrupos, para aprofundar o debate, dependendo da atividade.

Passos e dicas para organizar um exercício de grupo

- Elabore um roteiro, com uma descrição detalhada de cada uma das ações necessárias para que a oficina aconteça da forma mais fácil e completa possível, dentro do tempo previsto.
- Pesquise e organize previamente os materiais necessários para a realização da oficina. De forma geral, é possível trabalhar com recursos muito simples, baratos e acessíveis.
- Prepare o local de maneira que os participantes percebam que algo interessante acontecerá ali. Tente criar um ambiente acolhedor e harmonioso, organizar a disposição das cadeiras com antecedência, deixar os materiais necessários disponíveis para uso.
- Organize o espaço para que as pessoas possam posicionar-se em círculo, de forma que todos possam estar em contato visual com todos os demais participantes do grupo.
- Veja quem e quantos são os participantes da atividade, sua idade e sexo. É importante passar uma lista de presença.

Fonte: PROMUNDO. **Adolescentes, jovens e educação em sexualidade**: um guia para ação. Disponível em <http://promundo.org.br/recursos/guia-adolescentes-jovens-e-educacao-em-sexualidade/>. Acesso em 29 de abril de 2016.

O primeiro passo para se trabalhar em um grupo é explicar a proposta, fazer uma breve apresentação das pessoas presentes e estabelecer acordos básicos sobre o funcionamento do grupo. É importante que todas/os entendam que o que é dito deve permanecer no grupo e que todas as opiniões serão ouvidas e respeitadas.

Quando discutimos questões de gênero em grupos, há alguns limites para o trabalho que devem ser levados em consideração. Quem conduz a atividade

deve entender que a maneira como cada um/a de nós pensa, entende e vive o gênero é resultado de uma construção social profunda, e que não é facilmente questionável. Assim, o trabalho em grupo deve promover discussões e trazer novas perspectivas para as/os participantes, mas o/a facilitador/a não deve pretender mudar em um encontro a maneira como cada pessoa pensa. As mudanças são resultado de processos que podem ser desencadeados nos grupos, mas isso não pode ser imposto às/aos participantes.

É preciso escutar as questões pessoais trazidas pelas/os participantes nos debates. As atividades em grupo devem estimular o debate, mas você deve estar atenta/o a relatos que exponham as pessoas, pois esse tipo de temática pode evocar falas emocionadas, reviver situações de violência ou de opressão, ou levantar dúvidas embaraçosas para a/o participante. As falas devem sempre ser acolhidas e escutadas, mas é importante não focar o debate em relatos pessoais, e sim nas ideias que eles trazem. Uma maneira de fazer isso é discutir situações fictícias, ou debater questões relacionadas ao tema que estejam na mídia.

Como utilizar os exercícios de grupo deste Caderno de Ferramentas?

Os grupos a serem trabalhados apresentam características próprias (gênero, idade, área geográfica, letramento, raça, religião das/os participantes, dentre outras), e por essa razão você deve se sentir livre para adaptá-las conforme a necessidade do grupo e seu contexto.

As sugestões de exercícios de grupo que foram selecionadas para este Caderno poderão ser utilizadas na ordem que convier ao grupo e ao programa do/a facilitador/a. Conhecer o grupo é peça fundamental para o planejamento de um bom programa de exercícios de grupo. Esperamos ainda que, inspiradas/os nos exercícios apresentados neste Caderno, as facilitadoras e os facilitadores possam buscar ou criar outros exercícios para trabalhar em grupo.

Os exercícios são organizados de modo a facilitar seu entendimento e realização. Antes de cada intervenção, você pode realizar um “exercício que-

bra-gelo”, para descontrair e integrar o grupo. As notas para planejamento contêm dicas para a organização das atividades, oferecendo também opções alternativas que se adaptem a cada contexto. À lista de materiais sugeridos podem ser acrescentados outros que permitam a criatividade e atraiam a atenção das/os participantes. Tais materiais devem ser adaptados ao contexto e podem ser trocados por outros que tenham o mesmo efeito e custo mais baixo.

A condução dos exercícios também deve ser flexível. As reflexões que surgem nos grupos dependem das histórias das e dos participantes e da interação das e dos envolvidos. Os procedimentos apresentados em cada exercício e as perguntas sugeridas têm o objetivo de apoiar o trabalho da facilitadora ou facilitador. No entanto, as perguntas devem promover reflexões a partir das experiências apresentadas pelo grupo. Com a experiência, a facilitadora ou o facilitador aprenderá a promover questões a partir das respostas dadas pelo grupo, contribuindo para que o processo reflexivo seja construído pouco a pouco, respeitosamente, com base no que faz sentido para as pessoas envolvidas no processo.

O registro das atividades e a atenção para a evolução cotidiana das reflexões em grupo poderão mudar o planejamento inicial de atividades. Não existe problema em promover essas mudanças. Pelo contrário. A condução dos exercícios é um processo constante de avaliação de necessidades do grupo e serve para ajustar os caminhos planejados de modo a promover reflexões que levem a transformações de gênero.

Exercícios de grupo

Como forma de tornar a discussão sobre gênero e Programa Bolsa Família, procuramos, nesta parte do Caderno de Ferramentas, desenhar diferentes exercícios participativos e lúdicos para fazer em grupo.

Trazemos, sobretudo, sugestões de práticas, respaldadas nos marcos legais – nacionais e internacionais –, apresentando um leque de possibilidades para se abordar os diferentes temas relacionados à igualdade e à equidade – de gênero, classe social, etnorracial, diversidade sexual, dentre outras

– como forma de compartilhar experiências e despertar novas reflexões.

Acreditamos que as/os profissionais das áreas da educação, da saúde, da assistência social e grupos da comunidade poderão se beneficiar com as atividades sugeridas abaixo.

Quadro de exercícios de grupo

| AQUECIMENTO | | |
|--------------------|----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | Nome | Objetivo |
| Exercício 1 | Jogando com os nomes | Apresentar as/os participantes de uma forma lúdica e divertida. |
| Exercício 2 | O ônibus das emoções | Exercitar a capacidade das/dos participantes na interpretação e na expressão de diferentes emoções |
| Exercício 3 | Convivências | Integrar o grupo, criando um clima favorável para a participação de todas/os. Conhecer as expectativas do grupo e estabelecer regras de convivência. |

| GÊNERO E DIVISÃO DO CUIDADO | | |
|-----------------------------|------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Exercício 4 | O que é isso chamado gênero? | Discutir a construção social do que é atribuído às mulheres e aos homens, e as consequências desta atribuição na vida das pessoas. |
| Exercício 5 | Árvore dos Gêneros | Introduzir o conceito de gênero. Perceber a existência da discriminação de gênero buscando respostas e ações concretas no Setor Público. |

| | | |
|--------------------|------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Exercício 6 | Muitas formas de ser família | Conhecer os diferentes tipos de família existentes e refletir sobre a divisão das tarefas entre mulheres e homens com base nos papéis de gênero. |
| Exercício 7 | O tempo das mulheres e dos homens | Refletir sobre o tempo em que as mulheres e os homens se dedicam às tarefas domésticas, ao cuidado e atenção para com suas/seus filhas/os. Motivar uma discussão sobre como seria possível uma distribuição mais equitativa entre mulheres e homens. |
| Exercício 8 | As mulheres e os homens e o cuidar | Promover uma reflexão sobre as diferenças de gênero no contexto das relações de cuidado. |
| Exercício 9 | Saúde sexual e saúde reprodutiva | Discutir os conceitos de saúde sexual e saúde reprodutiva. |

POR DIREITOS MAIS INCLUSIVOS

| | | |
|---------------------|------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Exercício 10 | Direitos Humanos | Promover uma discussão sobre o significado dos direitos humanos, entendendo-os como instrumentos para o exercício da cidadania. |
| Exercício 11 | Pessoas e coisas | Facilitar o reconhecimento de relações de poder que fazem com que algumas pessoas não sejam reconhecidas como sujeitos de direitos. |

| | | |
|---------------------|-----------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Exercício 12 | A cidadania dos pequenos gestos | Favorecer a reflexão sobre a responsabilidade de toda a comunidade na busca pelas soluções de seus problemas. |
| Exercício 13 | O que são direitos sexuais e direitos reprodutivos? | Discutir os conceitos de direitos sexuais e direitos reprodutivos, como parte integrante dos direitos humanos, e refletir sobre a importância destes conceitos na vida das mulheres e dos homens. |

ARTICULANDO AS DESIGUALDADES DE GÊNERO E RAÇA

| | | |
|---------------------|-----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Exercício 14 | Diversidade de direitos: eu e os outros | Encorajar a empatia com pessoas de diversas realidades e facilitar o reconhecimento de que as identidades são múltiplas em cada uma/um de nós. |
| Exercício 15 | Mídia e racismo | Identificar e discutir as situações de racismo existentes na mídia brasileira. Debater a questão da representatividade das diferentes raças/etnias nos meios de comunicação. |
| Exercício 16 | A sociedade e a discriminação | Favorecer a discussão sobre os estereótipos existentes em relação às raças e etnias no Brasil. |
| Exercício 17 | É ou não é? | Debater preconceitos associados à questão da orientação sexual de modo a problematizá-los. |

VULNERABILIDADES E VIOLÊNCIAS

| | | |
|---------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Exercício 18 | Vulnerabilidades | Discutir quais são as vulnerabilidades que deixam algumas pessoas ou grupos mais, ou menos, vulneráveis a agravos de saúde como o HIV/Aids, DSTs e hepatites virais. |
| Exercício 19 | Álcool, tabaco e outras drogas | Discutir as diferentes motivações para o uso de drogas; seus fatores de risco e formas de proteção. |
| Exercício 20 | Violências contra a mulher e Lei Maria da Penha | Identificar tipos de violência especificados na Lei Maria da Penha e os resultados depois de a lei ter sido sancionada. |
| Exercício 21 | Rompendo o silêncio e procurando por ajuda | Refletir sobre a cultura do silêncio que existe em relação à violência nas famílias e nos relacionamentos e discutir o que as pessoas podem fazer quando estão em uma situação de violência ou quando elas conhecem alguém que vive um relacionamento deste tipo. |

PLANEJANDO MUDANÇAS

| | | |
|---------------------|-----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Exercício 22 | Projeto de vida | Estimular as/os participantes a refletir sobre suas trajetórias de vida e desejos de mudança, avaliando como podem concretizá-los. |
| Exercício 23 | Mudanças | Discutir sobre as sensações que as pessoas têm em tempos de mudança. |

| GÊNERO E TRABALHO | | |
|---------------------|----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Exercício 24 | Trabalho de homem e trabalho de mulher | Refletir sobre as divisões tradicionais de gênero que existem em diferentes tipos de trabalho. |
| Exercício 25 | Conhecendo os direitos trabalhistas | Aprender sobre movimentos, passados ou existentes, de promoção dos direitos das mulheres no local de trabalho e no espaço escolar, e discutir as desigualdades ainda existentes nos direitos e nas oportunidades para pessoas de ambos os sexos. |

Aquecimento

EXERCÍCIO 1 – JOGANDO COM OS NOMES

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|-------------------------------------------------------------|-------------------|-----------------------|
| Apresentar as/os participantes de forma lúdica e divertida. | ± 15 a 20 minutos | Uma bola pequena. |

Dicas para o planejamento: esta atividade é bem simples, favorecendo a integração do grupo, de uma forma mais lúdica.

Procedimento:

- Organize uma roda para que todos/as joguem a bola um para o outro e digam seus nomes antes de jogar a bola para outra pessoa.
- Começa com o/a facilitador/a para mostrar como se faz.

- Depois de algumas pessoas terem passado a bola, faça uma pausa e peça que as/os que já atiraram a bola que ponham a mão na cabeça para ajudar as/os que ainda têm que jogar.
- A atividade termina quando todos tenham passado a bola.
- Ao final, a bola deve regressar para o/a facilitador/a.

Perguntas para discussão

1. Como foi participar nesta atividade?
2. O que foi mais fácil fazer? E o mais difícil?
3. As pessoas aprenderam os nomes umas/uns das/os outras/os?

Tenha em mente que...

...o aquecimento é uma das melhores maneiras de iniciar uma atividade, pois tem o potencial de diminuir a timidez e as dificuldades que, muitas vezes, se tem de dar suas opiniões.



EXERCÍCIO 2 – O ÔNIBUS DAS EMOÇÕES

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|----------------------------------------|
| Exercitar a capacidade das/os participantes na interpretação e na expressão de diferentes emoções. | ± 10 a 15 minutos | Cadeiras, <i>flipchart</i> , canetões. |

Dicas para o planejamento: a ideia desta atividade é, também, de integrar o grupo e tornar o ambiente mais informal.

Procedimento

- Peça que as/os participantes fiquem de pé e que simulem que estão entrando em um ônibus lotado.
- Cada um/a vai subir no veículo, expressando uma emoção diferente – felicidade, raiva, ansiedade etc.
- Todas/os as/os passageiras/os sobem no ônibus e entram no “clima” que percebem existir dentro daquele veículo.
- O motorista, contagiado por essas emoções, também expressa suas opiniões.
- Ao chegarem ao ponto final, o motorista diz que essa viagem foi muito diferente, pois as pessoas falavam o que sentiam. Pergunta, então, quais foram as diferentes emoções que surgiram – pessoal e coletivamente – e o que poderia ser modificado para melhorar as condições das/os passageiras/os. Em conjunto com as/os participantes, faça uma lista de quais regras são necessárias para tornar as atividades dos grupos mais agradáveis e cooperativas.

Perguntas para discussão

1. O que acontece quando elas/es entram em um ônibus lotado?
2. Acontecem situações de violência? De quem para quem?
3. Enquanto passageira/o, o que é possível fazer para melhorar esta situação enquanto cidadã ou cidadão.

Tenha em mente que...

...existem regras de convivência importantes quando se está junto a um grupo: respeitar a posição do outro, discutir por formas de se melhorar as situações em que as emoções estão mais fortes que a razão.



EXERCÍCIO 3 – CONVIVÊNCIAS

| Objetivos | Duração | Materiais necessários |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|------------------------------|
| Integrar o grupo, criando um clima favorável para a participação de todas/os. Conhecer as expectativas do grupo e estabelecer regras de convivência. | ± 30 minutos | <i>Flipchart</i> e canetões. |

Dicas para o planejamento: estabelecer regras de convivência já no início das atividades é uma forma de estabelecer algumas regras importantes para a mudança de normas rígidas de gênero.

Procedimento

- Solicite que as/os participantes façam duplas com as pessoas que estiverem mais próximas.
- Em seguida, peça que uma pessoa diga para a outra qual é o seu nome, onde trabalha/estuda, o que gosta de fazer, o que não gosta e o que para ela significam as palavras igualdade e equidade.
- Quando terminarem, peça que cada dupla apresente suas definições, escrevendo no flipchart as percepções sobre o significado dessas duas palavras.
- Após as apresentações, explique que as atividades a serem trabalhadas neste material precisam ter algumas regras de convivência como, por exemplo:
 1. Respeitar a posição do outro;
 2. Discutir as ideias e não as pessoas;
 3. Escutar até o fim o que a outra pessoa quer falar.
- Junto com o grupo, faça uma lista com as outras regras que acreditam serem importantes e que não foram faladas durante a atividade.

Perguntas para discussão

1. Por que é importante criar regras de convivência?
2. O que é convivência?
3. Quais as expectativas que vocês têm em participar dessas atividades?
4. Quais os receios que você tem no trabalho com grupos?

Tenha em mente que...

...por **igualdade**, entendemos o conceito de que todos os seres humanos – mulheres e homens com diferentes orientações sexuais – são livres para desenvolver as suas capacidades pessoais e fazer escolhas sem as limitações impostas pela sociedade. A **equidade**, por sua vez, diz respeito à forma como mulheres e homens são tratados de forma justa, de acordo com suas respectivas necessidades, considerando os direitos, benefícios, obrigações e oportunidades entre os gêneros feminino e masculino.



Gênero e divisão do cuidado

EXERCÍCIO 4 – O QUE É ISSO CHAMADO “GÊNERO”?²²

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|-----------------------------------------|
| Discutir a construção social do que é atribuído às mulheres e aos homens, e as consequências desta atribuição na vida das pessoas. | ± 1 hora | Flipchart, marcadores e fitas adesivas. |

²² Adaptado do manual Gender or Sex: Who cares? Skills – building resource pack on gender and reproductive health for adolescents and youth workers, by M. DeBruyn and N. France (2001). IPAS and Health and Development Networks.

Dicas para o planejamento: antes de desenvolver esta atividade, é indicado que se pesquise as diversas referências sobre o conceito de gênero. A introdução deste Caderno oferece alguns elementos. É possível que algumas pessoas confundam gênero com orientação sexual. É importante esclarecer que gênero é uma construção sociocultural por meio da qual certas atitudes e comportamentos são designados às pessoas, caracterizando-as como homens ou mulheres. Por outro lado, a orientação sexual está relacionada à capacidade de se relacionar afetivamente ou sexualmente com alguém de outro sexo (heterossexual), alguém do mesmo sexo (homossexual) ou com pessoas de ambos os sexos (bissexual). Independentemente de sua orientação sexual, cada indivíduo é influenciado pelas expectativas sociais de gênero.

Procedimento

- Desenhe duas colunas em um papel de *flipchart*.
- Na primeira coluna escreva “mulher”. Na segunda coluna escreva “homem”.
- Peça às/aos participantes para falarem o nome de coisas associadas à ideia de “ser mulher”. Escreva os nomes na primeira coluna, conforme o grupo sugerir. As respostas podem ter características positivas ou negativas. Atributos considerados biológicos, como vagina, seio ou útero, também podem ser mencionados.
- Repita a mesma atividade para a coluna “homem”.
- Cite brevemente algumas das características listadas em cada coluna para reforçar o que as/os participantes disseram.
- Troque os títulos de cada coluna, isto é, substitua a palavra mulher pela palavra homem na primeira coluna e vice-versa em relação à terceira. Pergunte às/aos participantes se as características listadas para as mulheres poderiam ser atribuídas aos homens e vice-versa.
- Use as questões abaixo para facilitar a discussão sobre quais características não podem ser atribuídas a mulheres e homens, e por quê.

Perguntas para discussão

1. O que significa ser uma mulher?
2. O que significa ser um homem?
3. Vocês acham que mulheres e homens são criados da mesma forma? Por quê?
4. Que características atribuídas à mulher ou ao homem são avaliadas como positivas ou negativas em nossa sociedade?
5. Como seria para uma mulher assumir características atribuídas tradicionalmente ao homem? Seria fácil ou difícil? Como seria para um homem assumir características relacionadas tradicionalmente a uma mulher?
6. Qual a influência que as nossas famílias e os nossos amigos exercem sobre percepções do significado de ser homem ou mulher?
7. Quais os efeitos que os meios de comunicação (televisão, revistas, rádio etc.) têm sobre as nossas percepções do que significa ser homem ou ser mulher? Como é que a mídia mostra o que é ser mulher? E ser homem?
8. Como podemos definir gênero?
9. Existe alguma relação entre gênero e poder? Explique.
10. Como essas diferenças entre o significado de ser mulher ou homem afetam o nosso dia a dia? E as nossas relações no trabalho? E as nossas relações com cônjuges ou parceiras/os?
11. Existe diferença para mulheres negras? E homens negros?
12. E para a população LGBT?

Tenha em mente que...

...ao longo de suas vidas, mulheres e homens recebem mensagens da família, da mídia e da sociedade sobre como devem agir e como devem se relacionar com os outros. É importante entender que essas diferenças são

construídas pela sociedade por esses diversos meios e podem ter um impacto fundamental sobre a vida diária, incluindo o trabalho e os relacionamentos de mulheres e homens. Por exemplo, normalmente se espera que o homem seja forte e dominante ao se relacionar com os outros, inclusive com as/os parceiras/os íntimas/os. Ao mesmo tempo, espera-se que a mulher seja submissa à autoridade do homem. Quando nos tornamos mais conscientes de como os estereótipos de gênero podem influenciar negativamente nossas vidas e nossa comunidade, podemos pensar de forma construtiva sobre como desconstruí-los para promover maior equidade. Vale, ainda, reforçar que gênero também diz respeito às diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, reconhecendo-se que, entre os seres humanos, a diversidade é a norma e não a exceção. Precisamos aprender, também, que apesar de a diversidade ser uma característica típica da condição humana, as diferenças podem ser utilizadas pela sociedade para justificar relações de poder de umas pessoas sobre as outras.



EXERCÍCIO 5 – ÁRVORE DOS GÊNEROS

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Introduzir o conceito de gênero. Perceber a existência da discriminação de gênero buscando respostas e ações concretas no Setor Público. | ± 2 horas | Desenho de uma árvore grande com raízes, tronco, galhos e folhas (em torno de 1 metro de altura), pincéis atômicos de diferentes cores. |

Dicas para o planejamento: antes de desenvolver esta atividade, é preciso compreender a diferença entre gênero e sexo. Sexo é biológico – isto é, nós nascemos com hormônios ou órgão sexual feminino ou masculino. Gênero diz respeito à forma como somos socializadas/os – isto é, como temos atitudes, comportamentos e expectativas.

Procedimento

- Cole o cartaz com a árvore na parede.
- Em conjunto com os/as participantes, faça uma lista com todas as informações que são passadas para as crianças sobre ser menina ou menino na infância. Por exemplo: “menino não chora” e “menina tem que sentar de perna fechada”. Ou seja, liste os valores, os costumes que a sociedade atribui a mulheres e homens desde o nascimento.
- Escreva cada informação nas raízes da árvore. Os relacionados aos meninos do lado esquerdo e às meninas do lado direito.
- Depois, peça que reflitam sobre quem costuma dar essas informações para as crianças (família, escola, sociedade, religião e mídia etc.) e escreva as conclusões no tronco da árvore. Explore quais são as instituições, as práticas que constroem e contribuem para perpetuar os valores e costumes.
- Na sequência, proponha uma reflexão conjunta sobre como as pessoas adultas – mulheres e homens – se comportam sendo criados sob essas orientações.
- Os resultados dessa reflexão deverão ser escritos na copa da árvore. São as consequências práticas na vida das pessoas.
- Quando terminarem, leia, de cima para baixo, as respostas que foram dadas e pergunte às participantes a que conclusões se pode chegar olhando para a árvore.

Perguntas para discussão

1. O que é ser homem?
2. O que é ser mulher?
3. Como são tratados tradicionalmente os homens em nossa sociedade? E as mulheres?
4. Que tarefas e responsabilidades a sociedade espera que os homens cumpram? E as mulheres?
5. Em quais lugares e espaços estão as mulheres? E os homens?
6. Em que situações as mulheres se sentem discriminadas? E os homens?
7. Mulheres e homens têm os mesmos direitos?

Tenha em mente que...

...**gênero** se refere ao conjunto de relações, atributos, crenças e atitudes que definem o que significa ser mulher ou homem na vida social. Na maioria das sociedades as relações de gênero são desiguais e desequilibradas no que se refere ao poder atribuído a mulheres e homens. O desequilíbrio de gênero se reflete nas leis, políticas e práticas sociais, assim como nas identidades, atitudes e comportamentos das pessoas. Quando desiguais, tendem a aprofundar outras desigualdades sociais e a discriminação de classe, raça /etnia, idade, diversidade sexual, língua, religião, dentre outras.



EXERCÍCIO 6 – MUITAS FORMAS DE SER FAMÍLIA

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|--------------------------------------------------------------------------|
| Conhecer os diferentes tipos de família existentes e refletir sobre a divisão das tarefas entre mulheres e homens com base nos papéis de gênero. | ± 2 horas | Cartolina, <i>flipchart</i> ou papel pardo, lápis e canetas, fita crepe. |

Dicas para o planejamento: é importante ter em mente que as/os participantes desta atividade vêm de experiências distintas de família. O modelo da família composta por pai, mãe e filhas/os não corresponde às experiências de muitas pessoas, e é preciso discutir com o grupo sempre a partir da ideia de que diferentes arranjos familiares são válidos, e a diversidade faz parte da noção de família. Colocar homem e mulher no quadro para pensar a divisão de tarefas não se refere necessariamente ao casal, mas à distribuição de tarefas por gênero. Pode ser feita, assim, com casais homossexuais.

Procedimento

- Peça que cada participante fale um pouco sobre sua família ou diferentes famílias que conhece: quem são as pessoas que a compõem? Quem mora na mesma casa? Quais os vínculos entre essas pessoas (de sangue, agregados/as...)?
- Em seguida, desenhe um quadro (como modelo abaixo) com os seguintes campos: tarefas, mulheres, homens e ambos.

| Tarefas | Mulheres | Homens | Ambos |
|---------|----------|--------|-------|
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

- Cole o desenho na parede.
- Consulte o grupo sobre tarefas cotidianas que são desempenhadas nas famílias por suas/seus integrantes que moram em uma mesma casa. Escreva as tarefas na primeira coluna.
- Para cada tarefa citada, pergunte quem pode executá-las, assinalando no quadro.
- Quando esgotar as tarefas, volte para a lista e questione cada um dos itens.

Perguntas para discussão

- Como as diferentes pessoas contribuem para a manutenção da casa e da família?
- O que define a divisão de trabalho dentro de uma casa? Como o fato de ser homem ou ser mulher influencia essa divisão?
- Que divisões de tarefas poderiam ser feitas de maneira melhor ou mais justa nas famílias? Como isso seria possível?

Tenha em mente que...

...a **família** é o lugar em que as primeiras experiências afetivas ocorrem, e essas experiências têm grande importância em como as pessoas se relacionam com o mundo e com o futuro. Nas últimas décadas, podemos perceber mudanças na forma como as famílias vêm se organizando. Arranjos familiares diversos vêm se tornando mais comuns em nossa sociedade: crianças e adolescentes que vivem com pais ou mães casados/as com outras/os parceiras/os; com pais/mães adotivos/as; com pais/mães heterossexuais/gays/lésbicas /bissexuais; com avós; somente com a mãe ou com o pai, dentre outras possibilidades.



EXERCÍCIO 7 – O TEMPO DAS MULHERES E DOS HOMENS

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|-------------------------------------|
| Refletir sobre o tempo em que as mulheres e os homens se dedicam às tarefas domésticas, ao cuidado e atenção para com suas/seus filhas/os. Motivar uma discussão sobre como seria possível uma distribuição mais equitativa entre e mulheres e homens. | ± 1 hora | Folha de papel em branco e canetas. |

Dicas para o planejamento: nos últimos anos, vimos acontecer significativas transformações na forma como as famílias se estruturam. A família tornou-se mais flexível e permeável na medida em que, na década de 1970, a mulher saiu para o mercado de trabalho, abrindo novas oportunidades e alterando as normas de gênero. Mesmo assim, a mulher que sai para trabalhar passa a acumular tarefas, envolvendo-se em uma dupla ou tripla jornada de trabalho.

Procedimento

- Dê a cada participante uma folha em branco e peça que desenhem um grande círculo.
- Peça que imaginem que o círculo é uma torta, cortando o círculo de acordo com os percentuais de tempo, assumindo que a torta inteira corresponde a um dia de 24 horas.
- Os cortes da “torta do tempo” devem refletir claramente a quantidade de tempo gasto em cada uma das tarefas da vida diária: trabalhar, dormir, comer, lazer, trabalho doméstico, assistir televisão etc.
- Peça para as/os participantes que têm companheiras/os desenharem outra “torta do tempo”, para mostrar a forma como ela ou ele gasta seu tempo durante as 24 horas do dia. Caso as pessoas não tenham companheiras/os, peça para fazerem a torta do tempo de uma mulher ou um homem que conheçam bem.
- Quando as tortas estiverem prontas, convide as/os participantes a compararem as duas tortas.
- Peça que compartilhem entre si o que aprenderam nesta atividade.

Perguntas para discussão

1. Quais são as diferenças entre a participação das mulheres e dos homens no cuidado com as/os filhas/os?
2. Como essas diferenças estão relacionadas aos diferentes papéis e oportunidades das mulheres e dos homens no espaço externo (escola, trabalho)?
3. Na sua opinião, quais deveriam ser os direitos das mulheres em relação à maternidade e ao trabalho? Quais deveriam ser os direitos dos homens em relação à paternidade e ao trabalho?
4. É possível para uma mulher jovem ser mãe, estudar e trabalhar? Que tipos de ajuda ela precisa?
5. Algumas responsabilidades são mais importantes que outras?
6. Os homens são capazes de cuidar dos filhos tanto quanto a mulher? Por quê?

7. O que uma mulher geralmente espera do homem em termos do trabalho doméstico?
8. Os homens são capazes de desenvolver as tarefas domésticas tanto quanto as mulheres? Por quê?
9. É importante para as mulheres que homens de sua família compartilhem os cuidados com a casa e com as/os filhas/os? Por quê?
10. Quais são os benefícios de a mulher e o homem compartilharem igualmente o cuidado com os filhos e as responsabilidades domésticas?

Tenha em mente que...

...na maioria das vezes, as mulheres executam mais trabalhos domésticos e os cuidados para com as/os filhas/os. Uma vez que as mulheres fazem a maior parte destes trabalhos, ficam sobrecarregadas e impossibilitadas de assumir outros compromissos e atividades. Uma das justificativas que se dá é que “elas sabem cuidar naturalmente e que os homens não têm jeito para isso”. Pura ficção. Este jeito de agir se deve aos costumes culturais que aprendemos desde crianças. E como foram aprendidos, podem ser modificados.



EXERCÍCIO 8 – OS HOMENS, AS MULHERES E O CUIDAR

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Promover uma reflexão sobre as diferenças de gênero no contexto das relações de cuidado. | ± 1 hora e 30 minutos | Duas caixas vazias (de sapato, por exemplo), desenhos ou fotos de pessoas; objetos; animais ou plantas. |

Dicas para o planejamento: as figuras podem ser recortadas de jornais ou revistas pelo próprio grupo, no início da atividade. É interessante incluir imagens de bebês, pessoas idosas, pequenos animais, brinquedos quebrados, equipamentos eletrônicos, dinheiro, ferramentas, etc.

Procedimento:

1. Apresente as duas caixas aos participantes, dizendo que uma daquelas caixas será dada a um homem e a outra a uma mulher.
2. Peça aos participantes que coloquem na caixa que será dada à mulher as figuras que eles acham que ela teria mais condições de cuidar.
3. Na outra caixa, será colocado aquilo que o homem tem mais condições de cuidar.
4. Depois que eles tiverem realizado a tarefa, retire as figuras da caixa, uma a uma, apresentando-as ao grupo.
5. Busque explorar como eles agruparam essas figuras (p. ex.: pessoas, objetos quebrados, equipamentos complexos etc.).

Abra para a discussão, explorando por que:

- a) alguns tipos de imagem só ficaram na caixa do homem;
- b) alguns tipos de imagem só ficaram na caixa da mulher;
- c) alguns tipos de imagem aparecem nas duas caixas.

Perguntas para discussão:

1. Quem sabe cuidar melhor, a mulher ou o homem? De quê? Por quê?
2. Mulheres e homens podem aprender a cuidar ou é algo que faz parte da natureza?
3. Nenhum homem cuidaria bem das figuras que estão na caixa da mulher?
4. Nenhuma mulher cuidaria bem das figuras que estão na caixa do homem?

5. O que vocês acham da frase: “mulheres cuidam dos filhos, homens ajudam”?
6. O que vocês acham da frase: “os homens trabalham, as mulheres cuidam da casa”?
7. De que forma os homens cuidam das crianças? É diferente das mulheres?
8. Qual a importância do cuidado das crianças por parte dos homens?
9. Os homens cuidam mais de si? Por quê?
10. As mulheres cuidam mais de si? Por quê?
11. Quem cuida mais das pessoas em geral, as mulheres ou os homens?

Tenha em mente que...

...é comum que se atribua às mulheres o cuidado de pessoas, animais e plantas, assim como o trabalho doméstico diário. Por outro lado, ao homem se atribui o cuidado com objetos como carro, eletricidade da casa, pinturas de paredes, concerto de telhados etc., variando alguns elementos de cultura para cultura. É importante ressaltar que tais construções são adquiridas histórica e culturalmente e perpetuadas na criação das novas gerações. Portanto, precisamos estar atentas/os ao momento presente, reforçando a igualdade entre mulheres e homens como um direito.



EXERCÍCIO 9 – SAÚDE SEXUAL E SAÚDE REPRODUTIVA

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|------------------------------------------------------------|-----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Discutir os conceitos de saúde sexual e saúde reprodutiva. | ± 1 hora e 30 minutos | Tiras de papel, lápis, fita crepe, folhas de <i>flipchart</i> , músicas que tenham relação com o tema. |

Dicas para o planejamento: para trabalhar os temas relativos à saúde sexual e à saúde reprodutiva (SSSR) e os Direitos sexuais e reprodutivos (DSDR), é interessante utilizar metodologias ativas e participativas, que instiguem o envolvimento das pessoas e dos grupos com quem trabalhamos ou pretendemos trabalhar.

Procedimento

- Corte algumas tiras de papel e escreva algumas perguntas sobre saúde sexual e saúde reprodutiva (*sugestões na folha de apoio*).
- Dobre-as bem e coloque cada uma delas dentro de um balão de ar.
- Antes de começar, encha balões no número das/os participantes (alguns com perguntas dentro e outros sem). Amarre as pontas do balão.
- Quando as/os participantes chegarem, explique que será realizada uma brincadeira em que, todo mundo irá brincar com os balões ao som de uma música.
- Quando a música parar, cada pessoa tem que pegar uma das bolas, colocá-la no chão e estourá-la. Em seguida, deverão pegar a tira com as perguntas e cada um/a irá respondê-las com a ajuda de todas/os.

Perguntas para discussão

1. O que é saúde sexual?
2. O que é saúde reprodutiva?
3. Que métodos contraceptivos vocês conhecem? Quais são os mais usados? Por quê?
4. Em um relacionamento, quem tem que pensar em contracepção? A mulher ou o homem?
5. Quem tem que tomar a iniciativa de propor o preservativo? O homem ou a mulher? Por quê?
6. Como as mulheres cuidam do seu corpo? E do aparelho reprodutivo?
7. Como os homens cuidam do seu corpo? E do aparelho reprodutivo?

Tenha em mente que...

...apesar de se falar muito sobre o tema, a sexualidade ainda continua a ser um assunto que sofre muitos tabus em muitas culturas. Para quem trabalha com a sexualidade é condição básica aceitar a diversidade e respeitar as diferentes opiniões e experiências.

Não existe uma receita infalível para se trabalhar com o tema com crianças, adolescentes, adultos e idosos. O importante é que essa discussão vá além dos conteúdos sobre preservativos e métodos contraceptivos, por exemplo. É importante conversar abertamente sobre fantasias, medos e preconceitos relacionados às orientações sexuais e identidades de gênero. A experiência da sexualidade e do prazer é um direito de todas e todos. E todos deveriam vivê-la sem culpa ou vergonha. O único senão é quando esta experiência fere o direito do outro. Por exemplo, em uma situação de namoro em que uma pessoa é pressionada a fazer sexo quando não se sente preparada ou com vontade.

FOLHA DE APOIO – SEXUALIDADES E DIREITOS²³

Quem tem que pensar em evitar filhas/os é a mulher, porque a criança está na barriga dela.

Homens jovens pensam em sexo o tempo todo e têm dificuldade de controlar seu desejo.

As mulheres vão mais ao médico que os homens, porque são mais frágeis fisicamente.

As mulheres não devem se masturbar, porque a vagina poderá ficar mais larga.

Quando a mulher está grávida, o homem não precisa acompanhar o pré-natal.

Colocar duas camisinhas oferece proteção em dobro.

Casais em relacionamentos estáveis não precisam utilizar métodos contraceptivos

²³ Todas essas afirmações são incorretas.



EXERCÍCIO 10 – DIREITOS HUMANOS

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Promover uma discussão sobre o significado dos direitos humanos, entendendo-os como instrumentos para o exercício da cidadania. | ± 1 hora | Papel, lápis/caneta, folhas grandes, canetões, texto <i>Alguns direitos humanos básicos</i> , revistas, cola, fita crepe. Cópia do texto para todas/os. |

Dicas para o planejamento: com antecedência, separe alguns materiais ou artigos com exemplos de situações em que os direitos humanos foram ou não respeitados.

Procedimento

- Informe que, inicialmente, a ideia é discutir o que vem a ser os Direitos Humanos.
- Pergunte o que lhes vêm à cabeça quando ouvem esse termo. Coloque as contribuições no quadro em forma de palavras-chave.
- Em seguida, apresente a seguinte definição:

Os direitos humanos são princípios fundamentais baseados em que todas as pessoas possuem dignidade, inerente à sua condição humana e que, independentemente do sexo, raça, língua, nacionalidade, idade, convicções sociais, religiosas ou políticas, todos estão igualmente habilitados a gozar desses direitos, todos são titulares de direitos humanos.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948

- Divida o grupo em cinco subgrupos e proponha que discutam e construam uma lista dos cinco direitos que achem mais importantes.
- Peça que montem essa lista em ordem decrescente, ou seja, do mais importante para o menos importante.
- Quando terminarem, peça que façam cartazes com suas conclusões e que apresentem os direitos que consideraram prioritários para os outros grupos.

- Entregue uma cópia do texto (abaixo) para cada participante e peça que leiam e que, em plenária, comparem os cartazes.

Tenha em mente que...

...todo ser humano – seja rico ou pobre, homem ou mulher, jovem ou velho – tem o direito de ter sua própria opinião, a ter acesso à educação, à saúde e a uma vida livre de violência e discriminação. Nas últimas décadas houve conquistas significativas no que se refere à luta pelos direitos das mulheres e dos homens, mas ainda há muito a ser conquistado.

Perguntas para discussão

1. Que direitos são violados ou não respeitados em sua comunidade?
2. Existem outros direitos, além dos descritos na Folha de Apoio, que são importantes para o bem-estar e a vida de mulheres e homens?
3. Mulheres e homens de sua comunidade têm os mesmos direitos? Por que sim? Por que não?
4. Jovens e adultos de sua comunidade têm os mesmos direitos? Por que sim? Por que não?
5. Quem são as pessoas e as instituições responsáveis por proteger os direitos das pessoas?
6. O que poderemos fazer em nossa comunidade para garantir que esses direitos sejam cumpridos?
7. O que aprendemos durante esta atividade? Existe algo que poderia ser aplicado em nossas próprias vidas e relacionamentos?

FOLHA DE APOIO – ALGUNS DIREITOS HUMANOS BÁSICOS

A ONU foi criada em 1945 com a intenção de preservar a paz mundial. Hoje, todos os 193 países membros estão associados a ela. Quando um país vira membro da ONU, ele aceita os compromissos do documento da ONU, que determina os princípios das relações internacionais entre nações. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem foi aprovada. Veja abaixo alguns de seus artigos:

Artigo I – Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Artigo II – Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Não será tampouco feita qualquer distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo V – Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo X – Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo XVI – Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

1. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.
2. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Artigo XXIII

1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses.

Artigo XXIV – Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias periódicas remuneradas.

Artigo XXV

1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.
2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora de matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Fonte: Salud y Género/ECOS/Instituto Promundo/Instituto Papai/World Education. **Trabalhando com Mulheres Jovens.** 2007. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em <http://promundo.org.br/recursos/manual-m/>. Acesso em 1 de março de 2016.



EXERCÍCIO 11 – PESSOAS E COISAS²⁴

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|-----------------------|
| Facilitar o reconhecimento de relações de poder que fazem com que algumas pessoas não sejam reconhecidas como sujeitos de direitos. | de 30 minutos a 1 hora | Nenhum. |

Dicas para o planejamento: algumas/uns participantes podem se sentir pouco confortáveis em relação ao papel que devem desempenhar nesta atividade. É importante estar atenta/o a como as/os participantes reagem ao assumirem o papel de “pessoas” ou “coisas”, e prepare-se para fazer as acomodações ou mudanças necessárias. Por exemplo, em vez de preparar as/os participantes para o desenvolvimento de seus papéis, pode-se propor que discutam em duplas como as “pessoas” deveriam tratar as “coisas” e quais sentimentos isso poderia gerar nas “pessoas” e nas “coisas”. Além disso, é importante se preparar para fazer referências a serviços de aconselhamento ou outros serviços de apoio, para as/os participantes que se sintam afetadas/os com esta atividade.

Procedimento

- Divida as/os participantes em três grupos. Cada grupo deve ter o mesmo número de participantes.

NOTA: Se o número de participantes não corresponder a uma divisão exata, coloque participantes extras para o terceiro grupo que, como descrito abaixo, poderão observar.

- Informe que o nome da atividade é: Pessoas e Coisas. Escolha, aleatoriamente, um grupo para ser “coisas”, outro para ser “pessoas”, e o último para ser “observador”.

²⁴ Adaptado da publicação Programa M – Trabalhando com mulheres jovens: empoderamento, cidadania e saúde. Disponível em <http://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2014/12/Programa-M-Trabalhando-com-Mulheres-Jovens.pdf>. Acesso em 16 de maio de 2016.

Leia as regras para cada grupo:

COISAS: as coisas não podem pensar, nem tomar decisões, têm que fazer aquilo que as pessoas ordenam. Se uma coisa quer se mover ou fazer algo, tem que pedir permissão à pessoa;

PESSOAS: as pessoas pensam, podem tomar decisões, sentem e, além disso, podem pegar as coisas que querem;

OBSERVADORAS: observam em silêncio.

- Peça para o grupo de “pessoas” para pegar as “coisas” e fazer com elas o que quiser.
- Dê ao grupo de um a dois minutos para que cumpra seus papéis de pessoas ou coisas.
- Peça ao grupo que volte ao seu lugar e use as palavras abaixo para facilitar a discussão.
- PASSO OPCIONAL: a/o facilitadora/or pode pedir que os papéis sejam trocados, isto é, quem foi coisa pode ser pessoa e vice-versa. Apenas é importante tomar cuidado para que a troca de papéis não seja vista como possibilidade de vingança de quem passou a ocupar o papel de pessoa.

Perguntas para discussão

1. Para as “coisas”: Como foi tratada por sua “pessoa”? Como se sentiu sendo tratada como coisa? Você se sentiu impotente? Por que sim ou por que não?
2. Para as “pessoas”: Como tratou sua “coisa”? Como se sentiu tratando alguém como coisa? Você se sentiu poderosa? Por que sim ou por que não?
3. Por que as “coisas” obedeceram às ordens das “pessoas”?
4. Houve pessoas do grupo de “coisas” ou “pessoas” que resistiram ao exercício?
5. Em nossa vida cotidiana, nós somos tratadas como coisas? Quem nos trata assim? Por quê?
6. Nós tratamos outras pessoas como coisas? Quem? Por quê?

7. Como é quando somos parte de diferentes grupos de pessoas que costumam ser tratadas como coisas, ou seja, suas vozes não são ouvidas?
8. Para os observadores: como se sentiu observando sem dizer nada? Você gostaria de ter interferido? Se sim, o que você poderia ter feito?
9. Na vida cotidiana, nós somos “observadores” de situações em que algumas pessoas tratam outras como coisas? Nós interferimos? Por que sim? Por que não?
10. Se você tivesse a chance de escolher entre os três grupos, o que você teria escolhido ser? Por quê?
11. Por que as pessoas tratam os outros dessa maneira?
12. Quais são as consequências deste tipo de relação?
13. Existe a reprodução desses papéis nas diferentes instituições e serviços sociais? Como? Quem costuma pertencer aos grupos de “pessoas” e de “coisas”? Por quê?

Tenha em mente que...

...existem muitos tipos diferentes de relacionamentos em que uma pessoa pode exercer poder sobre outra, por exemplo, nas relações entre mulheres e homens, jovens e adultos, pais e filhos, chefes e empregados, ricos e pobres, entre outros. Algumas vezes, o desequilíbrio de poder nesses relacionamentos pode levar uma pessoa a tratar a outra como objeto. Como discutiremos ao longo de vários dos exercícios de grupo, o poder desigual entre as pessoas em nossa sociedade pode ter uma série de consequências, tais como violências contra as mulheres, dificuldade de acesso a educação e outros serviços pelas populações negras, entre outras.

É importante lembrar que o poder por si só não é ruim. O modo como esse poder é usado é que faz a diferença. Por meio dessas atividades, teremos a oportunidade de discutir como abrir mão de privilégios ou usar nossos poderes coletivamente para promover mudanças que tragam equidade.



EXERCÍCIO 12 – A CIDADANIA DOS PEQUENOS GESTOS

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|----------------------------------------------|
| Favorecer a reflexão sobre a responsabilidade de toda a comunidade na busca pelas soluções de seus problemas. | ± 1 hora e 30 minutos | Papel, lápis, fita crepe, <i>flipchart</i> . |

Dicas para o planejamento: muitas vezes, o conceito de cidadania é de difícil compreensão. . . A cidadania é uma construção que se dá nas pequenas coisas do cotidiano pelo reconhecimento e respeito às diferenças individuais, pelo enfrentamento aos preconceitos e às discriminações, pela participação nas decisões, pela ampliação da consciência em relação aos direitos e deveres e pela confiança no potencial de transformação de cada um/a.

Procedimento

- Antes de iniciar a atividade, pergunte ao grupo o que vem à cabeça quando se fala a palavra “cidadania”. Coloque as contribuições no quadro e informe que este é o tema que será trabalhado nesta atividade.
- Peça que o grupo faça um círculo com as cadeiras.
- Distribua a folha de papel e um lápis por participante.
- Solicite que listem ou desenhem, individualmente, situações que já viveram e em que se sentiram desrespeitadas em seus direitos pelo fato de serem mulheres ou homens.
- Quando terminarem, peça que quem quiser leia sua lista. Escreva os itens no quadro conforme forem falando.
- Em seguida, forme subgrupos e peça que escolham uma ou duas das situações do cotidiano escritas no quadro e que discutam que problemas aquela situação pode acarretar para a comunidade em que vivem.
- Em seguida, peça que sugiram formas viáveis de prevenir ou resolver essas questões.
- Distribua uma folha de papel para cada subgrupo pedindo que escrevam as soluções encontradas para resolver tais problemas para, depois, apresentá-las a todo o grupo.

- Ao final, peça que apresentem as conclusões e, em plenária, eleja quais das sugestões poderiam ser implantadas na comunidade e como isso pode ser feito.

Perguntas para discussão

1. O que é cidadania?
2. O que é cidadania ativa? E cidadania passiva?
3. Como podemos exercer nossa cidadania no cotidiano?

Tenha em mente que...

...a cidadania começa na relação de uma pessoa consigo mesma para, a partir daí, expandir-se até as outras se ampliando, assim, para o contexto social no qual ela está inserida. É uma nova forma de ver, ordenar e construir o mundo, tendo como princípios básicos os direitos humanos, a responsabilidade pessoal e o compromisso social na realização do destino coletivo. Portanto, ser uma cidadã ou um cidadão é ter interesse pelo que acontece em sua comunidade, exercendo seus direitos e cumprindo com seus deveres. Existem dois tipos de cidadania: a ativa e a passiva. A cidadania ativa enfatiza a participação das pessoas em sua comunidade, buscando pela resolução de seus problemas. Na cidadania passiva, esta noção está apenas associada aos deveres e direitos do indivíduo na vida coletiva, ou seja, as pessoas não se comprometem nas mudanças.



EXERCÍCIO 13 – O QUE SÃO DIREITOS SEXUAIS E DIREITOS REPRODUTIVOS?²⁵

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Discutir os conceitos de direitos sexuais e direitos reprodutivos, como parte integrante dos direitos humanos, e refletir sobre a importância destes conceitos na vida das mulheres e dos homens e o papel das empresas na garantia também desses direitos. | ± 2 horas | Canetas e lápis, cópias da Folha de Apoio 15A e um cartaz com o modelo do quadro na folha de apoio. |

Dicas para o planejamento: aponte para as/os participantes o como foi importante (e difícil) para as mulheres lutarem por uma sociedade mais justa e igualitária, trazendo, alguns anos depois, os homens para a causa dos **Direitos Sexuais** – o conjunto de normas, leis, portanto, direitos, que dizem respeito a liberdade sexual, autonomia, integridade e segurança, privacidade, prazer, escolhas livres e responsáveis, informação e exercício às formas de expressão sexual, de maneira segura e livre de pressões – e dos **Direitos Reprodutivos** – o conjunto de normas e leis referentes à autonomia de mulheres e homens para decidir se querem ou não ter filhas/os, quando e quantas/os.

Procedimento

- Prepare a seção antecipadamente: faça cópias da Folha de Apoio 1 e recorte os direitos em tiras, para serem distribuídos. Desenhe quatro colunas em um cartaz e coloque os seguintes títulos em cada coluna: Direitos Sexuais e Reprodutivos, Concordo, Concordo Mais ou Menos e Não Concordo (Veja exemplo de como desenhar este quadro na Folha de Apoio 2).
- Explique para o grupo que os direitos sexuais e reprodutivos devem ser considerados como direitos humanos.

²⁵ Técnica adaptada do manual Uma estratégia para convencer: las/os líderes jóvenes y la promoción y defensa de políticas públicas (2000). UNFPA y Redes Jóvenes: Lima.

- Divida as participantes em pequenos grupos e distribua as tiras de direitos. Em grupos com menor grau de escolaridade, leia os direitos em voz alta.
- Explique que cada grupo recebeu algumas tiras e solicite que discutam o que entendem sobre as mensagens, se concordam (C), se concordam mais ou menos (+-), se não concordam (NC) e se esses direitos têm sido respeitados ou não no cotidiano das pessoas e nas empresas. Se não, de que forma a empresa contribui para a violação de tais direitos.
- Peça a cada grupo que apresente os direitos que foram discutidos, e se estão de acordo ou não que estes direitos sejam respeitados. Anote as repostas em um quadro ou cartolina e peça que as outras participantes digam se concordam ou discordam das repostas.

Perguntas para discussão

1. Os direitos das mulheres são respeitados na sua comunidade? Se não, quais são os direitos das mulheres que são mais violados? Por que isso acontece?
2. Os direitos das pessoas negras são respeitados na sua comunidade? Se não, quais são os direitos que são mais violados? Por que isso acontece?
3. Os direitos da população LGBT são respeitados na sua comunidade? Se não, quais são os direitos que são mais violados? Por que isso acontece?
4. Os direitos dos homens são respeitados na sua comunidade? Se não, quais são os direitos que são mais violados? Por que isso acontece?
5. Por que as diferenças na violação ou cumprimento dos direitos acontecem?
6. De que forma a empresa deve contribuir para a garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos?

Tenha em mente que...

...os direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos fundamentais e pertencem a mulheres e homens de todas as idades, raças e etnias e orientações sexuais. Esses direitos incluem o direito de tomar decisões autônomas sobre a própria vida sexual e reprodutiva, livre de coerção ou violência, e o direito a informações e métodos para tomar decisões saudáveis e seguras sobre a própria vida sexual e reprodutiva. Temos o direito de decidir sobre nossos corpos e cabe ao Estado garantir as condições para que possamos exercer esses direitos. Um estado laico também não deve impedir que pessoas do mesmo sexo tenham seus direitos sexuais e direitos reprodutivos violados. Não pensar formas específicas de garantir tais direitos para os diferentes grupos por parte da empresa, reduzindo as desigualdades, também é uma forma de violação dos direitos.

FOLHA DE APOIO 1

Tiras sobre Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

- Direito de viver a sexualidade sem medo, vergonha, culpa, falsas crenças e outros impedimentos à livre expressão dos desejos. As pessoas, de todas as idades, têm o direito de viver e de buscar suas formas de desfrutar prazer sexual.
- Direito de viver a sexualidade livre de violência, discriminação, coerção, no contexto mais amplo de relações inspiradas na igualdade, no respeito e na justiça. Cada pessoa tem o direito de exercer sua plena sexualidade, sem sofrer violência ou ser forçada a fazer algo que não deseja.
- Direito a escolher o/a parceiro/a sexual sem discriminações. Cada pessoa tem o direito de escolher sua/seu parceira/o sem sofrer discriminações.
- Direito ao respeito pleno pela integridade corporal. Não deixar que outras pessoas a obriguem a fazer algo que não quer, como, por exemplo, tocar suas partes íntimas. No caso de exames médicos, contar com uma pessoa de sua confiança para acompanhá-la.

- Direito de optar por ser ou não sexualmente ativa, incluído o direito de envolver-se em relações sexuais consensuadas e de casar-se com o pleno e livre consentimento de ambas as pessoas. Ninguém pode ser forçado a casar-se, manter relações sexuais, sem que ambas as partes estejam de acordo e queiram isso.
- Direito de ser livre e autônoma para expressar sua orientação sexual. Cada pessoa tem o direito de se relacionar sexual e amorosamente com pessoas de qualquer sexo.
- Direito de expressar sua sexualidade de forma independente da reprodução. Cada pessoa tem o direito de se relacionar sexualmente sem querer ter filhos.
- Direito a gozar da igualdade, respeito mútuo e responsabilidade compartilhadas nas relações sexuais. Mulheres e homens têm os mesmos direitos, devem ter igualdade e as mesmas responsabilidades nas relações sexuais.
- Direito de insistir sobre a sexualidade e a praticar o sexo seguro para evitar a gravidez e prevenir as doenças de transmissão sexual, incluindo HIV. A pessoa pode exigir o uso de preservativo para se prevenir das DST/HIV/Aids ou por não querer engravidar.
- Direito de decidir livre e responsabilmente sobre ter ou não descendentes, sem temer coações, discriminação ou violência, e a decidir o espaçamento e momento para ter filhas/os. As pessoas podem decidir se querem ou não ter filhos, quando e quantas/os filhas/os querem ter.
- Direito a ter informação e meios adequados para poder exercer a tomada de decisão. As pessoas devem ser informadas para decidirem o que é melhor para si próprias.
- Direito à saúde sexual, o qual exige o acesso a todo tipo de informação, educação e a serviços confidenciais de alta qualidade sobre sexualidade e saúde sexual. Direito de receber informações para poder escolher, onde se informar e que esses serviços sejam confidenciais.

FOLHA DE APOIO 2

Uma amostra do quadro de avaliação dos direitos

Abaixo, segue um exemplo de como organizar o quadro com a resposta dos participantes sobre se estão ou não estão de acordo que os diferentes direitos sexuais e reprodutivos sejam respeitados em sua comunidade:

| Direitos Sexuais e Reprodutivos | Concordo | Mais ou menos | Não concordo |
|---------------------------------|----------|---------------|--------------|
| 1 | | | |
| 2 | | | |
| Etc. | | | |

Homens trans e gravidez

Ao longo de sua vida, uma pessoa pode não se identificar com o sexo/gênero pelo qual foi designada no nascimento, e assumir a identidade de gênero de acordo com a maneira como ela se percebe e se entende. Assim, homens trans são homens que, ao nascerem, foram designados como mulheres, mas que se identificam como homens, e podem ou não se submeter a processos hormonizadores e cirurgias de adequação genital, mastoplastia e histerectomia. A Portaria n. 2.803 regulamenta o processo transexualizador pelo SUS²⁶. Homens trans que possuam vagina, útero e ovários podem decidir engravidar. Isso não significa que sejam menos homens, devem ter sua decisão respeitada. É fundamental que os serviços de saúde acolham os sujeitos em suas demandas, respeitando seus DSDR, suas identidades de gênero e seus nomes sociais, caso a pessoa trans ainda não tenha feito a retificação do registro civil.

²⁶ BRASIL. Portaria n. 2.803, de 19 de novembro de 2013. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em 11 de maio de 2016.



Articulando as desigualdades de gênero e raça

EXERCÍCIO 14 – DIVERSIDADE DE DIREITOS: EU E OS OUTROS

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------------------------|
| Encorajar a empatia com pessoas de diversas realidades e facilitar o reconhecimento de que as identidades são múltiplas em cada uma/um de nós. | 1 hora e 30 minutos | Folhas de papel A4. Marcadores. Fita. |

Dicas para o planejamento: essa técnica geralmente leva os jovens a rir e a ter que desempenhar ou atuar no papel de pessoas de diversas orientações sexuais, raças, etnias e contextos. É importante que se busque o respeito às diferenças.

Procedimento

- Antes que o grupo comece suas atividades, selecione os atributos que você ache que são mais apropriados de acordo com a relação abaixo. Escreva os atributos numa folha de papel e selecione um número suficiente deles para cada participante. Se quiser, pode criar outros exemplos ou repetir alguns, se achar necessário.
- Peça ao grupo para sentar em círculo e que fechem os olhos. Explique que se colocará uma folha de papel em suas mãos onde tem algo escrito. Depois de receber o papel, as/os participantes deverão ler a frase sem comentar nada e refletir pessoalmente sobre o que eles fariam se estivessem naquela situação.
- Peça a cada uma/um que pegue um pedaço de fita adesiva e cole na parte da frente de sua camisa.
- Peça que se levantem e andem devagar pela sala com o papel colado, lendo as frases das outras pessoas, cumprimentando as outras, mas sem falar.
- Depois peça às/aos participantes que fiquem em círculo e olhem umas/uns para as outras/os. Explicar que cada um deve ser um personagem e inventar uma história que tenha a ver com a frase que recebeu – uma história que fale sobre sua condição ou realidade. Dê algum tempo para que possam refletir sobre sua história.

- Pergunte se há alguma/ algum voluntária/o para começar. Então, as pessoas, aleatoriamente ou na ordem do círculo, falam sobre sua história. Uma alternativa é fantasiar um programa de entrevistas, em que a/o facilitadora/or represente o apresentador do programa e as/os participantes as/os entrevistadas/os. A/o voluntária/o vai à frente, conta sua história e as outras pessoas podem, ainda, fazerem perguntas. As perguntas feitas são ótimas ferramentas para a discussão dos preconceitos.
- Peça aos participantes que, mantendo seus personagens, façam perguntas uns aos outros, sobre suas vidas, sua condição naquele momento, seus problemas e suas realidades. Pode-se usar o bastão falante (vide técnica 1) para facilitar a discussão. Dar um tempo entre 20 e 30 minutos para discutir.
- Discutir as questões a seguir.

Perguntas para discussão

1. Você conhece alguma pessoa que enfrentou situação semelhante descrita no papel?
2. Como foi para você viver esse personagem? Como se sentiu?
3. Como foram criadas as histórias? Quais os elementos que nos inspiraram a pensar nas histórias?
4. Essas histórias são as mesmas para todas as pessoas que possuem os mesmos atributos? Por quê?
5. De onde vem a discriminação em relação a algumas pessoas ali representadas?

Tenha em mente que...

...pode-se fechar essa técnica perguntando aos participantes sobre outros exemplos de pessoas diversas ou até de minorias que não foram incluídas. Às vezes, surgem exemplos que não havíamos pensado, oferecendo mais conteúdo para as técnicas e o trabalho com jovens. É importante discutir que há muitas possibilidades para cada uma das histórias. No entanto, muitas vezes, nos dirigimos e nos relacionamos com os outros com base em ideias já concebidas de como alguém com determinada característica deve ser e se comportar, ignorando sua singularidade.

FOLHA DE APOIO

- Sou bissexual
- Sou heterossexual
- Tive relações sexuais com outro homem, mas não sou *gay*
- Sou *gay*
- Meu pai é *gay*
- Minha mãe tem namorada
- Sou casado com um homem há cinco anos
- Meu amigo namora um outro rapaz
- Sou *gay* e tenho três filhos
- Tenho Aids
- Minha namorada me bateu
- Sou pai e cuido dos meus filhos
- Sou indígena
- Sou negra
- Sou homem
- Sou mulher
- Sou branco
- Sou executiva
- Sou profissional do sexo
- Sou travesti
- Sou heterossexual e sofri homofobia
- Sofri homofobia na empresa
- Moro na favela
- Tenho duas mães
- Sou cotista na universidade
- Meu marido me bateu
- Recebo o benefício do Bolsa Família

EXERCÍCIO 15 – MÍDIA E RACISMO²⁷

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Identificar e discutir as situações de racismo existentes na mídia brasileira. Debater a questão da representatividade das diferentes raças nos meios de comunicação. | 2 horas | Revistas em quadrinhos, panfletos e propaganda impressa, recortes de jornais locais de maior circulação, encartes sobre programas de TV (principalmente sobre novelas e programas de auditório), revistas ou cadernos de esportes. |

Dicas para o planejamento: o tema raça e racismo é muito importante de ser discutido em nossa sociedade, mas é comum encontrarmos resistências para debater-lo. Uma boa maneira de iniciar este debate é discutir a representatividade de pessoas não brancas na mídia brasileira. Muitas vezes, as imagens de pessoas negras e indígenas veiculadas na mídia reproduzem e reforçam estereótipos racistas, folclorizam e deturpam as expressões culturais desses grupos populacionais. Vemos pouco o racismo ser tematizado nos diferentes meios de comunicação, ainda que a população de negras/os seja mais da metade dos habitantes do País. Ao conduzir esta atividade, esteja atenta/o a como o tema pode produzir reações sensíveis nas/os participantes. Promova o diálogo e a escuta, mas cuide para que não sejam reproduzidas falas racistas no grupo que possam silenciar ou atingir participantes.

Procedimento

- Divida o grupo em subgrupos, e distribua igualmente materiais para cada subgrupo.
- Explique que a proposta da atividade é analisar e discutir esse material, que chega a nós de diferentes maneiras. Informe que terão cerca de 30 minutos para discutir entre si.

²⁷ Adaptado de: Adolescentes e jovens para a educação entre pares.

- Sugira algumas perguntas para que os grupos possam discutir o material recebido:
 - » Identificar quem ocupa lugares mais importantes no material: pessoas brancas, negras ou indígenas?
 - » Comparar *como* as pessoas brancas, negras e indígenas aparecem no material analisado. Se possível, fazer a contagem dessas aparições.
 - » Observar o número de representações positivas (relacionadas a situações valorizadas em nossa sociedade) e negativas de pessoas negras e de pessoas brancas no material.
- Reunir o grupo novamente e pedir que compartilhem suas observações.
- Após as apresentações, inicie o debate sobre os modos sutis e evidentes de manifestação do racismo na mídia. Estimule a discussão e pergunte se as/os participantes se lembram de outros exemplos vistos na mídia. Discuta de que maneira esse tema se relaciona com questões de gênero: quais são os estereótipos que articulam gênero e raça presentes na mídia?

Tenha em mente que...

...lutar contra o preconceito e a discriminação racial, enfrentar o racismo, é algo que precisamos fazer coletivamente. Essa luta não deve ser uma responsabilidade apenas de quem sofre discriminação. Boa parte da população brasileira não se considera racista, ainda que tenhamos tantas situações de racismo em nosso país. É importante discutirmos esse tema quando trabalhamos equidade de gênero, pois a articulação de gênero e raça pode criar posições de grande vulnerabilidade.



EXERCÍCIO 16 – A SOCIEDADE E A DISCRIMINAÇÃO²⁸

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Favorecer a discussão sobre os estereótipos existentes em relação às raças e etnias no Brasil. | ± 2 horas | Folhas de papel branco, lápis e canetas, desenho de uma árvore feito em uma folha de papel par-do grande, tiras de papel, fita crepe, canetões de diversas cores. |

Dicas para o planejamento: nesta atividade podemos encontrar algumas resistências para se reconhecer situações de discriminação vividas nas empresas. É comum ouvirmos que o racismo existe principalmente entre os negros e que brancos também sofrem racismo. O uso de dados e abrir espaço para que as pessoas negras presentes no grupo relatem as situações de racismo sofridas cotidianamente ajudam na compreensão de que determinadas discriminações existem, mas podem ser melhor percebidas por quem as sofre. Use a folha de apoio para se preparar para esta atividade.

Procedimento

- Cole o cartaz com a árvore na parede.
- Solicite que o grupo se divida em 4 grupos menores e que, inicialmente, pensem e discutam as diferentes formas como o preconceito e a discriminação racial podem ocorrer na sociedade.
- Escreva junto com os grupos essas situações nas tiras de papel, e, em seguida, cole essas tiras na copa das árvores.
- Leia em voz alta para o grupo uma a uma as tiras sobre preconceitos e discriminações que ocorrem na sociedade e tire as repetidas.
- Solicite que, agora, voltem para os grupos menores e conversem sobre quais seriam as razões para que essas situações de violência ocorram na sociedade. Escreva junto com os grupos cada uma dessas razões em tiras de papel e cole na raiz da árvore.

²⁸ Adaptado de: Adolescentes e jovens para a educação entre pares. Disponível em http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2010/45601/racas_etnias_final_17_05_2011_pdf_18336.pdf. Acesso em 9 de maio de 2016.

- Leia as razões para o grupo e discuta, com todas/os as/os participantes, de que maneira esses preconceitos e discriminações se perpetuam na sociedade (foque no papel da família, igreja, meios de comunicação, ambiente de trabalho, grupos de amigos etc.). Escreva as contribuições em tiras de papel e cole no tronco da árvore.

Perguntas para discussão:

1. O que geralmente as pessoas fazem quando presenciam uma situação de preconceito racial na comunidade?
2. O que cada um/a de nós poderia fazer para promover a autonomia, o respeito e a valorização da diversidade racial e cultural nas situações cotidianas?

Tenha em mente que...

...durante muito tempo nossa sociedade evitou a discussão sobre o racismo e sobre a escravidão. As escolas brasileiras, por exemplo, só falavam da população negra a partir da escravidão. Ainda hoje, muitas vezes o continente africano é apresentado como sendo um lugar “exótico”, cheio de animais selvagens, com pessoas vivendo em total miséria ou com doenças graves. A partir de 2003, com o estabelecimento da Lei n. 10.639, o ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras passou a ser obrigatório em todas as escolas do ensino fundamental e do ensino médio. É importante discutir com as/os participantes os estereótipos sobre raça que existem em nossa sociedade. Segundo estimativas do IBGE para 2010, o Brasil tem aproximadamente 100 milhões de habitantes negros (soma de negros e pardos declarados), que equivale a 51% da população total do País. Se toda esta população formasse um país, ele ocuparia a décima segunda posição entre os países mais populosos do mundo. Boa parte das/os beneficiárias/os de programas como o Programa Bolsa Família no Brasil são negras/os, e discutir preconceito e racismo é fundamental para estimular o empoderamento dessa população. Dos beneficiários do Bolsa Família, 10,3 milhões são negros, o que representa 75% do total do programa de complementação de renda²⁹.

29 <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2015/maio/pobreza-entre-negros-caiu-86-em-10-anos>

EXERCÍCIO 17 – É OU NÃO É?

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|------------------------------------------------------------------------------------|
| Debater preconceitos associados à questão da orientação sexual de modo a problematizá-los. | ± 2 horas | Papel sulfite ou cartolina, canetões coloridos, aparelho de som e CDs, fita crepe. |

Dicas para o planejamento: sabemos que a humanidade é formada por seres diversos quanto à maneira de ser, sentir, pensar, agir e perceber a vida. No entanto, para muita gente, ainda é muito complicado aceitar que existem várias possibilidades de se relacionar afetivamente e/ou sexualmente com outras pessoas, independente do sexo. Por esta razão, vale explorar nesta atividade as diferentes formas de ser homem e de ser mulher, trabalhando a aceitação das diferenças e criando estratégias de enfrentamento a qualquer tipo de preconceito e discriminação.

Procedimento

- Pegue três folhas de papel sulfite ou cartolina. Na primeira folha, escreva a palavra “CONCORDO”; na segunda, “DISCORDO”; e na terceira, a expressão “TENHO DÚVIDAS”.
- Cole as três folhas nas paredes, bem separadas.
- Peça que as/os participantes se levantem e explique que você irá ler uma afirmação (Folha de apoio) relacionada à questão da diversidade sexual.
- Depois de ler a afirmação, elas/es deverão se dirigir a um dos lugares da sala em que estão afixados os cartazes, ou seja, quem concordar deve se locomover até o cartaz escrito CONCORDO, DISCORDO ou TENHO DÚVIDAS.
- Quando todas/os estiverem posicionadas/os junto ao cartaz ao qual se dirigiram, peça que justifiquem sua posição.
- Estimule os três grupos a falar o porquê de terem escolhido aquela posição.
- Para encerrar, peça que voltem a seus lugares e aprofunde a discussão a partir das perguntas para discussão.

Perguntas para discussão

1. Quais são as diferentes orientações sexuais?
2. Que tipo de preconceito existe em relação às pessoas que não são heterossexuais? Quais? Por quê?
3. Se um amigo contasse a você que sente atração por pessoas do mesmo sexo, o que você diria?
4. O que seria possível fazer para, no mínimo, diminuir o preconceito e a discriminação contra aqueles/as que têm uma orientação sexual diferente da heterossexual? Na escola? No serviço de saúde? Na comunidade?

Tenha em mente que...

...é comum falarmos principalmente de três tipos de orientação sexual: a hetero, a homo e a bissexual. Uma pessoa heterossexual sente desejo por pessoas de outro sexo. A homossexual (lésbicas e *gays*) inclina-se por pessoas do mesmo sexo. As e os bissexuais sentem atração por pessoas tanto do sexo feminino quanto do masculino. Um/a homossexual não opta por ser assim, assim como a/o heterossexual não escolhe sua preferência sexual.

FOLHA DE APOIO – AFIRMAÇÕES

Uma pessoa escolhe ser homossexual, bissexual ou heterossexual.

As mulheres se tornam lésbicas porque foram abusadas por um homem na infância.

Um menino criado por um pai homossexual se tornará *gay* ou travesti.

Um *gay* pode se curar de sua homossexualidade e deve procurar um psicólogo ou um líder religioso.

Travesti é o homem que se veste de mulher apenas para ganhar dinheiro, se prostituindo.

Transexual é aquela pessoa que nasceu com um determinado sexo, mas que pertence ao outro.

EXERCÍCIO 18 – VULNERABILIDADES

| Objetivos | Duração | Materiais necessários |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Discutir quais são as vulnerabilidades que deixam algumas pessoas ou grupos mais, ou menos, vulneráveis a agravos de saúde como o HIV/Aids, DSTs e hepatites virais. | ± 3 horas | Três figuras de mulheres e três homens de diferentes raças, etnias e condições socioeconômicas; 60 flechas amarelas e 60 flechas azuis; canetões e seis cartões; fita crepe. |

Dicas para o planejamento: o termo vulnerabilidade é utilizado com muita frequência para avaliar objetivamente as possibilidades que cada pessoa ou grupo tem de se infectar ou de se proteger de alguma doença ou situação. Nesse sentido, além de fazer referência a fatores individuais – que levariam uma pessoa ou um grupo a adotar um comportamento mais ou menos protegido perante o vírus da Aids –, o termo vulnerabilidade também procura analisar aspectos institucionais e sociais que influenciariam a prática do sexo mais ou menos seguro.

Procedimento

- Com antecedência, selecione algumas imagens de jornais ou revistas – 3 homens e 3 de mulheres de diferentes raças e etnias – asiáticos, brancos, negros, ciganos, indígenas, etc. Em seis cartões diferentes escreva os seguintes títulos:
 1. vivendo com HIV/Aids
 2. transexual
 3. profissional do sexo
 4. pessoa com deficiência
 5. cumprindo medidas socioeducativas
 6. grávida/grávido

- Coloque as seis figuras nas paredes em diferentes pontos da sala.
- Solicite que as/os participantes formem seis grupos e que cada um deles se dirija a uma das figuras coladas na sala.
- Uma vez que os subgrupos estiverem organizados, solicite que, inicialmente, façam uma lista explicitando quais seriam as necessidades daqueles jovens em relação à prevenção às DSTs, Aids e hepatites virais. Por exemplo: ter acesso ao preservativo, informações que façam sentido para elas e eles etc.
- Quando terminarem, vá até cada grupo e cole abaixo da figura, aleatoriamente, um dos cartões elaborados previamente.
- Distribua **10 flechas azuis** para cada subgrupo e peça que escrevam os fatores (pessoais, socioculturais e institucionais) que dificultam o acesso daquele jovem na busca por informações sobre as DSTs/Aids e acesso ao atendimento, tratamento e aos insumos de prevenção. Peça que colem as flechas em volta da figura com as pontas viradas para o centro.
- Quando terminarem, distribua **10 flechas amarelas** para cada subgrupo e peça que, agora, escrevam como seria possível diminuir essas dificuldades de acesso à informação e atenção. Peça que colem as flechas em volta da figura, mas, agora, com as pontas voltadas para fora.
- Proponha que o grupo como um todo se reúna e faça uma excursão pela sala parando em cada uma das figuras. Em cada uma das construções, um integrante do grupo deverá fazer um breve relato sobre as discussões que surgiram.

Perguntas para discussão

1. Na opinião de vocês, quais dessas/es jovens estão mais vulneráveis à infecção pelo HIV/Aids e outras DSTs? Por quê?
2. As escolas costumam falar sobre a prevenção das DSTs/Aids? Como? Para quem?
3. Em que lugares o preservativo está disponível para as/os jovens? Como é feita essa disponibilização?
4. Quais as/os jovens que costumam ser mais discriminados na escola e/ou nos serviços de saúde? Por quê?

5. O que seria preciso mudar em um serviço de saúde para que as/os jovens os acessassem com maior frequência?
6. É possível tornar os serviços de saúde mais amigáveis para jovens? Como?

Tenha em mente que...

...as mulheres, em função de sua trajetória histórico-social, têm se mostrado especialmente vulneráveis às infecções sexualmente transmissíveis, com destaque para a infecção por HIV. O contexto em que isso acontece geralmente envolve a dificuldade em negociar o uso do preservativo ou, então, a ideia de imunidade por viver um relacionamento estável complementada pela crença no amor romântico e protetor presente nas relações ditas monogâmicas

VULNERABILIDADES

O termo vulnerabilidade tem origem na advocacia internacional e diz respeito à situação de fragilidade que algumas pessoas e grupos têm diante de uma situação. Dividido em três eixos – individual, social e programático –, o uso deste termo veio justamente para ajudar a conhecer e transformar essas condições, sem se contrapor ao conceito de risco.

Vulnerabilidade individual: relaciona-se à obtenção e à capacidade para processar informações sobre a saúde e a prevenção. Depende de valores e crenças, do conhecimento das práticas de proteção e das possibilidades de aplicar esses conhecimentos em práticas de cuidado.

Vulnerabilidade social: diz respeito às condições coletivas e sociais que influenciam fortemente a vulnerabilidade individual e programática, entre elas: condições de vida e trabalho, realidade cultural, situação econômica, nível de escolaridade, ambiente, relações de gênero, relações etnorraciais, de classe e geracionais.

Vulnerabilidade programática ou institucional: tem relação direta com as políticas públicas e com a maneira como estão organizadas as instituições.

Fonte: FFM. **Falando de Prevenção.** São Paulo: Fundação Faculdade de Medicina, 2013.

EXERCÍCIO 19 – ÁLCOOL, TABACO E OUTRAS DROGAS

| Objetivos | Duração | Materiais necessários |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Discutir as diferentes motivações para o uso de drogas; seus fatores de risco e formas de proteção. | ± 3 horas | Quadro com fatores de risco/prazer/fatores de proteção; revistas velhas; retalhos de papel sulfite; papel pardo dividido em três colunas: risco/prazer/proteção, canetões, fita crepe e cola. |

Dicas para o planejamento: historicamente, a humanidade sempre procurou por substâncias que produzissem algum tipo de alteração em seu humor, em suas percepções, em suas sensações. Existem substâncias que produzem essas alterações e são aceitas pela sociedade, outras não. Os motivos que levam algumas pessoas a utilizar drogas variam muito. Portanto, é importante abrir a discussão buscando por formas de prevenção ao uso de drogas. Sejam elas lícitas ou ilícitas.

Procedimento

- Divida as/os participantes em grupos e informe que produzirão um painel sobre tudo o que dá prazer, recortando partes das revistas ou escrevendo nos retalhos de papel sulfite.
- Quando a lista estiver completa, distribua as folhas de papel pardo e peça que colem os prazeres na primeira coluna, um abaixo do outro.
- Em seguida, peça que reflitam sobre quais seriam os riscos existentes em relação a esse prazer e quais seriam as formas de proteção conforme o exemplo abaixo:

| Prazer | Risco | Proteção |
|-----------------------------------|-----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|
| Encontrar as/os amigas/os no bar. | Beber e dirigir | Escolher uma pessoa do grupo que não bebeu para levar todo mundo para casa. |
| Fumar | Doenças pulmonares Mau <i>hálito</i> | Diminuir o número de cigarros. Parar de fumar. |

- Terminado o quadro, peça que cada grupo apresente seus resultados.

Perguntas para discussão

1. O que é droga?
2. O álcool é uma droga?
3. Qual a relação entre droga, prazer, sexualidade e HIV/Aids?
4. As drogas – lícitas ou ilícitas – deixam as pessoas mais violentas?
5. Quais os tipos de drogas mais consumidos pelos adolescentes e jovens? E pelos adultos?

Tenha em mente que...

...o álcool, o tabaco e outras drogas são substâncias que causam mudanças na percepção e na forma de agir de uma pessoa. Essas variações dependem do tipo de substância consumida, da quantidade utilizada, das características pessoais de quem as ingere e até mesmo das expectativas sobre os seus efeitos. Existem vários motivos e situações que levam uma pessoa justificar o consumo de álcool e outras drogas. Aspectos sociais e econômicos como o desemprego, a discriminação, a pobreza e as violências são alguns exemplos.



EXERCÍCIO 20 – VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER E LEI MARIA DA PENHA

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|---------------------------------------------------------------------------------|
| Identificar tipos de violência especificados na Lei Maria da Penha e os resultados depois de a lei ter sido sancionada. | 50 minutos | Tiras com as situações de violência, cópia da Lei Maria da Penha para todas/os. |

Dicas para o planejamento: o tema da violência tem relação direta com o poder de um contra o outro. Existem muitos tipos diferentes de relacionamentos em que uma pessoa pode exercer poder sobre outra, por exemplo, nas relações entre mulheres e homens, jovens e adultos, pais e filhos, alunos e professores, chefes e empregados. Algumas vezes, o desequilíbrio de poder nesses relacionamentos pode levar uma pessoa a tratar a outra como objeto.

Procedimento

- Inicie a atividade contando a história da Lei Maria da Penha: A Lei n. 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, ganhou este nome em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, uma farmacêutica cearense, que por vinte anos lutou para ver seu agressor preso.

Casada com o professor universitário Marco Antonio Herredia Viveros, em 1983 ela sofreu a primeira tentativa de assassinato pelo marido, quando levou um tiro nas costas enquanto dormia. Viveros foi encontrado na cozinha, gritando por socorro, alegando que tinham sido atacados por assaltantes. Nessa primeira tentativa, Maria da Penha ficou paraplégica. A segunda tentativa de homicídio aconteceu meses depois, quando Viveros empurrou Maria da Penha da cadeira de rodas e tentou eletrocutá-la no chuveiro. Apesar de a investigação ter começado em junho do mesmo ano, a denúncia só foi apresentada ao Ministério Público Estadual em setembro do ano seguinte, e o primeiro julgamento só aconteceu 8 anos após os crimes. Em 1991, os advogados de Viveros conseguiram anular o julgamento. Já em 1996, Viveros foi julgado culpado e condenado a dez anos de reclusão mas conseguiu recorrer. Mesmo após 15 anos de luta e pressões internacionais, a justiça brasileira ainda não havia dado decisão ao caso, nem justificativa para a demora. Com a ajuda de Organizações Não Governamentais, Maria da Penha conseguiu enviar o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), que, pela primeira vez, acatou uma denúncia de violência doméstica. Viveros só foi preso em 2002, para cumprir apenas dois anos de prisão. O processo da OEA também condenou o Brasil por negligência e omissão em relação à violência doméstica. Uma

das punições foi a recomendação para que fosse criada uma legislação adequada a esse tipo de violência. Este foi o início da criação da lei. Em setembro de 2006, a Lei n. 11.340/06 finalmente entra em vigor, fazendo com que a violência contra a mulher deixe de ser tratada como um crime de menor potencial ofensivo. A lei também acaba com as penas pagas em cestas básicas ou multas, englobando, além da violência física e sexual, também a violência psicológica, a violência patrimonial e o assédio moral. (Observatório para Implementação da Lei Maria da Penha. Disponível em www.observe.ufba.br/observatorio. Cf. 22/5/2015).

- Após o relato, explique que a ideia desta atividade é promover uma discussão sobre os diferentes tipos de violência contra a mulher.
- Peça que formem grupos e entregue uma tira com uma história para cada um deles (folha de apoio 1) e o texto sobre a Lei Maria da Penha (folha de apoio 2).
- Solicite que cada grupo leia a história e identifique os tipos de violência que ocorreram na história à luz da Lei Maria da Penha.
- Quando terminarem, peça que cada grupo leia a história e apresente o tipo, ou os tipos, de violência que a protagonista sofreu com base na Lei Maria da Penha. As respostas a estas violências estão indicadas na folha de apoio 3.

Perguntas para discussão

1. Por que é preciso denunciar as situações de violência contra a mulher?
2. Qual o tipo de violência mais comum praticado contra as mulheres? E contra os homens?
3. Quais as consequências destas violências na vida das mulheres? E dos homens?
4. Como poderíamos repassar as informações sobre a Lei Maria da Penha para nossas/os colegas, amigas/os e familiares?

Tenha em mente que...

...a Lei Maria da Penha protege as mulheres em situação de violência, salva vidas, pune os agressores, fortalece a autonomia das mulheres, educa a sociedade e oferece assistência com atendimento humanizado das vítimas. Esta Lei definiu claramente o que é violência doméstica e familiar contra a mulher e tipificou essa violência – física, psicológica, sexual, patrimonial e moral –, que podem ser praticadas juntas ou separadamente. Um dos principais avanços da Lei Maria da Penha, em vigor desde 2006, foi fazer do Estado o responsável pelo enfrentamento da violência contra a mulher. A violência contra as mulheres é um crime e a lei prevê punição para quem os comete. Mas, para permitir que ela funcione na prática, o primeiro passo é a denúncia.

FOLHA DE APOIO 1

William convidou Susana para passear uma tarde. Eles conversaram um pouco, tomaram um sorvete e, em seguida, William a convida para ir a um motel, dizendo que ele tinha dinheiro para passarem algumas horas lá. Susana disse que sim. Eles foram para o motel e começaram a se beijar. William começou a tirar a sua roupa. Então, Susana disse a ele que não queria transar. William ficou transtornado e começou a gritar que gastou muito dinheiro com ela e que não sairia do motel sem fazer sexo com ela.

Que tipo ou tipos de violência ocorreram nessa história?

Julieta está namorando há um ano. Recentemente, o namorado dela tem falado que ela está acima do peso e que está com vergonha de sair com ela. Ele faz comentários o tempo todo sobre o corpo de outras mulheres e o quanto Isadora ficaria mais sexy se perdesse peso. Ele mal a deixa comer. Ele diz que só irá se casar com ela depois que Julieta perder, no mínimo, 10 quilos.

Que tipo ou tipos de violência ocorreram nessa história?

Fernanda mal tinha começado o ensino médio quando conheceu João. Ele era diferente dos outros caras que ela já tinha conhecido. Foi o

primeiro amor da vida dela e Fernanda achava que o ciúme dele era porque ele a amava demais. Para evitar problemas, ela parou de sair com suas amigas. Um dia, João ficou muito bravo porque, mexendo no celular dela, descobriu várias mensagens para um primo e para seu grupo de amigas. Depois de dois meses de namoro, Fernanda tentou conversar com o João sobre essa ciúmeira toda. Eles brigaram e João lhe deu um tapa no rosto.

Que tipo ou tipos de violência ocorreram nessa história?

Ana tem 16 anos de idade e mora em uma cidade turística. No ano passado, ela conheceu um estrangeiro, banqueiro, com quem começou a namorar. Ela não contou sobre o namoro para sua família. Apesar de ser mais velho, ela gostava de sair com ele, especialmente quando ele a levava para restaurantes caros e boates chiques. No fim de sua viagem, ele a convenceu a acompanhá-lo a seu país de origem. Ele prometeu que seria fácil conseguir um emprego, e Ana aceitou o convite. Depois de chegar lá, ele imediatamente pegou seu passaporte e mostrou-se extremamente controlador, e às vezes fisicamente agressivo. Ela também descobriu que ele não era banqueiro e que nem tinha muito dinheiro. Ana se sentiu muito isolada, sem amigos ou família e sem conhecer a língua local. Ele a pressionou a trabalhar como *stripper*, um trabalho duro e que incluía ofertas diárias para se prostituir.

Que tipo ou tipos de violência ocorreram nessa história?

FOLHA DE APOIO 2 – TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Violência doméstica – é uma forma de violência entre pessoas que coabitam um determinado espaço. É, também, um abuso físico ou psicológico de um membro de um núcleo familiar em relação a outro, com o objetivo de manter poder ou controle. Esse abuso pode acontecer por meio de ações ou de omissões. A maioria das vítimas desse crime são mulheres.

Violência física – qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal.

Violência psicológica – entendida como qualquer conduta que cause danos emocionais e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Violência patrimonial – entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer necessidades.

Violência moral – entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. **Violência Sexual** – de acordo com a Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha, violência sexual é qualquer ato sexual não desejado ou a tentativa de obtê-lo por meio da intimidação psicológica ou emocional. De acordo com esta lei, considera-se uma violência sexual contra uma mulher qualquer conduta que:

- a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada;
- a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade;
- a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação;
- limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e direitos reprodutivos.

Fonte: Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm. Acesso em 26 de janeiro de 2016.

Folha de apoio 3 – Tipos de violência sofridas pelas mulheres nas histórias

Na história de **William e Susana** ocorreram dois tipos de violência: a psicológica (ameaça) e a sexual (constrangimento a ser pressionada a participar de relação sexual não desejada).

Na história de **Julieta**, a violência cometida foi a sexual, ou seja, o namorado fez com que a jovem tivesse sua autoestima diminuída, prejudicando seu pleno desenvolvimento e visando controlar suas ações, comportamentos.

Fernanda sofreu violência física ao ser agredida pelo namorado e psicológica por ter seu direito de ir e vir controlado e violência patrimonial por ter seu celular surrupiado sem autorização e sua privacidade invadida.

Ana foi vítima de violência sexual, uma vez que foi obrigada a ter relações sexuais não desejadas por meio da intimidação psicológica ou emocional. Também foi vítima de tráfico de pessoas, ou seja, o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, rapto, fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração sexual, trabalho forçado ou serviços, escravidão ou práticas análogas à escravidão, servidão ou a remoção de órgãos.



EXERCÍCIO 21 – ROMPENDO O SILÊNCIO E PROCURANDO POR AJUDA³⁰

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|--------------------------------|
| Refletir sobre a cultura do silêncio que existe em relação à violência nas famílias e nos relacionamentos e discutir o que as pessoas podem fazer quando estão em uma situação de violência ou quando elas conhecem alguém que vive um relacionamento deste tipo. | ± 2 horas | <i>Flipchart</i> e marcadores. |

Dicas para o planejamento

Como em outras atividades sobre o enfrentamento à violência, é importante pesquisar as organizações de suporte existentes na comunidade, onde uma pessoa poderia buscar ajuda caso sofresse alguma situação de violência. A lista poderia incluir hospitais, clínicas e grupos de apoio que trabalham especificamente com a questão da violência de gênero, recomendando trabalho social e psicológico adequado, ou outros recursos disponíveis. Se possível, crie um folheto listando estes recursos e o distribua no fim da atividade. Durante a atividade, preste bastante atenção na reação das pessoas e se alguém precisa de alguma atenção especial para o assunto.

Procedimento

- Faça uma revisão com as/os participantes do que é violência, suas formas e consequências que uma relação violenta pode ter na vida de uma pessoa.
- Divida as/os participantes em dois grupos, explicando que terão 25 minutos para criar uma história que será representada por elas/eles.
- Peça ao primeiro grupo para criar uma história que represente uma pes-

³⁰ Fonte: Programa M – Trabalhando com mulheres jovens: empoderamento, cidadania e saúde.

soa que está enfrentando uma situação de violência e que está pensando em falar com alguém sobre isso. Diga-lhes para pensar nos dilemas e preocupações que esta pessoa pode ter ao tentar “quebrar o silêncio”.

- Peça ao segundo grupo que crie uma história que apresente os desafios de uma pessoa para se aproximar de alguém que está enfrentando uma situação de violência e tentar ajudá-la. Peça que reflitam sobre os problemas e as preocupações que uma pessoa pode ter ao tentar ajudar uma pessoa, seja um amigo, um parente, colega de trabalho ou vizinho.
- Quando terminarem, peça aos dois grupos para ler ou apresentar suas histórias.
- Depois da apresentação e da discussão em grupo, peça que listem todos os recursos que conhecem em sua comunidade para o apoio a pessoas (principalmente mulheres e crianças) que estão enfrentando uma situação de violência.
- Escreva as contribuições no quadro e repasse outros lugares que não foram apontados. Se possível, repasse uma lista com estes locais.

Perguntas para discussão

1. Por que há momentos em que as mulheres não querem falar sobre a violência em suas vidas? E os homens? Eles costumam procurar por ajuda?
2. Por que alguém continuaria em um relacionamento violento? Essas razões são diferentes para uma mulher jovem e uma mulher adulta? A dependência econômica influencia o fato de uma mulher permanecer em um relacionamento violento? Como?
3. Em geral, quando vocês são violentas ou quando sofrem violência, conversam sobre isso com alguém? A quem vocês contam? Vocês costumam conversar sobre como se sentem? Se não, por que não?
4. Vocês acham que homens vítimas de abuso enfrentam os mesmos desafios que as mulheres? Por quê?
5. Como você se sente ao saber que uma amiga ou alguma pessoa que você conhece está sofrendo violência?
6. Como você pode ajudar uma amiga que sofreu violência ou agressão?

7. Quais são os passos que alguém em um relacionamento violento pode dar para poder se manter segura/o?
8. Quais são os passos que alguém pode dar para ajudar uma outra pessoa que está em um relacionamento violento?
9. O que você aprendeu com esta atividade? Você aprendeu alguma coisa que poderia ser aplicada em sua própria vida ou relacionamentos? Você fará mudanças como resultado desta atividade?

Tenha em mente que...

...pode ser muito difícil para as pessoas (principalmente mulheres) que sofrem violência falar abertamente sobre isso e procurar ajuda. Algumas mulheres temem que seus parceiros se vinguem delas, se elas buscarem ajuda ou tentarem abandoná-los. Outras podem se sentir obrigadas a permanecer em um relacionamento abusivo se forem casadas e/ou se houver crianças envolvidas. Para algumas mulheres, as consequências econômicas de abandonar um parceiro íntimo masculino podem pesar mais que o sofrimento emocional e físico. Por fim, existem vários fatores que podem influenciar a reação de uma mulher à violência. É importante não julgar as mulheres que não abandonam relacionamentos em que sofrem violência, mas tentar pensar em como podemos ajudar essas mulheres, e também os homens, a entender as consequências da violência e a importância de criar comunidades onde possamos viver livres de violência.



EXERCÍCIO 22 – PROJETO DE VIDA

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|----------------------------|
| Estimular as/os participantes a refletirem sobre suas trajetórias de vida e desejos de mudança, avaliando como podem concretizá-los. | ± 2 horas | Folhas de papel e canetas. |

Dicas para o planejamento: pensar em um projeto de futuro significa refletir sobre mudanças, estabelecendo projetos pessoais, profissionais, econômicos, mudanças nos relacionamentos, dentre outros fatores. Muitas vezes, as mulheres focam seu projeto de vida na formação de uma família e deixam de lado anseios pessoais de trabalho e estudo. É preciso perceber que todo projeto de vida deve ter como meta a felicidade pessoal e a igualdade de oportunidades.

Procedimento

- Peça para as/os participantes dividirem as folhas de papel em três partes. Na parte um, coloque: o que você pensava em fazer no passado; na segunda parte, o que você faz hoje; e, finalmente, na terceira parte: o que você pensa em fazer no futuro.
- Cada participante deve escrever ou desenhar as atividades que fazia no **passado**, faz no **presente** e deseja fazer no **futuro**. Depois, cada participante deve compartilhar com as/os demais suas histórias e desejos, utilizando a **folha de apoio 1**.
- Peça que cada um reflita sobre o seu futuro, perguntando o que precisam para realizar seus desejos. Cada participante deve escrever sua meta para o futuro e pensar três passos necessários para alcançá-los.
- Caso tenham dificuldades de pensar os três passos, a facilitadora ou o facilitador pode estimulá-las/os a pensar em seu passado e presente e o que fizeram para que esses momentos fossem diferentes. Ou seja, que

pensem nos passos deram no passado para alcançar a vida que têm no presente.

- Peça que, em grupo, leiam a **folha de apoio 2** com um texto sobre o Programa Bolsa Família.

Perguntas para discussão

1. O que significa transferência de rendas?
2. Por que as mulheres são as titulares dos benefícios do Programa Bolsa Família?
3. O que faz o Programa Bolsa Família? Alguns de vocês participam ou participaram desse ou de outros programas de transferência de rendas?
4. O que é preciso fazer para participar desse programa? Existe o interesse?
5. Traz algo de concreto para pessoas empobrecidas? O quê?
6. Você se inscreveria neste Programa?

Tenha em mente que...

...conversar sobre projetos de vida com beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF pode ser interessante como forma de refletir como elas/es se veem no futuro como beneficiárias/os, a partir das mudanças que o Programa Bolsa Família trouxe para suas vidas.

FOLHA DE APOIO 1 – PROJETO DE VIDA

Minha meta principal é:

Para atingir minha meta, darei os seguintes passos:

- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____

FOLHA DE APOIO 2 – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA³¹

O **Programa Bolsa Família** é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza do País. O Bolsa Família integra o **Plano Brasil Sem Miséria**, que tem como foco de atuação brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a 70 reais mensais.

O programa oferece às famílias quatro tipos de benefícios: o Básico, o Variável, o Variável para Jovem e o para Superação da Extrema Pobreza.

O **Básico**, concedido às famílias em situação de extrema pobreza, é de 70 reais mensais, independentemente da composição familiar. Já o **Variável**, no valor de 32 reais, é concedido às famílias pobres e extremamente pobres que tenham crianças e adolescentes entre 0 e 15 anos, gestantes ou nutrizes, e pode chegar ao teto de cinco benefícios por família, ou seja, 160 reais. As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício Básico e o Variável, até o máximo de 230 reais por mês. O benefício **Variável para Jovem**, de 38 reais, é concedido às famílias pobres e extremamente pobres que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos, matriculados na escola. A família pode acumular até dois benefícios, ou seja, 76 reais.

Já o para **Superação da Extrema Pobreza** o valor concedido às famílias varia em razão do cálculo realizado a partir da renda *per capita* da família e do benefício já recebido no programa.

As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício Básico, o Variável e o Variável para Jovem, até o máximo de 306 reais por mês, como também podem acumular um benefício para Superação da Extrema Pobreza.

³¹ REDAÇÃO PRAGMATISMO. Guia simplificado para entender o Bolsa Família. Disponível em <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/05/guia-simplificado-para-entender-o-bolsa-familia.html>. Acesso em 24 de fevereiro de 2016.

Contrapartidas do Programa Bolsa Família

Na área de **saúde**, as famílias devem acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e o desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos também devem fazer o acompanhamento médico. Quando gestantes ou lactantes devem realizar o pré-natal e o acompanhamento de sua saúde e do bebê.

No que diz respeito a **educação**, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar matriculados e ter frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.

Na área de **assistência social**, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.



EXERCÍCIO 23 – MUDANÇAS

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|----------------------------------------------------------------------|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Discutir sobre as sensações que as pessoas têm em tempos de mudança. | ± 1 hora | Cópia do poema para todas/os, giz de cera, papel crepom, canetinhas coloridas, folhas de papel celofane. |

Dicas para o planejamento: com antecedência, prepare algumas armações de óculos em papel cartão.

Procedimento

- Distribua-os para as/os participantes os aros dos óculos de papel cartão e solicite que cada um/a customize a armação de seus óculos utilizando os materiais disponíveis (giz de cera, papel crepom, canetinhas, plástico colorido etc.)
- No lugar onde ficariam as lentes dos óculos, peça que cada pessoa cole o papel celofane da cor que achar mais conveniente.
- Quando todas/os terminarem sua construção, peça que os coloquem e que digam como se sentem com eles.
- Em seguida, peça que se levantem, passem pela sala, e troquem os óculos entre si e que comparem as cores das lentes e o desenho das armações dos óculos.
- Peça que voltem aos seus lugares e distribua a poesia *Mudança*, de Clarice Lispector. (folha de apoio).

Perguntas para discussão

1. Como as mulheres costumam lidar com as mudanças? E os homens?
2. O que elas e eles sentem ao mudar de um ciclo da vida – infância, adolescência, juventude, maturidade e envelhecimento – para outro?
3. Como é para uma pessoa perceber que seu corpo tem alguns limites que não tinha no passado?
4. Vocês concordam ou discordam da última frase do poema: *Repito por pura alegria de viver: a salvação é pelo risco, sem o qual a vida não vale a pena!!!*

FOLHA DE APOIO – MUDANÇAS

Mude, mas comece devagar, porque a direção é mais importante que a velocidade.

Sente-se em outra cadeira, no outro lado da mesa.

Mais tarde, mude de mesa.

Quando sair, procure andar pelo outro lado da rua.

Depois, mude de caminho, ande por outras ruas, calmamente, observando com atenção os lugares por onde você passa.

Tome outros ônibus.

Mude por uns tempos o estilo das roupas.

Dê os seus sapatos velhos.

Procure andar descalço alguns dias.

Tire uma tarde inteira para passear livremente na praia, ou no parque, e ouvir o canto dos passarinhos.

Veja o mundo de outras perspectivas.

Abra e feche as gavetas e portas com a mão esquerda.

Durma no outro lado da cama...

Depois, procure dormir em outras camas.

Assista a outros programas de TV, compre outros jornais... leia outros livros.

Viva outros romances.

Não faça do hábito um estilo de vida.

Ame a novidade.

Durma mais tarde.

Durma mais cedo.

Aprenda uma palavra nova por dia numa outra língua.

Corrija a postura.

Coma um pouco menos, escolha comidas diferentes, novos temperos, novas cores, novas delícias.

Tente o novo todo dia.

O novo lado, o novo método, o novo sabor, o novo jeito, o novo prazer, o novo amor.

A nova vida.

Tente.

Busque novos amigos.

Tente novos amores.

Faça novas relações.

Almoce em outros locais, vá a outros restaurantes, tome outro tipo de bebida, compre

pão em outra padaria.

Almoce mais cedo, jante mais tarde ou vice-versa.

Escolha outro mercado... outra marca de sabonete, outro creme dental...

Tome banho em novos horários.

Use canetas de outras cores.

Vá passear em outros lugares.

Ame muito, cada vez mais, de modos diferentes.

Troque de bolsa, de carteira, de malas, troque de carro, compre novos óculos, escreva outras poesias.

Jogue os velhos relógios, quebre delicadamente esses horrorosos despertadores.

Abra conta em outro banco.

Vá a outros cinemas, outros cabeleireiros, outros teatros, visite novos museus.

Mude.

Lembre-se de que a vida é uma só.

E pense seriamente em arrumar um outro emprego, uma nova ocupação, um trabalho mais *light*, mais prazeroso, mais digno, mais humano.

Se você não encontrar razões para ser livre, invente-as.

Seja criativo.

E aproveite para fazer uma viagem despreocupada, longa, se possível sem destino.

Experimente coisas novas.

Troque novamente.

Mude, de novo.

Experimente outra vez.

Você certamente conhecerá coisas melhores e coisas piores do que as já conhecidas,

mas não é isso o que importa.

O mais importante é a mudança, o movimento, o dinamismo, a energia.

Só o que está morto não muda!

Repito por pura alegria de viver: a salvação é pelo risco, sem o qual a vida não vale a pena!!!

Fonte: LISPECTOR, Clarice. **Mudança.** Disponível em http://www.artelivre.net/html/literatura/al_literatura_clarice_lispector.htm. Acesso em 3 de março de 2016.



Gênero nos ambientes de trabalho

EXERCÍCIO 24 – TRABALHO DE HOMEM E TRABALHO DE MULHER

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|-------------------------|
| Refletir sobre as divisões tradicionais de gênero que existem em diferentes tipos de trabalho. | 2 horas | Flipchart e marcadores. |

Dicas para o planejamento: a ideia desta atividade é discutir que, mesmo com o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, as desigualdades que persistem nesse campo, uma vez que as mulheres têm que dar conta do trabalho doméstico e da sua vida profissional.

Procedimento

- Explique às/aos participantes que o propósito desta atividade é discutir os tipos de trabalho que as mulheres e os homens tradicionalmente desenvolvem.
- Entregue uma folha de papel e uma caneta para cada participante. Peça a cada uma para criar uma lista dos diversos trabalhos realizados pelos membros da família delas/es, incluindo elas/es mesmas/os. Para grupos com baixa escolaridade, em vez de pedir que façam uma lista escrita, divida em pares e peça que discutam os diferentes tipos de trabalho realizados por cada pessoa em suas famílias, incluindo elas/es mesmas/os.
- Dê 10-15 minutos para as/os participantes escreverem e/ou discutirem.
- Peça que cada um/a compartilhe com as outras participantes os exemplos de sua lista, especificando se a atividade é masculina, feminina ou serve para ambos.
- Escreva os diferentes tipos de trabalhos em um *flipchart*. Crie uma lista das atividades feitas por homens, uma lista para as que são feitas por mulheres e uma lista para aquelas que podem ser feitas por ambos.
- Depois que todas/os as/os participantes tiverem contribuído com a lista, revise todos os tipos de trabalho. Pergunte às/aos participantes se aquele trabalho pode ser feito também pelo outro sexo. Se as/os participantes disserem que alguma coisa não pode ser feita pelo outro sexo, incentive o grupo a pensar mais sobre as razões disso, até o grupo chegar à conclusão de que esse tipo de trabalho pode ser feito por ambos os sexos.

Perguntas para discussão

1. Existem certos tipos de trabalho que são mais comuns os homens fazerem? Existem trabalhos que são mais comuns para as mulheres? Quais as razões para essas diferenças?

2. Cuidar de crianças e da casa é considerado um trabalho? Por quê?
3. Quem cuida melhor dos filhos e da casa, o homem ou a mulher? Por quê?
4. Você acha que as mulheres possuem uma capacidade natural para este tipo de trabalho? Os homens também tem essa capacidade natural?
5. Você acredita que existem certos tipos de trabalho que as mulheres não são capazes de fazer? Por quê? Que tipos de trabalhos seriam estes?
6. Você acredita que existem certos tipos de trabalho que os homens não são capazes de fazer? Por quê? Que tipos de trabalho seriam esses?
7. O que você aprendeu nesta atividade? Você aprendeu alguma coisa que poderia ser aplicada em suas próprias relações? Você faria mudanças a partir dos resultados desta atividade?

Tenha em mente que...

...a ideia de que alguns tipos de trabalho devem ser feitos por mulheres e outros por homens se baseia na socialização, não na biologia. A maior participação das mulheres em tarefas de cuidados e habilidades domésticas é diretamente relacionada ao fato de que meninas e mulheres jovens são normalmente criadas para ajudar nesse tipo de trabalho em casa.

Infelizmente, essas atividades predominantemente realizadas por meninas e mulheres – entre elas as tarefas domésticas, tomar conta de terceiros e atividades do mercado informal – continuam sendo subvalorizadas ou ignoradas pela sociedade e, algumas vezes, até mesmo pelas próprias mulheres. É importante reconhecer a imensa contribuição das mulheres dentro e fora do lar e saber que as mulheres podem assumir atividades tradicionalmente realizadas por homens, assim como os homens podem, por outro lado, assumir aquelas atividades tradicionalmente realizadas por mulheres, incluindo o trabalho doméstico e o cuidado de crianças.



EXERCÍCIO 25 – CONHECENDO OS DIREITOS TRABALHISTAS

| Objetivo | Duração | Materiais necessários |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|--------------------------------------------------------------------|
| Aprender sobre movimentos, passados ou existentes, de promoção dos direitos das mulheres no local de trabalho e no espaço escolar, e discutir as desigualdades ainda existentes nos direitos e nas oportunidades para pessoas de ambos os sexos. | ± 2 horas | <i>Flipchart</i> e marcadores, folha com os direitos trabalhistas. |

Dicas para o planejamento: com antecedência, pesquise recursos e redes de apoio locais para mulheres e homens trabalhadores. A discussão em torno da participação no mercado informal deve incluir uma reflexão sobre a importância do trabalho regulamentado e sobre a garantia dos direitos trabalhistas das mulheres e dos homens. Alternativamente, esta atividade pode ser conduzida referindo às experiências de discriminação que já foram vivenciadas pelas/os participantes.

Procedimento

- Peça às/aos participantes para refletirem sobre as questões sobre mulher e o trabalho a partir de exemplos. Os exemplos podem incluir diferenças nos salários, discriminação na contratação, a presença de poucas mulheres nos cargos de liderança, casos de assédio sexual, como conjugar a vida doméstica com a vida profissional etc.
- Escreva as contribuições das/os participantes na folha, em forma de uma lista.
- Peça que formem grupos de 4 ou 5 pessoas, e que cada grupo identifique 2 ou 3 problemas prioritários para as mulheres em suas comunidades.
- Divida as/os participantes em grupos menores e designe para cada grupo um dos problemas. Peça para cada grupo criar uma dramatização na qual apresente um exemplo de um problema e respostas ou estratégias possíveis para a mudança. Dê 30 minutos para esta tarefa.
- Reúna as/os participantes e peça para os grupos apresentarem suas dramatizações (10 minutos no máximo).

Perguntas para discussão

1. Quais são os maiores problemas que as mulheres enfrentam no local de trabalho? E os homens?
2. Quais são as causas desses problemas?
3. Existem desafios específicos para mulheres jovens? Mães? Mulheres de baixa renda? Mulheres de grupos étnicos ou raciais minoritários? Que desafios são esses?
4. Os homens enfrentam problemas no mercado de trabalho?
5. Quem deveria estar envolvido na promoção dos direitos no espaço de trabalho? (Governo, emprego etc.?) Como elas e eles poderiam estar envolvidas/os?
6. Como poderíamos promover os direitos trabalhistas?

Tenha em mente que...

...muitas vezes não estamos cientes de nossos direitos. A existência de leis trabalhistas, no entanto, nem sempre tem efeito na prática, especialmente para as mulheres jovens que, muitas vezes, precisam lutar contra a discriminação por idade e por sexo. Mulheres jovens com filhos ainda enfrentam o estigma adicional de serem mães jovens. Como resultado dessa discriminação, pessoas jovens, especialmente mulheres, são pressionadas a aceitar condições de trabalho ilegais, perigosas ou sem proteção, em que os direitos são violados. É importante que saibamos como ter acesso a informações e apoio a nossos direitos e que compartilhem essas informações com outras pessoas.

FOLHA DE APOIO – DIREITOS TRABALHISTAS

As/Os trabalhadoras/es com carteira assinada possuem direitos garantidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e pela Constituição Federal.

Carteira de Trabalho

A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) é o documento obrigatório para toda pessoa que preste algum tipo de serviço para outras pessoas. Nela são registradas todas as informações da vida profissional da/do trabalhadora/or, que servem de base para que ela/e tenha acesso aos direitos trabalhistas, como seguro-desemprego, FGTS e benefícios previdenciários, entre outros. O documento pode ser retido pela empresa para fazer anotações em determinados momentos – como na rescisão do contrato –, mas precisa ser devolvido em até 48 horas.

Jornada de trabalho e hora extra

A jornada de trabalho é o tempo em que o trabalhador presta serviço ou fica à disposição do empregador. Pela Constituição Federal, ela deve ser de até 8 horas diárias e, no máximo, de 44 horas semanais. O tempo trabalhado além da carga horária de cada atividade é considerado hora extra. A/O empregada/o não é obrigada/o a fazer hora extra, a não ser em caso de força maior ou dentro de limites, quando houver real necessidade. Para exigir horas extras, deve ser assinado acordo entre as partes ou uma norma coletiva. O valor da hora extra também é superior: a empresa deve pagar 50% a mais que a hora normal.

13º Salário

O 13º salário é um salário extra pago no fim do ano para empregadas/os contratadas/os. O valor deve ser igual à remuneração referente ao mês de dezembro. Para as/os trabalhadoras/es cujo contrato seja menor que um ano de serviço, o cálculo deve ser feito dividindo o valor do 13º por 12 e multiplicando pelo número de meses trabalhados. Períodos superiores a 15 dias também devem ser contabilizados. Aposentadas/os e pensionistas do INSS também recebem uma remuneração extra no fim do ano. A primeira metade do 13º deve ser paga até novembro, e a segunda parte, até o dia 20 de dezembro. A/O trabalhadora/or também

pode optar por receber a primeira parcela no momento das férias. O 13º salário é garantido pela Constituição Federal de 1988 (art. 7, VIII) e existe desde 1962.

Férias remuneradas

Após completar um ano com registro em carteira, o/a trabalhador/a ganha o direito a um período de férias remuneradas por um período de 30 dias corridos. A decisão sobre quando o/a empregado/a poderá tirar as férias é do/a empregador/a, mas elas devem ser agendadas em até 12 meses. Se o/a empregador/a não liberar o/a empregado/a nesse período, fica obrigado/a a dobrar a remuneração paga nas férias. As férias podem ser divididas em dois períodos, nunca inferior a dez dias corridos. Essa opção, porém, é vetada para trabalhadores/as com menos de 18 anos e com mais de 50 anos, que devem tirar os dias de férias em um período apenas. Caso o/a empregado/a tenha mais de cinco faltas sem justificativa, o número de dias das férias é reduzido. A partir de 33 faltas sem justificativa, ele/a perde o direito às férias. A empresa também pode conceder férias coletivas a todos/as os/as trabalhadores/as ou de determinados setores, por um período não inferior a dez dias. A decisão deve ser comunicada ao Ministério do Trabalho e ao sindicato da categoria. No caso de empregados/as com menos de um ano de contrato, o tempo será calculado proporcionalmente e uma nova contagem será iniciada no retorno das férias.

FGTS

A empresa deve depositar mensalmente um valor correspondente a 8% do salário bruto (sem descontos) para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em uma conta no nome do trabalhador na Caixa Federal. O objetivo do FGTS é garantir uma reserva financeira em momentos de necessidade como demissão (se for sem justa causa) ou no caso de diagnóstico de câncer ou Aids. O FGTS também pode ser usado para ajudar a adquirir a casa própria e na aposentadoria.

Seguro-desemprego

O seguro-desemprego é uma assistência financeira paga ao/à trabalhador/a em caso de demissão sem justa causa. O valor é calculado a partir do último salário recebido e não pode ser menor que o salário mínimo.

Vale-Transporte

O/A trabalhador/a também tem direito a receber o vale-transporte, um adiantamento do valor das despesas de transporte de sua residência para o local de trabalho.

A empresa pode descontar até 6% do salário bruto (sem descontos) para o vale-transporte. A diferença acima deste valor é bancada por ela. O cálculo do custo do transporte é feito pela empresa.

Abono salarial

O abono salarial é um benefício de um salário mínimo por ano pago a trabalhadores com renda mensal de até dois salários mínimos que contribuem para o PIS (Programa de Integração Social) ou o Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público). Pode receber o abono quem trabalhou ao menos 30 dias no ano e já esteja cadastrado no Fundo de Participação PIS/Pasep ou no Cadastro Nacional do Trabalhador há pelo menos cinco anos.

Alimentação e Assistência Médica

Benefícios como vale-alimentação ou vale-refeição, assistência médica e assistência odontológica não são obrigações legais da empresa. Empresas com mais de 300 funcionários devem providenciar um local adequado para refeições durante a jornada de trabalho.

Licença-Maternidade e Licença-Paternidade

A licença-maternidade é um benefício previdenciário que concede uma licença de 120 dias remuneradas às mulheres após o parto. As gestantes também têm estabilidade no emprego desde o momento da confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. Atualmente, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei do Senado que aumenta de cinco para 15 dias consecutivos a licença-paternidade ao pai biológico ou adotivo.

Aviso Prévio

Em caso de quebra de contrato (pedido de demissão do trabalhador ou dispensa), é necessário que a outra parte seja avisada com 30 dias de antecedência. Trabalhadores/as há mais de um ano na empresa deverão acrescentar três dias ao período por cada ano trabalhado, podendo chegar ao máximo de 90 dias (trabalhadores empregados há 20 anos).

Se a dispensa ocorrer sem o aviso, o trabalhador tem o direito de receber o salário correspondente ao período, com todos os direitos e benefícios. Por outro lado, se o/a trabalhador/a deixar o trabalho, a empresa pode descontar esses valores.

Adicional noturno

O trabalho em período noturno deve ter remuneração 20% maior. É considerado período noturno o trabalho entre as 22h de um dia até as 5h do dia seguinte.

O horário muda para o trabalho rural (entre 21h e 5h) e o trabalho pecuário (entre 20h e 4h).

Faltas justificadas

A CLT garante a ausência ao trabalho em alguns casos:

- por dois dias por falecimento de cônjuge, ascendentes (pais e avós), descendentes (filhos e netos, por exemplo), irmãos ou dependentes;
- por três dias após casamento;
- por cinco dias após nascimento de filho, no caso dos pais (licença-paternidade);
- por doação voluntária de sangue (uma vez a cada doze meses de trabalho);
- para cumprir exigências do serviço militar;
- para realizar provas de exame vestibular para cursos de ensino superior;
- quando precisar comparecer a júri (por exemplo, para participar de júri).

Fontes: Ministério do Trabalho; CLT e Constituição Federal.

Lei Complementar nº 150: Mais direitos para as/os trabalhadoras/es domésticas/os

No dia primeiro de junho de 2015, a presidenta da república sancionou a lei que busca equiparar os direitos das/os empregadas/os domésticos aos das/os demais trabalhadoras/es. Desde que a lei vigorou, ocorreram vários avanços no que diz respeito ao recolhimento do INSS, seguro contra acidentes, FGTS, multa rescisória, jornada de trabalho de oito horas diárias, horas extras e adicional noturno para as/os trabalhadoras/es que trabalham entre 22h e 5h, que são direitos garantidos na lei. A Lei Complementar nº 150 visa tornar mais justas as condições de trabalho doméstico.



SEÇÃO 4

MOBILIZAÇÃO SOCIAL
E PARTICIPAÇÃO
COMUNITÁRIA

Sabemos que as normas de gênero são ensinadas e reproduzidas nos contextos sociais em que cada um de nós vive e convive, possibilitando desenvolver uma consciência crítica e nos reconhecer como autoras/es de nossa própria história. Nesse sentido, a **participação comunitária** pode ser um importante processo de aprendizagem, **emancipação** e **mobilização social**.

Participação comunitária – é uma das estratégias para solucionar problemas e conquistar melhores condições de vida para todas/os. Seus resultados são alcançados satisfatoriamente quando as necessidades de um grupo são expressas de forma organizada, podendo ocorrer em torno de interesses comuns.

Emancipação – capacidade de “dialogar, influenciar, deliberar e intervir nas decisões do poder público e/ou da própria comunidade, percebendo-se efetivamente capaz de atuar na solução de seus problemas a partir de relações de organização e de solidariedade.

Mobilização social – ato de convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhado. Nesse sentido, participar de um processo de mobilização social é uma escolha, porque a participação é um ato de liberdade. As pessoas são chamadas, convocadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um.

Fonte: Mobilização social para autonomia, emancipação e cidadania. Disponível em <http://www.unl.edu.ar/iberoextension/dvd/archivos/ponencias/mesa4/mobilizacao-social-para-eman.pdf>. Acesso em 1 de fevereiro de 2016.

A participação comunitária e a mobilização social são processos que podem colocar em prática ideias referentes a transferência de rendas, na perspectiva de gênero. As ações e estratégias para estimular e apoiar a participação e a mobilização das/os beneficiárias/os em diferentes contextos – comunitários, institucionais, políticos, sociais etc. – exige uma boa organização e diferentes ações que possam contribuir para a equidade e a igualdade de gênero. Campanhas, gincanas, ações de incidência política, veículos de comunicação são alguns dos meios para mobilizar a comunidade.

Pensar em ações comunitárias é pensar também sobre o local onde as pessoas moram, trabalham, se divertem, estudam, namoram, se relacionam das mais diversas maneiras e, principalmente, onde criam e recriam novas possibilidades para melhoria das condições de vida e para o enfrentamento concreto das desigualdades sociais.

Atividades que podem encorajar a participação comunitária³²

Coleta de informações

As técnicas propostas também incluem atividades opcionais, como a coleta de informações por intermédio de pessoas chave para ajudar as/os participantes a visualizar soluções para os problemas da comunidade priorizados por eles próprios em sessões prévias. Neste processo, participantes desenvolvem habilidades para identificar e analisar problemas, aprendem a canalizar fontes de conhecimento dentro e fora da comunidade, e expandem suas próprias redes.

Planejamento coletivo de ações

Para estimular o processo de emancipação coletiva, é útil engajar as/os participantes na reflexão sobre uma situação-problema e incentivar a busca de soluções e/ou alternativas para seu enfrentamento através da parceria com ONGs, redes de apoio e/ou associações locais. Existem exercícios de grupo que podem auxiliar nesta tarefa:

Materiais necessários: *Flipchart*, marcadores, fita adesiva, tesoura, cola e matérias de jornais pertinentes ao tema.

Duração: Primeiro dia: 90 minutos.

³² Adaptado de: Programa M – Trabalhando com mulheres jovens: empoderamento, cidadania e saúde.

Dicas de planejamento: esta atividade promove um fórum de discussão entre as/os participantes sobre os problemas reais de nível local. Também abre uma discussão sobre semelhanças e diferenças de como o homem e a mulher são afetados por estes problemas e promove o acesso para contatos-chave com mais experiência na reivindicação de seus direitos. Estes contatos-chave podem servir como fonte de apoio. Através deste processo, elas/eles não apenas aprenderão sobre os caminhos para conseguir apoio, como também a visionar soluções e expandir suas próprias redes. A ideia desse exercício é impulsionar as potencialidades das/dos participantes e da própria comunidade, visando o seu fortalecimento e a sua transformação, valorizando o poder do coletivo através da criatividade e do talento de cada pessoa.

Procedimento

1. Peça para as/os participantes refletirem em grupos sobre os diversos problemas que foram discutidos nas oficinas e elegerem um que acreditam que é realmente relevante para sua comunidade.
2. Explique que elas/es deverão criar uma dramatização, colagem, um texto curto, um poema, um estudo de caso ou um desenho sobre como o problema que identificaram afeta mulheres e homens diferentemente. Estimule que reflitam sobre como o problema lhes afeta também, diretamente.
3. Dê 15 minutos para os grupos completarem esta tarefa.
4. Estimule que cada grupo apresente o problema brevemente (cerca de 2 minutos).
5. Após feitas todas as apresentações, peça-lhes para votar em problemas que gostariam de tentar trabalhar juntas/os.
6. Com os problemas eleitos, em grupo novamente, deverão pensar em pessoas que elas pensam que poderiam ajudar com soluções para resolver os problemas da comunidade. Esta lista deve incluir indivíduos com acesso a recursos dentro e fora da comunidade, tais como diretores de ONGs locais, membros de grupos locais ou postos de saúde. A facilitadora deve estar preparada com sua própria lista para o caso de o grupo precisar de sugestões.

Os grupos deverão tentar providenciar o máximo de contato possível, tais como nomes específicos, onde as/os participantes poderão encontrar esta pessoa etc. Se as/os participantes não puderem identificar pessoas, podem sugerir associações, ONGs etc.

Questões para discussão

- Qual o próximo passo que vocês podem seguir como grupo, para tentar resolver este problema?
- Muitas vezes nos centramos nas dificuldades e nos problemas da comunidade, mas quais são as potencialidades da comunidade?
- Quais são as potenciais barreiras para resolver este problema? Como você pode vencer os obstáculos?
- Qual o próximo passo que você pode seguir como indivíduo para tentar resolver este problema?

Tenha em mente que...

Como sabemos, os problemas de nossas comunidades não podem ser resolvidos da noite para o dia, nem com o trabalho de uma só pessoa. Uma boa maneira de começar é atuar em nossa própria vida, nas situações cotidianas. Mudar nossas atitudes e comportamentos nem sempre é fácil. É importante ter isso em mente e pensar sobre como podemos nos apoiar mutuamente para realizar essas mudanças em nossas vidas e em nossos relacionamentos. Devemos pensar em como podemos compartilhar as informações adquiridas nestas atividades com outras mulheres e homens de nossas comunidades, e engajá-los nos questionamentos e discussões que ocorreram aqui. Todo mundo tem um papel a desempenhar na construção de comunidades mais pacíficas e com mais equidade. Começar por nossas próprias vidas e relacionamentos é um primeiro e importante passo.

Planejando uma campanha comunitária

Este exercício tem como objetivo envolver o grupo na criação conjunta de uma campanha comunitária, baseada nas fontes de influência e características do público local. É também uma forma de buscar transformações coletivas.

Materiais necessários:

Cartolina ou papel pardo e marcadores.

Dicas de planejamento: campanhas são ações coordenadas de atividades, visando promover mudanças de comportamentos individuais e/ou promover normas socioculturais e políticas necessárias para suportar estas mudanças. As campanhas incluem frequentemente algum tipo de mídia e alcançam um grande número de pessoas. Os meios baseados na comunidade, tais como o teatro de rua, fornecem frequentemente maior profundidade e interação, enquanto os meios de comunicação de massa, embora ofereçam menor profundidade e interação, fornecem frequentemente um maior alcance das mensagens. A decisão em relação aos meios de comunicação dependerá dos recursos disponíveis.

Parte 1: Princípios das campanhas (30 minutos)

1. Peça que os participantes façam uma tempestade de ideias, usando exemplos de bons comerciais de TV/rádio e/ou de propaganda impressa.
2. Peça que os participantes identifiquem as mensagens ou as estratégias que fizeram daqueles comerciais e propagandas bem-sucedidos.
3. Discuta com os participantes que o comportamento e o estilo de vida são frequentemente influenciados pela ideia do que é “normal” ou “típico” para determinado grupo de pessoas. No entanto, além de limitar as pessoas, esperando que todas se comportem do mesmo jeito, alguns dos comportamentos considerados “normais” podem ser prejudiciais à saúde ou promover desigualdades sociais.
4. Use as seguintes perguntas para envolver os participantes em uma discussão sobre como as normas sociais e os meios de comunicação influenciam comportamentos e estilos de vida de mulheres e homens:

- » Os meios de comunicação influenciam o nosso comportamento? Como?
- » Que tipo de comportamentos para mulheres e homens as campanhas podem promover? Quais são as consequências disso?
- » Como as campanhas de comunicação podem mudar essas consequências?

Opcional:

Traga revistas e peça que, aos pares, os participantes deem uma vista de olhos a uma revista e selecionem algumas propagandas que sejam sensíveis ao gênero, neutras, ou exploradoras.

Parte 2: Desenvolvendo uma campanha (duas horas):

Levantando o problema ou tema da campanha: para realizar a campanha, é necessário primeiro definir com o grupo o tema ou o problema que deseja tocar na campanha. A partir das discussões promovidas pelas atividades, pode-se eleger o tema que mais tocou o grupo e que mais sentem na comunidade.

Realize a avaliação necessária: isso deve incluir informação sobre atitudes, conhecimentos e comportamentos de mulheres e homens relacionados ao problema que o grupo escolheu como prioritário.

Desenvolva um perfil de uma personagem: uma técnica útil para traçar as características do grupo-alvo é criar um perfil da personagem. Isso envolve desenvolver um perfil de um homem “típico” ou mulher “típica” do grupo, tendo em conta factores sociodemográficos, passatempos, atitudes de gênero, comportamentos sexuais (incluindo o uso do preservativo, o número e o tipo de parceiros), acesso e uso de serviços de programas sociais, conhecimentos sobre direitos, divisão de tarefas domésticas e aspirações gerais. Pode ser útil dar um nome a esta personagem e criar uma aparência física para as personagens.

Exemplo de personagem: Calixto tem 19 anos e gosta de jogar futebol, dançar *funk*, ficar na praça local. É um homem novo que cuida de si e mantém

o seu cabelo curto. Aos 13 anos, teve sexo pela primeira vez com sua prima Suzi. Ele não usa preservativo frequentemente. Uma vez, ele bateu em sua namorada porque ela lhe pediu que usasse preservativo. Ficou um tanto nervoso, achando que ela o estava traindo ou que ela achou que ele a traía. Ele fala com seus amigos sobre as suas conquistas sexuais. Alguns dos seus amigos usam preservativo de tempos em tempos, frequentemente apenas na primeira vez em que têm sexo numa noite, mas não na segunda vez. Calixto tem a informação básica, mas não se preocupa demasiado acerca de DSTs ou HIV/Aids.

Embora esta técnica requeira um grau de generalização sobre o grupo-alvo, não se pretende diminuir a diversidade que existe entre homens, mas melhorar a assistência no processo de desenvolvimento de mensagens e estratégias que sejam atrativas e apropriadas para o grupo-alvo como um todo.

Defina subtemas para a campanha. Dentro dos temas da equidade de gênero (violência, divisão de tarefas domésticas, saúde sexual e reprodutiva, por exemplo), é necessário identificar subtemas, tais como uma comunicação com os parceiros sobre o uso do preservativo, promoção do diálogo para a resolução de conflitos, os quais serão a base para a campanha.

Desenvolva mensagens básicas para cada um dos temas da campanha. Isso requer frequentemente muita criatividade e tempo. Como foi discutido nesta atividade, mensagens da campanha que sejam positivas e orientadas à ação são frequentemente mais atrativas e inspiracionais do que as que humilham os homens e/ou focalizadas somente em consequências negativas. Lembre-se de que a reprodução de normas sociais está baseada na crença de como os outros se comportam e das expectativas que têm sobre nossos comportamentos. Assim, as mensagens devem estimular comportamentos alternativos e positivos aos padrões de gênero comumente esperados para abrir espaço para mudanças.

Mapa de fontes de influência e da informação. Isso envolve identificar o que é capaz de influenciar os comportamentos e as atitudes dos grupos. Estas fontes podem ser grupos de pessoas, como pares e família, instituições como escolas e serviços de saúde, ou meios de comunicação como jornais ou televisão.

Identifique os meios mais estratégicos e os canais sociais, com base no perfil e no mapeamento da influência e da informação. Usando o perfil e os resultados do mapeamento, a etapa seguinte é identificar o tipo de meios (por exemplo, rádio, revistas, painéis gigantes) e dos canais sociais (por exemplo, educadores de pares, celebridades locais), canais que melhor transmitem as mensagens sobre modelos positivos de masculinidade e feminilidade. É importante também ter em mente que tipo de acesso que o público da campanha tem a estes meios, bem como a praticabilidade técnica e as possibilidades financeiras do projeto.

Teatro comunitário³³

Alguns dos exercícios contam com o teatro como forma de reflexão, debate e engajamento da comunidade nas discussões sobre saúde reprodutiva e discriminação no local de trabalho. O ativista brasileiro Augusto Boal descobriu que técnicas teatrais permitem às pessoas tornarem-se cientes da realidade que as rodeia e, conseqüentemente, fazer pensar coletivamente sobre os mecanismos que promovem quaisquer mudanças necessárias.

A eficiência do uso do teatro como ferramenta de reflexão social coletiva pode ser observada em projetos como o Nós do Morro², na comunidade do Vidigal, no Rio de Janeiro, Brasil. O local do projeto é um centro de artes cênicas do bairro que oferece aulas de dramatização para residentes locais. O processo culmina com uma produção teatral completa que visa expor uma representação dos problemas reais encontrados tanto para a comunidade local quanto para o público maior. Esses esforços resultam em redes dentro e fora da comunidade que aumentam as chances de resolver problemas locais e oferecem oportunidades de trabalho para jovens locais na televisão e na indústria teatral.

³³ Adaptado de: Programa M – Trabalhando com mulheres jovens: empoderamento, cidadania e saúde.

Objetivos:

Engajar as/os participantes e convidados da comunidade na discussão de soluções de temas relacionados à equidade de gênero.

Tempo recomendado:

2 horas.

Materiais necessários:

Cartolina ou papel pardo e marcadores.

Dicas de planejamento: para esta atividade, as/os participantes irão dramatizar um programa de entrevistas baseado no problema de sua comunidade. Programas de TV como “Fátima Bernardes”, “Sem Censura”, “Programa do Jô”, entre tantos outros, podem servir de inspiração. Além dos personagens que irão atuar, você pode convidar um “especialista”. Esta pessoa pode ser um médico, um advogado, um psicólogo, ou outro “personagem”, como os que aparecem nos programas de entrevista, geralmente dando conselhos. É essencial que o especialista receba informações sobre a oficina e o objetivo do programa de entrevistas durante a sessão.

Procedimento***Parte 1: Preparação para o programa de entrevistas (1 hora e 30 minutos)***

Explique às/aos participantes que elas/es irão organizar um programa de entrevistas para tentar discutir um problema de sua comunidade e possíveis soluções.

1. Faça uma revisão com as/os participantes das diferentes questões que foram discutidas nas oficinas.
2. Peça a uma voluntária para ler em voz alta os estudos de caso da Folha de Apoio.
3. Pergunte às/aos participantes se gostariam de votar em um dos estudos de caso para serem a base do programa de entrevistas, se elas preferem votar em um estudo de caso de uma oficina anterior ou se elas próprias gostariam de criar um estudo de caso.

4. Uma vez que o estudo de caso esteja selecionado, desenvolva uma “tempestade de ideias” de diferentes fatores que envolvem aquela questão e potenciais soluções.
5. Discuta o formato do programa de entrevistas, baseando-se em exemplos de programas que as participantes conhecem.
6. Faça uma lista dos vários “personagens” que deveriam aparecer no programa de entrevistas. Por exemplo, se o grupo seleciona o Estudo de Caso # 1, deve fazer uma lista que inclua os seguintes personagens: Maria, José, um dos amigos de amiga, um dos amigos de José, outra mulher e outro homem que já passaram por uma situação similar, uma enfermeira ou médico, um membro da família etc. A lista deve incluir de 3 a 6 personagens.
7. Divida as/os participantes em um número de grupos igual ao número das personagens identificadas, de modo que cada grupo fique com uma personagem. Explique que elas/es deverão discutir a perspectiva da personagem sobre a questão do programa de entrevistas, bem como sua relação com os outros personagens. Peça-lhes que pensem nas questões abaixo:
 - Como a personagem foi afetada pela questão?
 - Como a personagem se sente em relação a outro personagem do programa de entrevistas?
 - Como a personagem pensa que a questão deveria ser resolvida?
8. Dê 20 minutos para estas questões.
9. Convide os grupos para apresentarem o que discutiram.
10. Identifique as participantes que deverão desenvolver o papel das personagens e o do apresentador do programa de entrevistas (ver quadro Dicas para ser um apresentador de programa de entrevistas). As/os demais deverão fazer o papel de auditório. Você deve sugerir personagens secundários para fazer o papel de câmera ou produtor etc., para participantes que se sentem apreensivas/os em aparecer na produção, ou se o tamanho do grupo for grande.
11. Dê 15 minutos para os diferentes participantes se prepararem para seu papel. Explique que o tempo recomendado para a performance é 20-30 minutos. As/os participantes que farão papel de membros do auditório deverão discutir possíveis questões para fazer às personagens.

NOTA: Se o programa de entrevistas for apresentado em uma sessão separada, você pode estender este tempo e encorajar as/os participantes a realmente realizarem o programa de entrevistas em sua integralidade. Você deverá também fazer uma “tempestade de ideias” com as/os participantes para a escolha do especialista que será convidado a participar do programa de entrevistas.

Dicas para um apresentador de programa de entrevistas

- Dê as boas-vindas ao auditório e faça uma breve introdução do tema do programa de entrevistas.
- Apresente os “convidados” (personagens) e peça para cada um contar sua versão da história.
- Focalize nos pontos de desacordo e tensão entre os “convidados”.
- Envolve os potenciais convidados (amigos, membros da família etc.) na colocação de perguntas e dê sua opinião sobre a situação.
- Pergunte aos membros do auditório se eles têm alguma questão.
- Envolve o “especialista” nesta discussão.
- Tente buscar algum tipo de resolução, talvez com a ajuda do especialista.



Compartilhando experiências

Na experiência que o Instituto Papai teve com a execução do projeto com beneficiárias e beneficiários do Programa Bolsa Família, percebeu-se o quanto a articulação com os profissionais de saúde que atuam no Programa Saúde da Família, em especial Agentes Comunitárias de Saúde, e lideranças comunitárias, como presidentes de Associação de Moradores, é fundamental para que a população confie nas atividades que se propõe a ser executadas.

No caso do Programa Bolsa Família, a mobilização de suas beneficiárias e seus beneficiários pode ser um desafio, uma vez que nem todas as pessoas se sentem à vontade de se apresentar como integrantes de programas de transferência condicionada de renda. Dessa forma, a ar-

ticulação com profissionais de saúde e lideranças comunitárias é fundamental.

A participação das pessoas da própria comunidade em seu processo de mobilização e transformação é fundamental, uma vez que conhecem a forma de se organizar o grupo local, seus interesses e fontes de influência. O próprio engajamento de pessoas locais serve como exemplo de que é possível também fazer parte de um processo que visa à transformação de normas ou condições sociais desiguais, aumentando a confiança no trabalho dos que estão ao redor.

O trabalho de engajamento dos homens na promoção da equidade de gênero, por exemplo, tem se baseado na promoção de modelos masculinos alternativos aos padrões machistas de nossa sociedade, utilizando exemplos de homens que se comportam de modo mais respeitoso, que cuidam e resolvem os conflitos por meio do diálogo. O papel dos homens no convencimento de seus pares a não usar violência contra suas parceiras tem promovido resultados positivos em projetos desenvolvidos pelo Promundo.

Estudos sobre normas sociais apontam que a influência de pares é fundamental para transformar as normas sociais, a partir da compreensão de que tais normas representam um padrão de comportamento em que pessoas de determinado grupo possuem preferência para seguir, baseadas na crença de que sua rede de referência se comporta da mesma maneira e espera que todos sigam o mesmo padrão. Por isso, apresentar outras formas de comportamento e atitudes possíveis, representadas pela rede de referência, é importante para transformar um padrão.

Vale lembrar que uma transformação em direção à equidade só se dá quando são apresentados comportamentos com base no respeito, diálogo, distribuição equânime ou negociada de responsabilidades entre mulheres e homens.

Fonte: Adaptado de: **Programa Bolsa Família: rupturas e permanências na manutenção do *status* e poder masculino.** Disponível em file:///C:/Users/Silvani%20Arruda/Downloads/2183-4694-1-PB.pdf. Acesso em 1 de fevereiro de 2016.

Organizando um campeonato de futebol com homens pelo fim da violência contra as mulheres

Regras que podem ajudar a promover reflexões para o fim da violência

De maneira alguma serão permitidas violências em quadra, seja psicológica ou física, entendidas da seguinte maneira:

Violência psicológica: xingamentos a outra pessoa, inclusive de cunho preconceituoso ou machista.

Pontuação

- Se for entre atletas da mesma equipe, esta perde 1 (um) ponto cada vez que ocorrer.
- O atleta que cometer este tipo de violência 5 (cinco) vezes estará automaticamente desligado do campeonato.
- Se for entre atletas de equipes diferentes, a equipe do atleta que cometeu perde 2 (dois) pontos cada vez que ocorrer.
- A equipe que alcançar 7 (sete) pontos perdidos por esse tipo de violência ficará suspensa do jogo seguinte. Caso, pela tabela, a próxima equipe for a que estava planejada para folgar, ela ficará mais uma semana seguinte penalizada.

Violência física: tapas, socos, chutes, porradas.

Pontuação:

Atletas da mesma equipe


- Se for entre atletas da mesma equipe, esta perde 2 (dois) pontos cada vez que ocorrer e o atleta que iniciou fica 2 (dois) jogos suspensos;
- O atleta reincidente estará automaticamente desligado do campeonato. E sua equipe ficará suspensa do jogo seguinte. Caso, pela tabela, a próxima equipe for a que estava planejada para folgar, ela ficará mais uma semana seguinte penalizada.
- A equipe reincidente estará automaticamente desligada do campeonato.

Atletas de equipes diferentes

Se a violência física ocorrer entre atletas de equipes diferentes, a equipe do atleta que iniciou a violência perde 2 (dois) pontos e o atleta que iniciou fica 4 (quatro) jogos suspenso. Se não tem como identificar quem deu início a cena de violência, ambas as equipes perdem pontos e os atletas que participaram do episódio ficam suspensos por quatro jogos.

Bonificação das equipes

Em cada rodada do campeonato, a equipe que trouxer qualquer tipo de manifestação coletiva, ou seja, com pelos 3 (três) pessoas da equipe (cartazes, panfletos, dança, colocar música sobre o tema, realizar apresentações de teatro etc.) a favor da prevenção da violência contra mulher, será bonificada com 2 (dois) pontos na(s) rodada(s) classificatória(s).



**REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS
ANEXOS
CONSIDERAÇÕES FINAIS**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARILHA, Margareth. **Masculinidades e gênero**: discursos sobre responsabilidade na reprodução. Disponível em http://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/24_arilha_margaret_termo.pdf. Acesso em 02 de junho de 2016.

BARKER, G., AGUAYO, F. (coords.). **Masculinidades y Políticas de Equidad de Género**. Reflexiones a partir de la Encuesta IMAGES y una revisión de políticas en Brasil, Chile y México. Rio de Janeiro: Instituto Promundo, 2012. Disponível em <http://www.eme.cl/masculinidades-y-politicas-de-equidad-de-genero-reflexiones-a-partir-de-la-encuesta-images-y-una-revision-de-politicas-en-brasil-chile-y-mexico/>. Acesso em 2 de junho de 2015.

BARSTED, Leila; PITANGUY, Jacqueline. **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011. Disponível em

http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf Acesso em 2 de junho de 2016.

BRASIL, República Federativa do Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 16 de janeiro de 2016.

_____. **A violência homofóbica em números**. Disponível em <http://brasil-debate.com.br/a-violencia-homofobica-em-numeros/#sthash.a66awYoZ.dpuf>. Acesso em 22 de fevereiro de 2016.

_____. **Estereótipos, preconceito e discriminação racial**. Disponível em https://grupos.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1706/mod_resource/content/0/modulo4/mod4_unidade2_texto5.pdf. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, HIV e Aids. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Adolescentes e jovens para a educação entre pares**. 8 volumes. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, HIV e Aids. **Manual de Prevenção das DST/HIV/Aids em Comunidades Populares**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família**: sumário executivo. Brasília: MDS; Cedeplar, 2007.

_____. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Disponível em <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>. Acesso em 17 de fevereiro de 2015

_____. **Estereótipos, preconceito e discriminação racial**. Disponível em https://grupos.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1706/mod_resource/content/0/modulo4/mod4_unidade2_texto5.pdf. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (orgs.). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea, 2013.

CARLOTO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana Aparecida. **As mulheres nos programas de transferência de renda**: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero. Disponível em <http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/cassiacarlotoAsmulheresnosprogramasdetransferenciaderenda.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2016.

Condicionalidades do Programa Bolsa Família. Disponível em https://www.wwp.org.br/sites/default/files/2_condicionalidades_programa_bolsa_familia_linha_do_tempo.pdf. Acesso em 1 de janeiro de 2016.

Ensaio de Gênero. Disponível em <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/category/masculinidades/>. Acesso em 19 de fevereiro de 2016.

FONSECA, V.; NASCIMENTO, M.; PIZZI, B. **Pelo fim da exploração sexual**: o que os homens podem fazer?: manual para a sensibilização de adolescentes de 10 a 14 anos. Rio de Janeiro: Promundo, 2008. Disponível em <http://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2014/12/Pelo-fim-da-exploracao-sexual-bleeds.pdf>. Acesso em 2/6/2015.

FERREIRINHA Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. **As relações de poder em Michel Foucault**: reflexões teóricas. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n2/08.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2016.

INSTITUTO PROMUNDO, CULTURA SALUD/EME, REDMAS, INSTITUTO NOOS. **Programa P**: manual para o exercício da paternidade e do cuidado. Rio de Janeiro: Instituto Promundo, 2014. Disponível em http://promundo.org.br/wp-content/uploads/sites/2/2014/08/promundo_manualp_06a_baixa1.pdf. Acessado em 02/06/2015.

INSTITUTO PROMUNDO, FUNDAÇÃO FORD. **Adolescentes, jovens e educação em sexualidade**: um guia para a ação. Rio de Janeiro: Instituto Promundo, 2011. Disponível em <http://promundo.org.br/recursos/guia-adolescentes-jovens-e-educacao-em-sexualidade/>. Acesso em 2/6/2015.

INSTITUTO PROMUNDO, SALUD E GÊNERO, ECOS, INSTITUTO PAPAÍ, WORLD EDUCATION. **Programa M – Trabalhando com mulheres jovens**: empoderamento, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: Promundo, 2008. Disponível em <http://promundo.org.br/wp-content/uploads/2014/12/Programa-M-Trabalhando-com-Mulheres-Jovens.pdf>. Acessado em 2/6/2015.

INSTITUTO PROMUNDO. **Projeto H – Trabalhando com homens jovens**: da violência à convivência. Rio de Janeiro: Promundo, 2001. Disponível em <http://www.endvawnow.org/uploads/browser/files/Program%20H%20Violence%20Portuguese.pdf>. Acesso em 2/6/2015.

INTERNATIONAL CENTER FOR RESEARCH ON WOMEN, INSTITUTO PROMUNDO. **Evolving Men**: Initial Results from the International Men and Gender Equality Survey (IMAGES). 2011. Disponível em <file:///C:/Users/Amana/Dropbox/Consultorias/Manual%20Bolsa%20Fam%C3%Adlia%20-%20Promundo/Evolving-Men-Initial-Results-from-IMAGES.pdf>. Acessado em 02/06/2015.

IPEA. **Retratos da desigualdade de gênero e raça**. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em 21 de janeiro de 2016. BID.

Homens recebem salários 30% maiores que as mulheres no Brasil. Disponível em <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil>. Acesso em 22 de janeiro de 2016.

JESUS, Beto e outros. **Diversidade sexual na escola: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens.** CORSA/ECOS, 2008. Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/Diversidade-Sexual-na-Escola-uma-metodologia-de-trabalho-CORSA-e-ECOS-2008-1.pdf>. Acesso em 22 de fevereiro de 2016.

KRUG, E. G. et al. (eds.). **World report on violence and health.** Geneva: World Health Organization, 2002. Disponível em <http://www.opas.org.br/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2016.

Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 16 de fevereiro de 2015.

LEONE, Eugenia Troncoso. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal.** Brasília: Escritório da OIT no Brasil, 2010.

Mapa da violência 2015 – Mortes Matadas por Armas de Fogo. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>. Acesso em 14 de dezembro de 2015.

MARCONDES, Mariana Mazzini (org.). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** Brasília: Ipea, 2013. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

MATHUR, S.; GUPTA, G. **Addressing young women and girls' unique vulnerability to HIV/Aids.** Royal Tropical Institute: Sexual Health Exchange 2004/3-4, 2004.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003. Disponível em http://www.usp.br/cje/jorwiki/exibir.php?id_texto=95. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

OLIVEIRA, Glaucia Fontes. **Violência de gênero e a Lei Maria da Penha.** Disponível em <http://www.oabsp.org.br/subs/santoanastacio/institucional/artigos/violencia-de-genero-e-a-lei-maria-da-penha>. Acesso em 22 de fevereiro de 2016.

ONU MULHERES. **Estereótipos de gênero, carreiras e profissões:** diferenças e desigualdades. Disponível em http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/07/valente_aula5_genero_profissoes.pdf. Acesso em 22 de janeiro de 2016.

PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. (orgs.). Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS. **Cadernos de Estudos:** Desenvolvimento Social em Debate, n. 5, 2007. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

PISCITELLI, Adriana G. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero.** Campinas: IFCH/Unicamp, 2002.

_____. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (orgs.). **Diferenças, igualdade.** São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento** – “Sustentando o Progresso Humano: Redução da Vulnerabilidade e Construção da Resiliência”. Disponível em http://www.pnud.org.br/HDR/arquivos/RDHglobais/hdr2013_portuguese.pdf. Acesso em 2 de junho de 2015.

Programa Bolsa Família: Orientações Gerais. Disponível em http://www.assistenciasocial.al.gov.br/programas-projetos/protECAo-social-basica-1/Bolsa%20Familia_Cartilha%20A5.pdf. Acesso em 21 de fevereiro de 2016.

PROMUNDO. **Adolescentes, jovens e educação em sexualidade:** um guia para ação. Disponível em <http://promundoglobal.org/wp-content/uploads/2015/01/guia-adolescentes-jovens-e-educacao-em-sexualidade.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

SCOTT, Joan. **Arquivo da tag:** Joan Scott. Disponível em <https://ensaios-degenero.wordpress.com/tag/joan-scott/>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

SESC. **Educação em saúde sexual e saúde reprodutiva,** no prelo.

UNESCO/SERPRO. **Juventudes, sexualidades e prevenção das DST e da Aids** (2010).

UNFPA, PROMUNDO. **Engaging Men and Boys in Gender Equality and Health: A Global Toolkit for Action**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.unfpa.org/publications/engaging-men-and-boys-gender-equality-and-health>. Acesso em 2/6/2015.

VALOURA, Leila Castro. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador**. Disponível em http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Comportamento_organizacional/empowerment_por_paulo_freire.pdf. Acesso em 17 de fevereiro de 2016.

Anexo 1

GLOSSÁRIO

Autonomia das mulheres – a noção de autonomia se refere à capacidade das pessoas em tomar decisões livres e informadas sobre suas vidas, de maneira que possam ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos, no contexto histórico e cultural em que vivem.

Chefe de família – este termo foi utilizado pela primeira vez no Brasil no recenseamento de 1872. No formulário, constava, exclusivamente, dados sobre o “homem da casa”. Ao longo do tempo, o conceito se alterou, referindo-se ao poder exercido sobre os moradores da casa. No Censo de **1940**, já se referia ao “homem ou mulher que mantém a casa”. Em **1950**, se fazia a menção ao “chefe da casa e sua esposa”, pressupondo-se que o marido era o chefe da casa. Em **1960**, o chefe de família é definido como “a pessoa responsável pelo domicílio”. No Censo de **1970**, o conceito refere-se à responsabilidade sobre a família, e desaparece a menção à sua direção e proteção sobre os moradores, e, em **1990**, o termo é definido como “pessoa responsável pela família ou que assim for considerada pelos seus membros”. A partir de **1992**, o termo “chefe de família” é substituído por “pessoa de referência”, porém, com manutenção da definição utilizada em 1990. No Censo de **2000**, o termo “pessoa de referência” é substituído por “pessoa responsável”.

Condicionalidades – são compromissos assumidos pelo poder público e pelas famílias beneficiárias nas áreas de Saúde e de Educação. O acesso a esses serviços é direito assegurado pela Constituição. É responsabilidade do governo garantir acesso, além da qualidade dos serviços. O acompanhamento das condicionalidades permite ao poder público monitorar resultados, identificar motivos que impeçam o acesso das famílias aos serviços sociais básicos e agir para garantir o acesso.

Empoderamento – implica a obtenção de informações adequadas, proces-

tos de reflexão e tomada de consciência quanto à sua condição atual, a formulação das mudanças desejadas e da condição a ser construída. A estas variáveis deve somar-se uma mudança de atitude, que impulse a pessoa, o grupo ou a instituição para a ação prática, metódica e sistemática, no sentido dos objetivos e metas traçadas, abandonando-se a antiga postura meramente reativa ou receptiva. O exercício da autonomia está intrinsecamente relacionado ao poder. Ambos só podem ser exercidos quando as condições individuais, coletivas, sociais e econômicas permitem fazer e concretizar escolhas.

Equidade de gênero – diz respeito às formas com que as mulheres e os homens devem ser tratadas/os de forma justa, de acordo com as respectivas necessidades. Pode incluir um tratamento que seja igual ou diferente, mas considerado equivalente em termos de direitos, benefícios obrigações e oportunidades.

Estereótipos – consistem na generalização e atribuição de valor – na maioria das vezes negativo – a algumas características de um grupo, reduzindo essas características e definindo os “lugares de poder” a serem ocupados. Os estereótipos influenciam e restringem a visão de mundo; formando preconceitos estabelecidos que impossibilitam abertura para visões diferentes das tradicionais.

Feminicídio: Femicídio é o assassinato de uma mulher pelo fato de ser mulher. As motivações estão associadas ao ódio, desprezo ou a perda do controle sobre a mulher. Tal controle sobre a mulher é característico das normas de gênero, que precisam ser questionadas para que haja maior equilíbrio de poder entre homens e mulheres.

Gênero – refere-se à forma como somos socializados, isto é, como atitudes, comportamentos e expectativas são formados com base no que a sociedade atribui aos sexos feminino e masculino. Estas características são aprendidas na família, na escola, no grupo de amigos, nas instituições religiosas, no espaço de trabalho, nos meios de comunicação. Diz respeito, também, ao modo como as pessoas e as instituições distribuem o poder em nossa sociedade, construindo, hierarquizando e atribuindo valores diferenciados entre o masculino e o feminino. Ao associarmos o feminino com a sensibilidade, a fraqueza ou a emotividade (em contraposição à racionalidade e à

força masculina), estamos operando uma dimensão de poder que, na prática, leva à redução das possibilidades de ação, protagonismo e autonomia das mulheres.

Identidade de gênero – refere-se à maneira como alguém se sente e se apresenta para si e para os demais como feminino ou masculino, ou ainda uma mescla de ambos, independente tanto do sexo biológico quanto da orientação sexual.

Igualdade de gênero – descreve o conceito de que todos os seres humanos, tanto mulheres como homens, são livres para desenvolverem suas capacidades pessoais e fazerem escolhas sem as limitações impostas pelos estereótipos ou normas rigidamente atribuídos a um gênero. Significa, também, que os diferentes comportamentos, aspirações e necessidades das mulheres e dos homens precisam ser considerados, valorizados e favorecidos equitativamente.

Interseccionalidade – se refere à forma como diversas categorias como raça/etnia, classe, gênero, religião, idade, orientação sexual, identidade de gênero se cruzam, produzindo formas particulares de opressão. Tem como objetivo entender melhor a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de uma hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social como sexo/gênero, classe, raça, etnicidades, idade, deficiência, orientação sexual e identidade de gênero.

Masculinidades – diz respeito aos significados relacionados ao que se entende como masculino. Estão relacionadas à configuração de práticas em torno da posição que os homens ocupam nas relações de gênero e que são construídas a partir de uma estrutura que atribui significados distintos àquilo que se entende como masculino ou feminino.

Nome social – Entende-se por nome social aquele pelo qual travestis e transexuais se reconhecem, bem como são identificadas ou identificados por sua comunidade e no meio social. O nome social é o nome pelo qual preferem ser chamadas/os cotidianamente, em contraste com o nome de registro oficialmente inscrito nos cartórios desde a certidão de nascimento e outros documentos emitidos por órgãos públicos ou entidades de utilidade pública, que não refletem sua identidade de gênero das pessoas trans. O nome social remete aos adjetivos, artigos, pronomes e substantivos.

vos que devemos usar quando nos referimos às/aos travestis e às/aos transexuais. Além de observar se o fenótipo (conjunto de características físicas) é feminino ou masculino, é preciso acatar como a pessoa quer ser tratada: se pelo “a” para o fenótipo feminino ou pelo “o” para o fenótipo masculino. A autodeclaração e a autopercepção da pessoa é soberana e devem bastar para que seu gênero e nome social sejam respeitados. Em síntese, considera-se nome social aquele pelo qual travestis e transexuais se identificam e, portanto, devem ser identificadas/os pela sociedade. Trata-se da maneira pela qual o indivíduo se reconhece e deve ser socialmente reconhecido.

Orientação sexual – diz respeito à direção ou à inclinação do desejo afetivo e erótico. Esse desejo, ao direcionar-se, pode ter como único ou principal objeto pessoas do sexo oposto (heterossexualidades), pessoas do mesmo sexo (homossexualidades) ou de ambos os sexos (bissexualidades). Estes termos estão no plural, pois existem várias dinâmicas e formas de expressão do desejo. Os assexuados, por sua vez, representam um caso singular, uma vez que podem apresentar uma orientação romântica, porém não sexual, direcionada a algum dos gêneros (ou a ambos), ou não apresentarem orientação romântica e nem sexual.

Poder – é a relação de forças que se encontra presente, e em constante movimento, em todos os espaços sociais, sejam eles públicos ou privados, gerando tensões que se expressam em toda relação. Na sociedade ocidental, os direitos foram construídos a partir um modelo de sujeito político: homem, branco e heterossexual. É este homem que terá o poder de decidir e ter acesso à maior parte de bens e privilégios e a capacidade para assumir posições de destaque.

Racismo – é uma ideologia que justifica a organização desigual da sociedade ao afirmar que grupos raciais ou étnicos são inferiores ou superiores, em vez de considerá-los simplesmente diferentes. Ele opera pela atribuição de sentidos pejorativos a características peculiares de determinados padrões da diversidade humana e de significados sociais negativos aos grupos que os detêm. Não se trata de uma opinião pessoal, porque as ideias preconceituosas e as atitudes racistas e discriminatórias são mantidas por gerações e, em cada tempo e lugar, elas se manifestam de maneira diferente, por meio de piadas, da apresentação de personagens negros e índios nos filmes, novelas, desenhos, propagandas etc. Racismo diferencia-se da dis-

criminação racial, que corresponde à expressão ativa ou comportamental do racismo e do preconceito racial. O preconceito e o racismo são modos de ver concepções, representações sobre determinadas pessoas ou grupos sociais racializados. A discriminação racial remete a ações em que essas representações são apresentadas por meio de práticas sociais e cotidianas, gerando situações de desvantagem e desigualdades entre os segmentos populacionais envolvidos. Manifestam-se de forma intencional ou não, seja pela atribuição de rótulos pejorativos, seja até mesmo pela negação do acesso aos bens públicos e constitucionais, como saúde, educação, justiça, habitação, participação política etc.

Resiliência - relacionada à nossa capacidade de fazer diferente ou nos recuperar diante de uma situação traumática ou desafiadora.

Transferência de renda – constitui um tipo de programa social, de competência da Assistência Social. É operada por meio da concessão de bolsas/auxílios financeiros, com presença (ou não) de contrato de compromissos; e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãs e cidadãos não incluídas/os no sistema contributivo de proteção social, apresentando vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho.

Transexual/Transexualidade/Transgênero/Travesti – O prefixo trans- é oriundo do latim e significa “do lado oposto”. Seu uso faz parte da química orgânica e classifica substâncias cujos elementos de ligação se encontram do outro lado da molécula. Também está presente em palavras como “Transatlântica” e “Transiberiana”, designando “do outro lado ou que atravessa o oceano Atlântico” e “do outro lado ou que atravessa a Sibéria”. Ao contrário do que pode parecer, ser transexual, travesti ou intersexual não é questão de orientação sexual, mas de identidade de gênero. São diferentes modos de subjetivação. A pessoa transexual geralmente tem a vivência ou a vontade de ter a vivência da performance social de gênero oposta ao sexo biológico que lhe foi assinalado no nascimento. Desde cedo, o homem trans ou a mulher trans pode se sentir de maneira diferente de pessoas cisgêneras, mas concebe apenas o que é ditado pelo cis-sexismo e costuma reprimir sua verdadeira identidade em nome da norma hegemônica. Não se trata apenas de mulheres que usam salto alto, vestido e se relacionam com homens ou tampouco de homens que aplicam testosterona, deixam a

barba crescer e se relacionam com mulheres. Assim como cisgêneros têm diferentes performances sociais (como nos apresentamos ao mundo) e subjetividades/subjetivação políticas (como somos representados) e práticas sexo-afetivas (como levamos a efeito nossos afetos e sexualidade), pessoas trans também as têm e podem ou não usar hormônios, podem ou não se submeter a cirurgias de transgenitalização, usar vestimentas e reproduzir comportamentos diferentes das expectativas sociais projetadas desde o seu nascimento como “meninas” ou “meninos” etc. Em síntese, pessoas transexuais são aquelas que não se identificam com o gênero com o qual nasceram: mulheres trans nascem com a genitália masculina, mas se reconhecem como mulheres e exigem ser tratadas dessa forma, enquanto homens trans, por sua vez, são aquelas pessoas que tiveram o gênero feminino atribuído na infância mas se identificam como homens.

Anexo 2

SERVIÇOS COM OS QUAIS VOCÊ PODE CONTAR

Disque 100 – é um serviço de utilidade pública da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), vinculado a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos, em especial as que atingem populações com vulnerabilidade acrescida, como: crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, LGBT, pessoas em situação de rua e outros, como quilombolas, ciganos, índios, pessoas em privação de liberdade. O serviço inclui ainda a disseminação de informações sobre direitos humanos e orientações acerca de ações, programas, campanhas e de serviços de atendimento, proteção, defesa e responsabilização em Direitos Humanos disponíveis nos âmbitos federal, estadual e municipal. Funciona diariamente, 24 horas, por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. As ligações podem ser feitas de todo o Brasil por meio de discagem direta e gratuita, de qualquer terminal telefônico fixo ou móvel, bastando discar 100. As denúncias podem ser anônimas, e o sigilo das informações é garantido, quando solicitado pelo demandante.

Ligue 180 – criado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), em 2005, para servir de canal direto de orientação sobre direitos e serviços públicos para a população feminina em todo o País (a ligação é gratuita). Ele é a porta principal de acesso aos serviços que integram a rede nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, sob amparo da Lei Maria da Penha, e base de dados privilegiada para a formulação das políticas do governo federal nessa área. Desempenha papel central, ao lado do programa “Mulher, Viver sem Violência”, lançado em março de 2013, com o objetivo de cobrir o País com serviços públicos integrados, inclusive nas áreas rurais *lato sensu*, mediante a utilização de unidades móveis para o campo, a floresta e as águas. Em março de 2014, o Ligue 180 transformou-se em disque-denúncia, com capacidade de envio de denúncias para a Segurança Pública com cópia para o Ministério Público de cada estado. Para isso, conta com apoio financeiro do programa

“Mulher, Viver sem Violência”, propiciando-lhe agilidade no atendimento, inovações tecnológicas, sistematização de dados e divulgação.

Disque Saúde 0800 611997 – funciona todos os dias da semana, das 8h às 18h. Oferece informações sobre doenças e recebe denúncias de mau atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS).

Conselhos Tutelares – criados com a função de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, eles têm múltiplas funções. Dependendo do caso, podem requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência e segurança; encaminhar ao Ministério Público e ao Judiciário casos de infração administrativa ou criminal contra crianças e adolescentes; requisitar certidões de nascimento e óbito, quando necessário; e assessorar o Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para a infância e a adolescência.

Anexo 3

Linha de base (pré e pós-teste)

PARTE 1 – PERFIL

1. Qual o seu sexo?

- 1 feminino
2 masculino
99 não respondeu

2. Qual é a sua idade?

____ anos completos

3. Qual é a sua cor/raça?

- 1 branca
2 parda
3 negra
4 amarela
5 indígena
6 outra. Qual? _____
99 não respondeu

4. Qual é a sua religião?

- 1 católica
2 protestante/evangélica
3 espírita/kardecista
4 candomblé/umbanda
5 outra. Qual? _____
99 não respondeu

6. Qual é o seu estado civil?

- 1 solteiro/a
- 2 casado/a
- 3 separado/desquitado/a
- 4 viúvo/a
- 5 união consensual/estável
- 99 não respondeu

9. Qual a sua condição no núcleo familiar?

- 1 chefe de família
- 2 cônjuge
- 3 filha/o
- 4 outro: _____
- 99 não respondeu

8. Você tem filhos/as?

- 1 sim
- 2 não
- 99 não respondeu

9. Quantos filhos/as você tem?

10. Você faz parte de alguma organização?

- 1 associação de bairro
- 2 projetos comunitários
- 3 grupo de mães
- 4 grupo de mulheres
- 5 outro: _____
- 6 não participa de nenhum grupo
- 99 não respondeu

11. A quem você recorre quando tem alguma dificuldade pessoal ou familiar?

- 1 família
- 2 grupo religioso
- 3 amigos
- 4 programas governamentais. Quais? _____
- 5 outros. Quem? _____
- 6 ninguém

PARTE 2 – ESCOLARIDADE

12. Qual a sua escolaridade?

- 1 nenhuma
- 2 ensino fundamental completo
- 3 ensino fundamental incompleto
- 4 ensino médio completo
- 5 ensino médio incompleto
- 6 superior completo
- 7 superior incompleto
- 99 não respondeu

PARTE 3 – TRABALHO E RENDA

13. Atualmente, você tem alguma ocupação profissional remunerada?

- 1 sim
- 2 não
- 3 nunca tive uma ocupação profissional.
- 99 não respondeu

14. Qual é a sua ocupação? _____

99 não respondeu

15. No último mês, quanto ganhou pela sua ocupação e/ou programas como, por exemplo, o Projeto Bolsa Família?

1 menos de um salário mínimo

2 até 2 salários mínimos

3 de 2 a 5 salários mínimos

4 de 5 a 10 salários mínimos

5 de 10 a 20 salários mínimos

6 mais de 20 salários mínimos

99 não respondeu

16. No último mês, qual foi a renda familiar em sua casa (de todas as pessoas)? (Preencher com 00 se responderem que não tiveram remuneração alguma)

1 menos de um salário mínimo

2 até 2 salários mínimos

3 de 2 a 5 salários mínimos

4 de 5 a 10 salários mínimos

5 de 10 a 20 salários mínimos

6 mais de 20 salários mínimos

99 não respondeu/não sabe

17. Quantas pessoas dependem da sua renda?

1 nenhuma

2 1

3 2

4 3

5 4 ou mais

PARTE 4 – VIOLÊNCIAS

18. Você já sofreu ou foi vítima de preconceito/discriminação?

- 1 sim, no ambiente de trabalho
2 sim, no lar
3 sim, em outras situações
4 nunca
99 não respondeu/não lembra

Que tipo de discriminação você já sofreu alguma vez? (se for o caso, assinale mais de uma alternativa)

| Cod. | Tipos de discriminação | Sim | Não |
|------|---------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| 19. | Por ficar grávida | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> |
| 20. | Por ser mãe | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> |
| 21. | Por ser pai | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> |
| 22. | Por ser morador/a de um bairro mais pobre | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> |
| 23. | Por sua raça/cor | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> |
| 24. | Por sua forma de vestir | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> |
| 25. | Por sua aparência física | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> |
| 26. | Por ser mulher | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> |
| 27. | Por ser homem | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> |
| 28. | Por sua orientação sexual (gay, lésbica, bissexual, travesti, transexual) | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> |
| 29. | Por ser portador/a de alguma deficiência | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> |
| 30. | Por estar doente | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> |
| 31. | Pela sua idade | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> |
| 32. | Outro (s) (especifique) _____ | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> |

33. Você já presenciou atitudes de preconceito/discriminação em relação às mulheres no seu ambiente de trabalho?

- 1 sim, frequentemente
 2 sim, algumas vezes
 3 nunca
 4 não sei
 99 não respondeu/não lembra

Faça um X na resposta que você achar mais conveniente

| | Frases | Sim | Não | Parcial-mente | Não sei |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| 34 | No mercado de trabalho | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 88 <input type="checkbox"/> |
| 35 | No trabalho doméstico | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 88 <input type="checkbox"/> |
| 36 | Na educação | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 88 <input type="checkbox"/> |
| 3 | Nos cargos políticos | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 88 <input type="checkbox"/> |
| 36 | Nos movimentos sociais | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 88 <input type="checkbox"/> |
| 37 | Nos cargos de chefia | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 88 <input type="checkbox"/> |
| 38 | Não é aceitável que a mulher tenha mais parceiros sexuais do que o homem. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 39 | O trabalho mais importante da mulher é cuidar da casa e cozinhar para sua família. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 40 | O homem precisa mais de sexo do que a mulher. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 41 | Mulheres têm o direito de usar contraceptivos para evitar uma gravidez, mesmo que seu companheiro não queira. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 42 | O casal deve decidir junto se quer ter filhos/as. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 43 | Se a mulher trair o homem, ele tem o direito de bater nela. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |

| | | | | | |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| 44 | Mulher que leva camisinha na bolsa não é para casar. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 45 | A mulher é quem tem a responsabilidade de trocar fralda, dar banho e dar comida aos filhos, já que é ela quem engravida. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 46 | O homem pode bater na sua mulher se ela não quiser transar com ele. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 47 | Se o homem pagar as despesas da casa, ele tem o direito de ter a última palavra. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 48 | Os homens deveriam cuidar mais dos/as filhos/as do que cuidam atualmente. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 49 | É o homem que deve determinar quando a mulher pode sair de casa sozinha. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 50 | O homem deve fazer o mesmo trabalho doméstico da mulher. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 51 | Eu nunca teria uma amiga lésbica ou um amigo gay ou travesti ou transexual. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 52 | A mulher deve suportar algumas formas de violência para manter sua família unida. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 53 | Uma mulher precisa de um homem para ser feliz. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 54 | Ser mãe é uma necessidade natural de toda mulher. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 55 | Ser pai é uma necessidade natural de todo homem. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 56 | É aceitável que a mulher ganhe mais do que o seu parceiro. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 57 | A mulher deve participar igualmente na decisão de como gastar o dinheiro da família. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |

| | | | | | |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| 58 | Uma mulher deve ter o direito de trabalhar fora de casa, mesmo que o marido não queira. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 59 | Há certos trabalhos que devem ser realizados somente pelos homens. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 60 | O trabalho da mulher – fora de casa – é apenas uma ajuda para o orçamento doméstico. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 61 | É justificável quando um homem agride uma mulher se ela se comporta e/ou se veste de maneira provocante. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 62 | É justificável quando um homem agride uma mulher se ela não cumpre com suas tarefas domésticas e não cuida dos filhos. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 63 | É justificável quando um homem agride uma mulher se ela o traiu. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 64 | As/Os negras/os deveriam ter mais chances para entrar na universidade pelo fato de terem menos oportunidades que os/as brancos/as. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 65 | As/Os brancas/os são preferidos a negras/os para ocupar uma vaga no mercado de trabalho, porque têm boa aparência. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 66 | Existem pessoas que acreditam que toda/o negra/o é sempre suspeito/a. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 67 | Os jovens e os homens negros são as principais vítimas da violência. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 68 | As mulheres brancas têm mais chances de ascensão (financeira, profissional, pessoal) do que as mulheres negras. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 69 | Os direitos humanos são os mesmos para mulheres e homens. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |

| | | | | | |
|-----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| 70 | De maneira geral, as mulheres brasileiras têm a mesma oportunidade que os homens de assumir cargos públicos ou a liderança de programas ou projetos. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 71 | A decisão pelo aborto deve ser considerada um direito da mulher. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 72 | Ter uma vida sexual prazerosa é um direito fundamental, e por isso deve ser considerado um direito humano básico tanto para homens quanto para as mulheres. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 73 | Um/a homossexual, um/a bissexual ou um/a transexual tem o direito de viver sua sexualidade sem sofrer discriminações ou violência. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 74 | No caso de projetos como o Bolsa Família, a escritura deve sair no nome da mulher, mesmo que ela seja casada. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 75 | Cabe às próprias mulheres se organizarem e pressionarem o governo para que seus direitos sejam respeitados e garantidos. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 76 | A mulher tem mais dificuldades de lutar pelos seus direitos que os homens. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 77 | As políticas públicas – programas e projetos governamentais – beneficiam igualmente mulheres e homens. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 78 | Trabalhar fora é a principal maneira de uma mulher se tornar independente e empoderada. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 79 | Mulheres e homens devem contribuir para a renda familiar. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 80 | A vida familiar fica prejudicada quando a mulher tem um emprego de tempo integral. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |

| | | | | | |
|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| 81 | O dever do homem é ganhar dinheiro e da mulher é cuidar da casa e da família. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 82 | Os homens deveriam assumir mais as tarefas domésticas do que fazem atualmente. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 83 | Os homens deveriam dividir igualmente todas as tarefas domésticas com as mulheres. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 84 | Exercer uma atividade profissional é importante para mulheres e homens. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 85 | Eu me sinto capaz de organizar uma manifestação reivindicando melhores serviços de saúde para minha comunidade | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 86 | Eu me sinto capaz de expressar minhas opiniões mesmo quando sei que outras pessoas discordam delas. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 87 | Se meu parceiro me bater, buscarei por ajuda. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |
| 88 | Se minha parceira me bater, buscarei por ajuda. | 1 <input type="checkbox"/> | 2 <input type="checkbox"/> | 3 <input type="checkbox"/> | 4 <input type="checkbox"/> |

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Assim como as mulheres vivenciam a discriminação de gênero, fatores como classes sociais, questões etnorraciais, religião, região de nascimento, orientação sexual, pessoas com deficiências fazem parte da vida de mulheres e homens que vivenciam diferentes tipos de violência. Alguns grupos, no entanto, estão mais vulneráveis do que outros.

Do mesmo modo, as vulnerabilidades especificamente ligadas a gênero, raça/etnia e orientação sexual não podem mais ser usadas como justificativa para negar a proteção dos direitos humanos das mulheres e dos homens.

O Programa Bolsa Família não dá conta de resolver todas essas questões. Porém pode ajudar financeiramente àquelas pessoas que vivem em situações mais vulneráveis do que outras.

E o que estamos vendo por aí é que o Bolsa tem ajudado muita gente!

(Footnotes)

1 Texto extraído do site oficina da campanha <http://www.onumulheres.org.br/elesporelas/>. Acesso em 09 de junho de 2016.

2 <http://www.nosdomorro.com.br/>.



FONDO PARA LA IGUALDAD DE GÉNERO